

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS**

NABYLLA FIORI DE LIMA

**O ANARQUISMO DE LIMA BARRETO: UMA ANÁLISE DE *TRISTE FIM DE
POLICARPO QUARESMA***

TRABAHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CURITIBA
2017**

NABYLLA FIORI DE LIMA

**O ANARQUISMO DE LIMA BARRETO: UMA ANÁLISE DE *TRISTE FIM DE
POLICARPO QUARESMA***

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, do curso de Licenciatura em Letras–Português/Inglês, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Zama Caixeta Nascentes.

**CURITIBA
2017**



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Campus Curitiba

Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação

Departamento Acadêmico de Letras Estrangeiras Modernas

Curso de Graduação em Letras Português/Inglês



TERMO DE APROVAÇÃO

O ANARQUISMO DE LIMA BARRETO: UMA ANÁLISE DE *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*

por

NABYLLA FIORI DE LIMA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 14 de junho de 2017 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado no curso de Letras Português/Inglês. A candidata **Nabylla Fiori de Lima** foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Zama Caixeta Nascentes
Professor orientador

Prof^a Dr^a. Noemi Brandão de Perdigão
Membro titular

Prof. Dr. Marcelo Franz
Membro titular

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este se faz com muitas vozes, mãos, abraços, aulas, conversas na cantina ou nos corredores... Assim, agradeço:

Aos meus pais pelo apoio sempre presente aos meus estudos, mas, principalmente, às minhas leituras e à minha paixão por elas.

À Dayse, companheira da vida e das discussões sobre o trabalho com a escrita! Obrigada por deixar minha vida mais prazerosa, e obrigada também pela paciência durante esse percurso e pelas grandes ajudas nas escolhas de diversas palavras desse trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Zama Caixeta Nascentes, por ter tornado esse caminho (não apenas da escrita do TCC, mas no curso de Letras) ainda mais agradável. É, para mim, um grande exemplo de professor e pesquisador, mas acima de tudo, um exemplo de pessoa. Agradeço as risadas compartilhadas na leitura do *Triste Fim...* e os diversos ensinamentos (que vão desde a literatura, a psicanálise, a filosofia, e passam ainda pelos instrumentos agrícolas!).

A todo o corpo docente do curso de Licenciatura em Letras-Português/Inglês, em especial ao Prof. Cristiano de Sales que, na sua responsabilidade pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, nos chamou a atenção para o nosso papel como acadêmicos em Letras.

Aos professores integrantes da banca, meu “muito obrigada” pela leitura deste trabalho! Foi nas aulas do professor Marcelo Franz que despertou o meu interesse pela obra aqui analisada; além disso, tive a oportunidade de apresentar uma prévia deste trabalho em uma aula da professora Noemi Perdigão, compartilhando com ela o encanto pelo Lima Barreto.

Ao Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz, pelas extensas conversas, orientações e aprendizados sobre o anarquismo.

Aos amigos e colegas deste curso: sei que devo pedaços do meu diploma a vários de vocês.

Aos colegas do movimento estudantil, pelas diversas reflexões que me levaram ao interesse pelo anarquismo.

– *É bom pensar, sonhar consola.*
– *Consola, talvez; mas faz-nos também diferentes*
dos outros, cava abismos entre os homens...
(Lima Barreto)

RESUMO

LIMA, Nabylla Fiori de. **O anarquismo de Lima Barreto: Uma análise de *Triste Fim de Policarpo Quaresma***. 2017. 91 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras Português/Inglês - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

Este trabalho tem como principal objetivo compreender como a epígrafe da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* se realiza na trajetória do personagem Policarpo Quaresma, com base nas críticas de Lima Barreto ao contexto da obra, relacionando-as com o pensamento anarquista. Lima Barreto foi atuante na imprensa anarquista no período em que escrevia suas obras e incorporou algumas críticas anarquistas nelas. No romance aqui analisado, é recorrente a crítica às instituições e a concepção anarquista de poder permeia a obra. As dificuldades do personagem principal em realizar seu ideal dialogam com as críticas anarquistas ao contexto da Primeira República Brasileira. Mais do que apenas um ufanista exacerbado, Policarpo Quaresma defende um ideal de solidariedade.

Palavras-chave: Lima Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Anarquismo. Estudos feministas.

ABSTRACT

LIMA, Nabylla Fiori de. **The anarchism of Lima Barreto: An analysis of *Triste Fim de Policarpo Quaresma***. 2017. 91 pages. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras Português/Inglês - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

This work has as main objective to understand how the epigraph of the work *Triste Fim de Policarpo Quaresma* is realized in the trajectory of the personage Policarpo Quaresma, based on the criticisms of Lima Barreto to the context of the work, relating them with the anarchist thought. Lima Barreto was active in the anarchist press during the period when he wrote his works and incorporated some anarchist critics in them. In the novel analyzed here, criticism of institutions is recurrent and the anarchist conception of power permeates the novel. The main character's difficulties in achieving his ideal, dialogues with the anarchist critics to the context of the First Brazilian Republic. More than just an exaggerated patriot, Policarpo Quaresma defends an ideal of solidarity.

Key-Words: Lima Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Anarchism. Feminist Studies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2. OS “PRINCÍPIOS DO IDEAL” ANARQUISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À “ROTINA VULGAR” DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA	14
2.1 A rotina vulgar	14
2.2 Os princípios do ideal	17
3. O ANARQUISMO EM LIMA BARRETO	28
4. ANARQUISMO, PODER E INSTITUIÇÕES EM <i>TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA</i>	38
4.1 Parte I	38
4.1.1 Instituições de ensino	44
4.1.2 Militarismo	45
4.1.3 Hospício	47
4.1.4 Instituição matrimonial	49
4.2 Parte II	54
4.2.1 Instituições de ensino	61
4.2.2 Ciência	62
4.2.3 Militarismo	64
4.2.4 Instituição matrimonial	67
4.3 Parte III	69
4.3.1 Marechal Floriano Peixoto: Estado, militarismo e patriarcado	70
4.3.2 Instituição matrimonial	73
4.3.3 Decepções de Quaresma	75
4.3.4 A afilhada revoltosa	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

O grande inconveniente da vida real e o que a torna insuportável ao homem superior é que, se se transferirem para ela os princípios do ideal, as qualidades tornam-se defeitos, de modo que, muito frequentemente, o homem completo tem bem menos sucesso na vida do que aquele que se move pelo egoísmo ou pela rotina vulgar (RENAN, Marco Aurélio).

É com esta epígrafe¹ que Lima Barreto inicia seu romance, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, oferecendo-nos uma hipótese, um caminho possível para a leitura desta que foi a sua obra mais conhecida. Policarpo Quaresma, um dos maiores idealistas da nossa literatura, tão conhecido pelo seu ufanismo, parece inspirar-se na vocação moral do imperador e filósofo romano Marco Aurélio² (cujas ideias de aperfeiçoamento moral estão compiladas em suas *Meditações*). Contudo, Policarpo, tal como o filósofo, encontra obstáculos na realização de seus ideais. Neste trabalho, percorreremos a trajetória do personagem Quaresma a fim de compreender como esta epígrafe se realiza no romance. Assim, interessa-nos vislumbrar na obra analisada a que se refere a “vida real” e os “princípios do ideal” apontados na epígrafe.

As dificuldades com que o personagem Quaresma se depara ao longo da obra são trazidas pelo autor a partir de um encadeamento de questões em que quase sempre é possível perceber a relação entre a crítica e as dificuldades ao nível do indivíduo (aquilo que afeta a cada um, individualmente) e a crítica ao momento histórico-social em que o romance se apresenta. Lima Barreto constrói a rejeição e as resistências de seu personagem às diversas instituições tradicionais ou em fortalecimento ou ascensão no período (como, por exemplo, os manicômios, as prisões, o Estado republicano, a crença positivista na “religião da humanidade” e a fé cega no cientificismo), sem, no entanto, ter a pretensão de apresentar soluções ou caminhos pré-estabelecidos para serem seguidos com base em algum programa ideológico/político ou algum dogmatismo. Sem o anseio de esculpir verdades sólidas, baseia-se em princípios morais que devem nortear a ação humana.

Neste sentido, Barreto parece dialogar com temáticas do pensamento anarquista (bem como com as suas propostas estéticas), cujas reflexões são predominantes no movimento operário no período em que o livro foi escrito. Além disso, o próprio autor foi

1 Citação da obra *Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo*, do historiador Ernest Renan.

2 César Marco Aurélio Antonino Augusto (121-180) foi imperador romano desde 161 até sua morte. É lembrado como um governante culto, dedicado à filosofia, sobretudo, à corrente estoica.

colaborador da imprensa libertária. Assim sendo, tentaremos vislumbrar as relações entre literatura e história, bem como o engajamento do intelectual com as reflexões dos movimentos libertários do período, que, em concordância com as discussões anarquistas sobre a arte, apostava na literatura como sua ferramenta privilegiada de ação política.

No período em que Lima Barreto escreveu seus romances, o início do século XX, o Brasil passava por intensas transformações, dada a necessidade de legitimar e fortalecer o regime recentemente estabelecido, a República. Este novo sistema de governo cujo poder, teoricamente, emanaria do povo, recebe críticas de escritores do período. Nicolau Sevcenko afirma, assim, que “em qualquer de seus textos, Lima não perde a oportunidade de denunciar o grau desmoralizante de corrupção política e econômica que empestava o regime” (SEVCENKO, 1999, p. 169).

Instituições foram criadas e/ou remodeladas (como as prisões e os hospícios), a fim de garantir que o lema da bandeira nacional, *ordem e progresso*, fosse garantido. Estas mudanças nos valores e na organização da sociedade foram sentidas e discutidas por diversos escritores, sob diferenciadas maneiras e vieses. Aqueles³, como Lima Barreto, que contestavam o novo regime e viam na arte e na literatura instrumentos para uma transformação social ampla, nos trazem, então, variadas contribuições para a compreensão deste período em que se desenvolviam estruturas ainda vigentes atualmente.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a então capital do país, em 13 de maio de 1881, exatamente sete anos antes da abolição da escravatura. Seu pai e sua mãe eram filhos de antigas escravas e, assim, Barreto sofreu com os preconceitos de raça dos quais era vítima. Amante da literatura, não se conformava com as injustiças sociais, e deu vazão ao seu descontentamento na literatura, na imprensa, e também no alcoolismo. Foi por conta desse último que acabou internado, a pedido de seu irmão, em 1914, devido a problemas com o álcool e a depressão. Mais tarde, em 1919, decidiu se internar novamente, de forma voluntária, indicando a decadência de seu estado físico e mental (BARBOSA, 2003; DORIGATTI, 2010). Faleceu em 1922, após um colapso cardíaco.

Em suas obras, carregadas de um caráter confessional, problematizou a realidade brasileira do período e antecipou questões que o modernismo desenvolveria anos mais tarde, sendo considerado, portanto “pré-moderno”.

3 Sevcenko (1999) em sua obra *Literatura como missão* trabalha além de Lima Barreto, com Euclides da Cunha. Foot Hardman (2002), em *Nem pátria, nem patrão*, resgata parte da produção da literatura operária do início do século XX, como uma forma de resistência dessa população, citando autores como Curvelo de Mendonça, Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho, José Oiticica, Rocha Pombo, entre outros.

A obra selecionada para análise neste trabalho foi publicada inicialmente em 1911, em folhetins na edição da tarde do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro. Em 1915 teve sua primeira publicação em livro.

Suas contribuições nos jornais influenciaram o seu modo de escrever: importou-se, sobretudo, com o cotidiano, construiu personagens de tipos comuns, preocupou-se em escrever de modo acessível, a fim de atingir o maior número de pessoas e tocá-las para que buscassem a própria libertação.

Consideramos, então, a importância de adentrarmos a análise das críticas de Lima Barreto à sociedade brasileira do período a fim de ampliar a compreensão de seu sistema literário. A epígrafe de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* sugere caminhos para pensarmos a trajetória de Policarpo para além de uma “crítica ao ufanismo”. Em vez de apenas nos apresentar um personagem ingênuo, filiado ao ufanismo republicano, Barreto desvela a correspondência entre a dificuldade da emancipação e realização ao nível individual e a dificuldade de se desenvolver uma sociedade baseada na solidariedade e no apoio mútuo – uma das principais preocupações de suas obras.

A defesa destes valores, acima de qualquer ideologia ou sistema político, bem como sua análise do poder como um encadeamento de relações, converge com as ideias anarquistas – sobre a emancipação dos indivíduos, uma outra organização social sem o Estado, outras formas de relacionamento familiares, as críticas ao discurso científico oficial, etc. –, já consolidadas no período. Assim, importa-nos dar visibilidade ao pensamento anarquista, que influenciou diversos autores do período, mas é ainda pouco abordado nas análises literárias.

No período em que publicou a obra aqui estudada, Barreto participava ativamente da imprensa anarquista. Além disso, lançou com outros expoentes do anarquismo brasileiro (entre os quais Domingos Ribeiro, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Elísio de Carvalho) a revista de crítica literária *Floreal* (1907). Assim, para melhor compreendermos as críticas apresentadas em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, faz-se necessário adentrarmos o universo do anarquismo, sobretudo no que se refere às ideias de Piotr Kropotkin (1842-1921), pensador clássico anarquista, cujas ideias de apoio mútuo são as principais referências dessa corrente de pensamento e também de Lima Barreto conforme afirmam Prado (1980), Foot Hardman (2002) e Sevcenko (1999).

Pretendemos também contribuir com os estudos feministas, por considerar que a obra traz importantes elementos para se pensar a condição das mulheres no contexto da Primeira República Brasileira, bem como as críticas anarquistas a essa condição e como aparecem na obra aqui estudada. As constantes críticas ao casamento, bem como as

caracterizações das mulheres no romance, possibilitam mostrar como a ficção de Lima Barreto está permeada pelos ideais anarquistas.

Visando analisar uma obra do início do século XX, período de consolidação da república e do modernismo brasileiro e, sobretudo de um autor que foi também atuante na imprensa do período, perceber as relações e os embates estabelecidos pelo autor com agrupamentos e movimentos (artísticos e/ou políticos) do período auxilia-nos na compreensão de seu sistema literário. Há, no entanto, por parte da crítica literária, o silenciamento (por vezes, deliberado) de determinadas vozes constituintes de nossa cultura, cabendo ao constante processo de ampliação e busca de conhecimento resgatar estas vozes, possibilitando, assim, outras compreensões acerca da nossa história e alternativas para a construção do presente.

No diálogo com um autor que teve contos, crônicas e textos políticos publicados em veículos da imprensa em cujos editoriais percorriam ideais políticos ligados ao anarquismo, buscaremos na obra aqui analisada as possíveis articulações do pensamento de Lima Barreto com autores anarquistas significativos do período. Nossa seleção partiu das sugestões de pesquisadores da obra do autor (BARBOSA (2003), BEZERRA (2010), PRADO (1988)) ou daqueles que se dedicaram à literatura do período (HARDMAN (2002)) e que citaram alguns autores anarquistas presentes no acervo bibliográfico de Lima Barreto.

O anarquismo no Brasil surgiu em resposta aos ideais da primeira república e à organização societária nos moldes do sistema capitalista. O movimento rechaçou as diversas instituições presentes no contexto da república, considerando-as impeditivos para a emancipação dos indivíduos. Contrários ao sistema econômico vigente e às divisões e hierarquias que ele suscita, bem como a competitividade fratricida que este sistema alimenta, o movimento anarquista propõe seus ideais de apoio mútuo, liberdade e igualdade.

Levando isso em conta, nos questionamos: Pode a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* ser lida sob a chave de leitura do anarquismo? As críticas anarquistas à organização societária estão presentes na obra? O ideal de amor ampliado à humanidade (como defendido por alguns anarquistas) aparece na obra de Lima Barreto em sua ânsia pela solidariedade e fraternidade entre os povos?

A fim de responder essas perguntas, este trabalho tem como principal objetivo compreender como a epígrafe se realiza na trajetória do personagem Policarpo Quaresma, atentando para as críticas de Lima Barreto ao contexto da obra, relacionando-as com o pensamento anarquista. Além disso, visamos também: ampliar a compreensão

sobre o sistema literário de Lima Barreto, verificando em outros trabalhos já feitos sobre a literatura deste autor em que medida indicam e abordam esta proximidade com o anarquismo; verificar as críticas de Lima Barreto à “vida real” representada no romance a fim de analisar a proximidade com princípios anarquistas que baseiam a obra.

Para atingir esses objetivos, o trabalho se estruturou da seguinte maneira: no segundo capítulo, apresentamos brevemente o contexto de surgimento do movimento anarquista e, principalmente, os ideais desse movimento, sua concepção de poder e suas críticas às diversas instituições. No terceiro capítulo, percorremos a fortuna crítica sobre o autor, visando principalmente aqueles trabalhos que indicam a proximidade de Lima Barreto com o anarquismo. O quarto capítulo destinou-se à análise e foi dividido de acordo com as três partes do romance⁴. Por fim, apresentamos as considerações finais.

⁴ O capítulo de análise é, em relação aos demais, muito mais extenso, por este ser um trabalho na área das Letras, concentrado em literatura.

2. OS “PRINCÍPIOS DO IDEAL” ANARQUISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À “ROTINA VULGAR” DA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

A epígrafe⁵ de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* traz algumas chaves de leitura para a compreensão da obra⁶. Há nela elementos como “homem superior” ou “homem completo”, um seguidor de “princípios do ideal”, em contraposição à “rotina vulgar”. Devido ao contato do autor com o movimento e pensamento anarquista e o contexto no qual estava inserido e ao qual teceu suas críticas, neste capítulo apresentarei os “princípios” do anarquismo, entendido aqui como um “ideal” de Lima Barreto, e o contexto brasileiro da Primeira República a partir daquilo que, devido às suas críticas, Lima Barreto considerava uma “rotina vulgar”.

2.1 A rotina vulgar

Há diversas interpretações sobre o surgimento do anarquismo. Para este trabalho, sigo as abordagens que o compreendem “como movimento organizado que se desprende como um ramo do grande tronco do movimento socialista e operário do século XIX” (FABBRI, 1952, p.12) e o localizam, sobretudo, no período das revoluções de 1789 a 1871, junto à ascensão dos movimentos sociais na Europa ocidental:

Quando das revoluções inglesa, americana e francesa, os revolucionários mais radicais opuseram-se ao Antigo Regime, mas igualmente ao novo. Eles reivindicaram, para aqueles que constituíam a classe mais pobre e mais numerosa, a emancipação de toda forma de opressão. Eles foram condenados e os rejeitaram tratando-os de anarquistas (WALTER, 2009, p. 4).

Alguns eventos e mudanças ocorridas durante o século XIX propiciaram (ou levaram a) o surgimento do movimento-pensamento⁷ anarquista. A Revolução Industrial

5 “O grande inconveniente da vida real e o que a torna insuportável ao homem superior é que, se se transferirem para ela os princípios do ideal, as qualidades tornam-se defeitos, de modo que, muito frequentemente, o homem completo tem bem menos sucesso na vida do que aquele que se move pelo egoísmo ou pela rotina vulgar (RENAN, Marco Aurélio)”.

6 Na epígrafe, Lima Barreto cita a obra do historiador Ernst Renan sobre o filósofo estoico Marco Aurélio. Sem pretender localizar o surgimento do anarquismo na Grécia antiga, de modo atemporal, é importante considerar que há historiadores do anarquismo que apontam a escola estoica da Grécia Antiga como uma “precursora” de ideais anarquistas: Mendes (2010) afirma que “os estoicos, na Grécia Antiga, foram os primeiros a conceber uma sociedade em que todos homens eram dignos como iguais, rejeitando assim, qualquer ideia de “Estado”” (MENDES, 2010, p.23). Os estoicos, escola fundada por Zenão de Cítio (333-264 a.C.), excluíam “todo constrangimento externo e proclamava(m) o impulso moral, próprio ao indivíduo, como regra de ação única e suficiente para cada um e para a comunidade” (NETTLAU, 2008, p. 32). Marco Aurelio, entretanto, por ter sido um imperador, não é um pensador estoico citado pelos/as anarquistas.

7 É uma característica do anarquismo a interrelação movimento-pensamento, não sendo possível, portanto, dissociá-los, visto que é através do movimento que se fundam as teorias anarquistas, ao passo que estas auxiliam a fundamentar o movimento.

possibilitou o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão. As mudanças ocorridas no âmbito da organização do trabalho, mas também em relação à consolidação dos Estados modernos, levou à organização dos trabalhadores e ao surgimento dos movimentos sociais socialistas, entre eles, o anarquismo.

A política dos Estados modernos, constituídos de estruturas centralizadas, burocráticas e hierárquicas (CORREA, 2013, p. 15), baseou-se nos ideais iluministas de racionalidade. Esta racionalidade visava romper com as explicações religiosas e metafísicas, substituindo a moral religiosa por uma suposta moral científica. Pela violência e pela repressão, mas também pelo desenvolvimento de tecnologias que permitissem o governo dos indivíduos de forma menos explícita, mas mais profunda e permanente, os Estados modernos impõem a obediência generalizada para a classe trabalhadora, a fim de potencializar a força produtiva dos indivíduos.

O crescimento populacional, consequência da reconfiguração da sociedade advinda da revolução industrial, demandou dos estados modernos em formação a manipulação de suas imensas populações urbanas. A fim de controlar e conquistar os cidadãos para que obedecessem às leis e se convencessem em relação ao novo sistema político vigente e também em relação à organização do trabalho capitalista, foram desenvolvidas diversas teorias pretensamente científicas que justificavam as normas, a dominação entre os povos, as divisões entre classes, gêneros e raças, a partir da leitura científica acerca das diferenças biológicas. Nesse período, respaldados por essas teorias científicas, médicos e juristas se tornaram os árbitros da natureza humana. Eram eles que, a partir das teorias do determinismo biológico⁸, ditavam o que era mais humano ou menos humano.

Essas ideias deterministas auxiliaram na busca pelo aperfeiçoamento da espécie. Assim, se desenvolveu a eugenia, considerada um símbolo de modernidade, uma teoria que visa ao aperfeiçoamento da humanidade através do controle da reprodução, a fim de impedir novas gerações de seres com características consideradas "indesejáveis". Surgida na Europa ao final do século XIX, tornou-se a política de diversos estados nacionais em formação.

No Brasil, esses processos se deram a partir da implementação da República no Estado brasileiro, em 1889. Essa implementação materializou nos escritos da bandeira do

⁸ O discurso do determinismo biológico compreende que as características biológicas carregam essencialidades que determinam a personalidade dos indivíduos. Por exemplo: a crença de que os negros são inferiores aos brancos, devido à sua cor; ou ainda, que a diferença entre homens e mulheres se dá pela diferenciação natural e não cultural (como ao afirmar que mulheres são mais sensíveis, pois nasceram para ser mães, etc.).

Brasil o imaginário positivista baseado nas ideias de Augusto Comte: "Amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim", resumido na bandeira brasileira como Ordem e Progresso. Essa visão não se colocou apenas na inscrição da bandeira brasileira, mas se deu no desenvolvimento de uma série de práticas e discursos que visavam moldar a sociedade brasileira, procurando tornar a República não apenas aceita, mas também amada pela população (CARVALHO, 1990, p.129), a partir da disseminação de discursos nacionalistas, principalmente. O positivismo contrapunha-se aos dogmas religiosos e, baseado no iluminismo, visava instituir a "religião da Humanidade" substituindo as religiões passadas que não teriam, de acordo com os pressupostos desta filosofia, base científica suficiente para permitir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento humano.

A implementação da república em solos brasileiros foi resultado de um levante político e militar. Após sua proclamação, o Marechal Deodoro assumiu como o primeiro presidente do país, tendo como vice o Marechal Floriano Peixoto. Devido à primeira Revolta da Armada⁹, Deodoro renunciou ao cargo e, assim, assumiu Marechal Floriano. A proclamação da república - além de trazer o ideal (ilusório, para os/as anarquistas) de uma nação brasileira - foi um episódio marcado pela violência, bem como o foi a manutenção do governo de Floriano, que deveria ter abandonado a presidência para novas eleições, conforme indicava a Constituição na época¹⁰.

Assim, no Brasil, a disseminação das ideias anarquistas e o fortalecimento do movimento coincide com a chamada Primeira República. Nesse contexto, a figura do Marechal Floriano Peixoto pode ser vista como a representação de três instituições, fortemente criticadas pelos/as anarquistas, conforme veremos no tópico seguinte: a sociedade patriarcal; o militarismo; e a república e seu ideal de nação e sua moral "científica".

O surgimento do anarquismo brasileiro se deu, sobretudo, com a vinda de trabalhadores exilados de países europeus - fosse por perseguições políticas e religiosas, ou por falta de condições de vida e trabalho - que migravam em busca de outras possibilidades. Alguns desses trabalhadores tinham relações com os movimentos sociais de seus países originários e traziam as ideias libertárias aos operários dos países que os recebiam. Deste modo, devido à crescente imprensa operária, circulavam críticas à

9 Revolta da Armada: movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha do Brasil contra o governo. Provavelmente foi apoiada pela oposição monarquista à instalação da República. O primeiro episódio ocorreu em 1891, levando à renúncia de Marechal Deodoro, e o segundo entre 1893-1894, durante o governo do Marechal Floriano Peixoto.

10 Caso a presidência ou a vice-presidência ficassem vagas antes de se completarem dois anos de mandato, deveria ocorrer uma nova eleição, de acordo com a Constituição de 1891. Floriano, entretanto, manteve-se no poder.

organização societária vigente e ideais para uma nova sociedade. Durante a Primeira República, o movimento anarquista no Brasil detinha a hegemonia do movimento operário brasileiro (TOLEDO, 2007). Mas apesar da grande atividade sindical do movimento, muitas foram as atuações de pensadores/as anarquistas em outros âmbitos. Autores como Baptista Cepellos, Domingos Ribeiro Filho, Avelino Foscolo, Fábio Luz, Manuel Curvelo de Mendonça, José Oiticica, Rocha Pombo, entre outros/as, também disseminaram através da literatura os ideais libertários.

2.2 Os princípios do ideal

Conforme o histórico levantado no tópico anterior, o movimento-pensamento anarquista surgiu na resistência ao controle cotidiano por parte dos patrões e agentes do Estado, nas mobilizações nos campos e nas cidades, no combate ao capitalismo, nas lutas de independência, nas lutas anti-imperialistas e pacifistas, aliados à esperança de uma sociedade sob o reino da liberdade.

Em um período de intensificação da racionalização da sociedade em seus diversos níveis - organização do trabalho industrial e urbanização, por exemplo - o movimento anarquista surgiu na contramão de uma modernidade que apostava nos Estados modernos, baseados na razão iluminista, como a forma mais civilizada e avançada da humanidade. O elemento essencial deste movimento, sua base constitutiva, é a liberdade. Identificavam no Estado um instrumento das classes dominantes para a limitação das liberdades individuais, criticando suas formas, capitalista ou socialista, e visando construir outras formas de governo que possibilitassem (e impulsionassem) aos indivíduos seu pleno desenvolvimento, almejando, sobretudo, uma sociedade solidária e harmônica.

Não apenas o Estado é totalmente rechaçado pelo movimento anarquista. Criticam a dominação estatal e junto a ela, a exploração capitalista. A supressão de ambas, através de ações revolucionárias, está no horizonte da política anarquista. Ao modo de produção capitalista, os/as anarquistas contrapõem a tomada dos meios de produção e a autogestão econômica; à organização política via Estado, opõem a proposta do federalismo político.

Todavia os/as anarquistas não pregam uma fórmula da sociedade ideal na intenção de atingir estes objetivos, contudo, mobilizam alguns princípios que norteiam

suas ações. Errico Malatesta (1853-1932) resume em um artigo publicado no jornal brasileiro *A Plebe*, sob o título *Programa anarquista*:

[...] queremos:

1º) Abolição da propriedade capitalista ou estatista, da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meios de viver explorando o trabalho dos outros, e que todos, assegurados dos meios de produzir e de viver, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se livremente com as simpatias pessoais.

2º) Abolição do governo e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros; portanto, abolição das monarquias, das repúblicas, dos parlamentos, dos exércitos, das polícias, das magistraturas e de toda e qualquer instituição dotada dos meios de constranger e de punir.

3º) Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme a vontade de seus componentes, guiados pela ciência e pela experiência, e liberta de toda a obrigação que não se originar da necessidade natural [...].

4º) A todos garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem estar, particularmente às crianças e a todos os que são incapazes de prover à sua subsistência.

5º) Guerra a todas as religiões e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. Instrução completa para todos, até nos graus mais elevados.

6º) Guerra às rivalidades e aos prejuízos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos.

7º) Reconstrução da família, de tal modo que ela resulte da prática do amor, fora de toda pressão legal, de toda a opressão econômica ou física, de todo prejuízo religioso (MALATESTA, *A Plebe*, 1949, p. 2).

Sílvio Gallo (1990) sintetiza os princípios básicos do anarquismo em seis pontos¹¹, sendo três teóricos (*autonomia individual*, dado que a liberdade é fundamental; *autogestão social*, garantindo a cada um a possibilidade de construir e participar da sociedade em condições de igualdade; *internacionalismo*, a fim de romper as fronteiras entre as nações, promovendo a fraternidade entre os povos); e três que definem as suas atitudes práticas (*ação direta*, que consiste, principalmente, nas atividades de educação e propaganda do movimento, com a intenção de despertar a consciência emancipatória e libertária das massas para que desenvolvam práticas políticas externas à dependência do Estado; *associações operárias*, para se organizarem, discutirem e formularem seus saberes e construírem uma cultura alternativa; e a *greve geral*, como uma forma de luta essencial para todos os movimentos de trabalhadores, devido ao seu caráter reivindicatório e pedagógico).

Esses princípios resultaram da concepção de poder presente no pensamento anarquista: “uma outra concepção de poder, que recusa percebê-lo apenas no campo da política institucional” (RAGO, 1987, p. 14). Para os/as anarquistas, o poder não se localiza apenas no Estado, mas está encadeado e alastrado, havendo uma relação entre as

11 Para melhor compreensão dos conceitos, ver: GALLO (1990).

dificuldades de emancipação de cada indivíduo (aquilo que afeta a cada um, individualmente) e a organização social, conforme afirma o anarquista russo, Kropotkin¹²:

Há, com efeito, nas nossas sociedades, relações estabelecidas que são impossíveis modificar, tocando-lhes só em parte. As diversas engrenagens da nossa organização econômica estão tão intimamente ligadas entre si, que não se pode modificar uma sem modificar o conjunto (KROPOTKIN, 2011, p. 42).

O anarquismo, assim, se compromete com “múltiplas formas de resistência política, que investem contra as relações de poder onde quer que se constituam: na fábrica, na escola, na família, no bairro, na rua”, desvendando, portanto, “os inúmeros e sofisticados mecanismos tecnológicos do exercício da dominação burguesa” (RAGO, 1987, p. 14). As mudanças devem, portanto, ocorrer simultaneamente na micro e na macropolítica, de modo que o anarquismo pensa a mudança no sentido amplo da organização social, mas também na emancipação de cada indivíduo.

Max Stirner¹³ inaugurou a corrente individualista do anarquismo. Para este autor, a existência consistiria na busca permanente de benefício próprio, considerando, então, como a única relação legítima entre indivíduos livres, a *união de egoístas*. Para Stirner, todo ideal, dogma ou verdades cristalizadas visam à alienação, visto que acabam por dominar a vontade dos indivíduos e condicionar seus comportamentos (DIEZ, 2007).

O indivíduo (para Stirner, mas também como base do pensamento anarquista) é um potencial a se realizar: “Ele é o único e pertence-se, em toda propriedade. Para ele só há um direito superior a todos os direitos: o direito a seu bem-estar” (ARMAND, 2003, p.85). Deste modo, os sofrimentos vividos deveriam dar lugar à satisfação.

Apesar de seu caráter "antissocial", por ver na sociedade, sobretudo a possibilidade de limitações, Stirner considera a importância e a necessidade dos indivíduos de se relacionarem. Assim, sua união de egoístas é, antes de tudo, um “modelo comunitário no qual se respeite a soberania individual” (DIEZ, 2007, p.44).

Visando à emancipação de cada indivíduo, o anarquismo preza muito pela educação. Não a educação formal, dentro dos moldes das escolas tradicionais, criticadas pelos/as anarquistas como instituições opressoras do Estado que, além de separar os indivíduos entre instruídos e não instruídos, visava criar cidadãos obedientes e domesticados. Mas uma educação integral e libertária, “fundada sobre o respeito ao trabalho, à razão, à igualdade e à liberdade” (BAKUNIN, 1869, p. 23), passando, inclusive,

12 O russo Piotr Kropotkin (1842-1921), geógrafo e escritor, é considerado um dos principais pensadores do anarquismo. Foi um dos fundadores da corrente anarco-comunista.

13 Há controvérsias sobre considerar Stirner um autor anarquista ou defensor de um liberalismo radical. Não apresentaremos essa discussão, apenas nos serviremos deste autor a partir da possibilidade de sua influência na obra barretiana, sobretudo no que se refere à ideia stirneriana de *união de egoístas*.

pela educação dos sentidos. Valorizavam o autodidatismo e, em um período em que havia alto índice de analfabetos, o movimento esforçava-se para criar espaços de educação (bem como escolas libertárias¹⁴) e se organizavam para a leitura coletiva de livros e periódicos (LITVAK, 1995, p.216).

Ao enfatizar a emancipação de cada indivíduo, o movimento anarquista, diferente de outros movimentos, sempre contou com a participação de mulheres. É claro que no movimento socialista em geral, muitas vezes havia a defesa da participação das mulheres, entretanto, em posições subordinadas aos líderes dos movimentos: era baixa a sindicalização das operárias (afinal, eram também mães e donas-de-casa), e não eram muitas as que conseguiam participar dos movimentos, devido à “maior liberdade de circulação” (RAGO, 1987, p. 64) permitida aos homens, bem como à problemática em relação às mulheres casadas que muitas vezes eram proibidas pelos maridos de participarem. Apesar desses entraves, em algumas correntes e organizações anarquistas, elas estiveram em igualdade com os homens no movimento. No ideário anarquista, há a compreensão de que a opressão das mulheres auxilia e soma-se às demais opressões. Pensar a emancipação dos indivíduos requer repensar os papéis destinados às mulheres na sociedade.

O determinismo biológico, presente no discurso médico-científico no período, visava confinar as mulheres ao seu corpo biológico: se a elas foi dada pela natureza a capacidade de gerar filhos, esta deveria, portanto, ser a sua tarefa primordial. Aliando esse discurso aos ideais políticos presentes na intenção de *ordem e progresso* da sociedade, esse discurso intencionava convencer as mulheres em relação às suas supostas vocações para a procriação e guardiã do lar, num modelo ideal de família – o da família burguesa (RAGO, 1987, p.5). Esse papel materno que a mulher deveria cumprir era veiculado pelo discurso médico-científico da época como “sentimento inato, puro e sagrado” assentando na maternidade e no cumprimento dos deveres da educação da criança, a realização das mulheres da “vocação natural” (RAGO, 1987, p.79).

O anarquismo combatia essa concepção. A instituição matrimonial, considerada pelo anarquismo como uma aliada dessa visão, é fortemente criticada no anarquismo. Visto pelos/as anarquistas como um contrato de negócios, o casamento - e sua organização através do modelo de família nuclear burguesa - era responsável por transferir o domínio da mulher de seu pai para seu marido. As mulheres eram, então,

¹⁴ Exemplo disso são as chamadas Escolas Modernas, movimento pedagógico que deu origem à pedagogia libertária, inspirado pela filosofia de ensino do catalão Francesc Ferrer i Guàrdia. Embora iniciada em Barcelona, na Espanha, o projeto se expandiu para outros países como Argentina, Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, França, entre outros (RODRIGUES, 1992).

destinadas ao casamento como possibilidade única de felicidade e realização para elas. Deste modo, o trabalho, o desenvolvimento intelectual, entre outras questões, eram colocados como menos importantes às mulheres, visto que sua vida estaria completa apenas com o casamento.

A crítica anarquista também se dirige à falsa moral do casamento, pois consideravam que esta instituição limitava o amor às regras do contrato matrimonial, associando sexo e reprodução. No ideal anarquista, uma sociedade emancipada, com plenas condições de igualdade a todos os indivíduos, prezaria por relações baseadas no amor livre e na libertação das mulheres.

A ideia de amor livre, como muitas concepções anarquistas, tem variadas interpretações dentro do movimento. Para alguns, a liberdade no amor diz respeito à não institucionalização da relação - como o casamento, por exemplo - de modo que as pessoas se relacionassem livremente, sem a necessidade da chancela do Estado ou da Igreja; já o anarquista individualista francês Émile Armand (1872-1963), defendia a tese de camaradagem amorosa: um livre contrato de associação entre camaradas, algo como um "comunismo sexual", baseado na reciprocidade; a anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura (1887-1945) rechaçara a tese de Armand, pois considerava que ela não libertaria as mulheres de sua escravidão em relação aos homens e à maternidade, constituindo o amor em cooperativa de produção e consumo.

Maria Lacerda de Moura foi uma educadora anarquista bastante atuante na imprensa operária durante o período da Primeira República Brasileira. Tecia fortes críticas às diversas instituições limitadoras da liberdade dos indivíduos. Foi considerada a primeira mulher antifascista da América devido aos seus livros publicados acerca do fascismo e a relação deste com a Igreja e o Capital. Grande defensora da emancipação feminina, discutia contra as afirmações científicas do período que afirmavam que a instrução feminina seria causadora da degeneração das mulheres. Nas suas críticas ao modelo de família patriarcal, Moura afirmava que a ignorância da mulher era mantida a fim de manter a instituição familiar nos moldes patriarcais.

Sendo assim, a educadora era contra a instituição do casamento e defendia o fim da família nuclear burguesa, pois a considerava baseada na ignorância e na exploração feminina. Além disso, Moura foi uma crítica ferrenha da vivissecção (operações feitas com animais a fim de realizar estudos ou experimentações científicas), além de vegetariana. Defendendo, então, a harmonia entre os indivíduos, mas também entre todos os seres da natureza, Maria Lacerda tinha uma concepção diferenciada de amor livre. Em seus escritos, com base no anarquista francês Han Ryner (1861-1938), havia a defesa de um

"amor plural", concepção mais próxima dos ideais de solidariedade e apoio mútuo presentes no ideário anarquista. A ideia de amor plural iria para além da liberdade de escolha de parceiros ou a quantidade deles. Maria Lacerda e Han Ryner visavam a um amor maior: o amor pela humanidade: "O Amor, o grande e puro Amor exige um processo moral, vida interior muito profunda, muito sentida, enorme capacidade para amar a Humanidade através das suas amarguras e dos seus anseios" (MOURA, 1929, p. 103).

Em consonância com esses ideais, os/as anarquistas criticam todas as formas de violência. Apesar de o discurso do senso comum identificá-los como violentos e destrutivos (por conta de algumas ações terroristas feitas por sujeitos que se identificavam como "anarquistas"), é comum entre os meios libertários a defesa do pacifismo e da não-violência. Rechaçam as guerras e a existência do exército, por considerarem este "uma instituição que monopoliza a violência do Estado contra seus cidadãos e que serve como instituição repressora das classes dominantes contra o proletariado" (DIEZ, 2007, p. 297, tradução minha), responsável também por suprimir a personalidade dos indivíduos. Nação, pátria ou Estado são consideradas categorias absolutas e abstratas, criadas para submeter os indivíduos aos ideais da classe dominante, utilizando-se, para isso, o exército. As guerras, em nome das religiões, da defesa dos territórios ou de qualquer outro ideal político, anulam as vontades dos indivíduos, bem como as vidas de pessoas inocentes, a fim de defender os interesses dos poderosos.

Além do casamento e das instituições militares, o anarquismo critica diversas outras instituições que delimitam as liberdades individuais: as instituições religiosas, militares, científicas, partidos políticos, a burocracia, o modelo de família burguesa, o formato das escolas, etc.¹⁵. Neste sentido, veem o Estado como o principal órgão legitimador da dominação dos indivíduos. Para Kropotkin, "o Estado foi estabelecido com o fim preciso de impor o domínio dos proprietários de terras, dos empresários industriais, das classes militares e do clero sobre os camponeses e os artesãos" (KROPOTKIN, s/d). Assim, o Estado, na crítica anarquista, divide a humanidade (inclusive pelas noções de *nação* e *pátria* nele implícitas), inibe a emancipação dos indivíduos e baseia sua política na submissão.

Com os seus ideais de vida comum e liberdade pessoal, os libertários contrapõem à organização estatal o conceito de autogestão – política e econômica, compreendendo

15 Há, entretanto, anarquistas que defendem a organização anarquista em partidos, mas em formato diferente aos partidos tradicionais. Além disso, não realizam apenas críticas, sem ter propostas que as substituam: construíram escolas, dentro dos moldes libertários; refletiram sobre a construção do conhecimento científico dentro dos princípios libertários, visando também à popularização da ciência; enfatizaram a construção da moral libertária em vez de instituições punitivistas (como os hospícios e as prisões), entre outras propostas.

que a gestão da sociedade deveria se dar por seus próprios membros: “Os operários devem gerir sua fábrica, os moradores devem gerir seus bairros, os cidadãos sua cidade, assim por diante” (GALLO, 1990, p.38). A camaradagem comunitária, os laços de solidariedade e cooperação permitiriam, assim, outra organização social com base libertária.

A defesa pela reivindicação ao bem-estar de acordo com o que entendem por “bem-estar” os próprios indivíduos, encontra-se no ideal político do anarquismo:

Muito outro será o resultado se os trabalhadores reivindicarem o “direito ao bem-estar”! Desse modo, proclamam o direito de se apoderarem de toda a riqueza social; de tomar as casas e instalar-se nelas conforme as necessidades da família; de tomar os víveres acumulados e de servir-se deles de modo a conhecer o bem-estar, depois de ter demasiadamente conhecido a fome. Proclamam o seu direito a todas as riquezas – fruto do labor das gerações passadas e presentes - e usam delas de modo a conhecer o que são os altos gozos da arte e da ciência, demasiado tempo monopolizados pelos burgueses. E afirmando o seu direito ao bem-estar, declaram o seu direito de decidirem eles mesmos o que deve ser esse bem-estar (KROPOTKIN, 2011, p. 31).

O anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876) teorizou significativamente sobre o Estado, inclusive na sua relação com o sistema anterior cujo poder estava centralizado na Igreja, afirmando que o Estado moderno pretendia substituir a moral religiosa por uma suposta moral científica – ideias apresentadas, principalmente, na obra *Deus e o Estado*, concluída em 1869.

Bakunin e outros/as anarquistas tecem suas análises e críticas ao progresso científico e tecnológico impulsionado pelo sistema capitalista, desvelando a suposta neutralidade da ciência e acusando o papel do Estado na legitimação de discursos científicos que justificam a desigualdade, bem como o próprio discurso científico auxilia na legitimação do Estado:

O mundo antigo ignorava, por completo, o conceito de nação ou de sociedade e o mundo moderno foi sujeitado e absorvido pelo Estado e, cada Estado passou a fazer derivar a sua origem e o seu direito especial à existência e à dominação, de um qualquer Deus ou de um qualquer sistema de deuses que fosse o seu protetor exclusivo. [...] A metafísica e a ciência política que só aparentemente repousam sobre a metafísica, mas na realidade cobre os interesses das classes possuidoras, querem igualmente dar à existência do Estado uma base racional (BAKUNIN, s/d).

Quando se questiona sobre o que constitui a força dos Estados, Bakunin responde: a Ciência.

Sim, a ciência. Ciência de governo, da administração, ciência dos negócios; ciência de censurar os rebanhos populares sem fazê-los gritar demasiado e quando começam a gritar, ciência de impor a eles silêncio, paciência e obediência por meio de uma força cientificamente organizada; ciência de enganar e dividir as massas populares, de mantê-las sempre em uma saudável ignorância para que não possam nunca, ajudando-se e unindo esforços, criar um poder capaz de derrubá-los; ciência militar, antes de tudo, com todas suas armas perfeccionadas,

e esses formidáveis instrumentos de destruição que impressionam; ciência do gênio, enfim, que tem criado os barcos a vapor, as ferrovias e os telégrafos; ferrovias que, utilizadas na estratégia militar, multiplicam por dez o poder defensivo e triunfante em todas as partes, criando as mais formidáveis centralizações políticas que antes não existiam (BAKUNIN, 2010).

Bakunin e os/as demais anarquistas identificaram as relações entre os diversos meios de dominação dos indivíduos e a construção de diversas teorias científicas que as justificassem. A emergência do positivismo como "religião da humanidade" visava substituir o tradicional domínio da igreja pelo domínio da ciência. A "ciência do governo", assim, substituiu a religião como governo. Nas teorias da administração, emergiram diversas técnicas de controle e de melhorias da produtividade dos trabalhadores, sempre com vistas ao aumento do lucro dos empresários. Aliado a isso, a "ciência dos negócios", com base nas teorias econômicas de pensadores filiados ao pensamento econômico burguês (como Adam Smith), reforçava uma ideia de neutralidade da ciência econômica, e a inevitabilidade da competição, da propriedade privada e da divisão do trabalho aos moldes capitalistas. A fim de assegurar a ordem econômica, necessário seria desenvolver tecnologias de controle e censura dos movimentos que a elas se contrapunham. O exército e a polícia (a "ciência militar") também exerciam papéis centrais: através deles, se garantia a "ciência de impor [...] silêncio, paciência", citada por Bakunin, ou ainda, a "obediência por meio de uma força cientificamente organizada". A divisão do trabalho, das nações, das profissões, das classes, etc., auxiliaria na "ciência de enganar e dividir as massas", segregando-as e colocando-as em disputa. A não popularização da ciência e a falta de incentivo (inclusive material) à instrução das classes baixas, servia para manter os indivíduos assim segregados e aceitando as suas condições de explorados, sem unirem-se a fim de mudar sua realidade. As guerras ainda auxiliavam na construção de imaginários de disputa entre os povos, e também levavam a grandes desenvolvimentos tecnológicos, entretanto, visando ao aperfeiçoamento bélico acima de tudo e à soberania de alguns Estados.

Apesar de todas essas críticas às diversas ciências em desenvolvimento, os/as anarquistas não negam a ciência, entretanto, mas valorizam a experiência cotidiana e o conhecimento construído com base nas exigências da vida diária e não em conceitos abstratos que, a partir de uma classe privilegiada de "cientistas", visam ao ideal de "progresso" da modernidade capitalista.

O discurso científico moderno, ao substituir a verdade religiosa, coloca-se como neutro, objetivo e universal. Os/as anarquistas ao perceberem como a ciência era utilizada para fundamentar divisões, hierarquias e opressões na organização social,

questionaram esses pressupostos. Para a crítica anarquista, “os projetos tecnocientíficos do apogeu da modernidade se basearam em narrativas culturais do progresso racional que simultaneamente legitimavam a autoridade do Estado” (THORPE; WELSH, 2008, p. 5).

No período de surgimento do movimento e pensamento anarquista, as pesquisas sobre o evolucionismo estavam em voga, influenciando também as ciências sociais e os ideais políticos. Ao colocar a humanidade como o topo da cadeia evolutiva, os setores científicos dominantes encontraram também um campo propício para desenvolver escalas evolutivas de tipos humanos e sociedades: a sociedade burguesa europeia e sua população branca era considerada a forma mais elevada de “civilização” (SIERRA, 1996, p.531), possibilitando, com isso, o desenvolvimento de teorias de superioridade e inferioridade racial que justificavam atitudes segregacionistas, conforme afirma Sierra: “[...] isto supõe a necessidade de excluir do corpo social a todos aqueles que não pratiquem ou aceitem essa moral “média” ou da “maioria”, aos que representam uma ameaça para a sociedade burguesa” (SIERRA, 1996, p.531). Sob tais prismas, as teorias evolucionistas justificaram a segregação e a hierarquização no controle dos cidadãos de cada país¹⁶, mas também entre as diversas etnias e nos avanços imperialistas.

Se a sociedade europeia, com o seu progresso científico e tecnológico e a sua organização política a partir do Estado, era considerada a forma mais evoluída de sociedade, criaram-se hierarquias a partir destes critérios: as organizações sociais sem estado e as formas de conhecimento que não tinham como base a razão iluminista e a economia capitalista eram consideradas menos válidas, inferiores. Com o discurso científico em voga no período, puderam com isso dividir a humanidade em diversas raças, hierarquizando-as em uma escala em que se poderia apontar as sociedades mais próximas da humanidade ou aquelas mais próximas da selvageria. Exemplo disso é a escravização do povo negro nas Américas, considerados menos humanos que os brancos, e, portanto, passíveis de exploração.

Na crítica aos discursos racistas e visando ao ideal de solidariedade e fraternidade entre os povos, os/as anarquistas são anacionalistas: não defendem apenas a unidade entre as nações, mas criticam a própria concepção de nação, pois compreendem que esta noção divide os indivíduos, e estes passam a se preocupar apenas com aqueles que estão sob o mesmo território ou, ainda, com os indivíduos da

16 Estudioso das discussões sobre evolução presentes no anarquismo espanhol do final do século XIX e início do século XX, Sierra (1996) chama a atenção para o fato de que os próprios anarquistas, junto às prostitutas e outros “tipos” sociais, terem sido considerados seres “degenerados”, sendo, portanto, perseguidos e criminalizados.

“mesma raça”. O anarquismo, então, rechaça as teorias raciais. Para os/as anarquistas, raça é sinônimo de espécie, e todos os seres humanos devem viver em harmonia.

Imersos no debate cultural do período sobre as questões de evolução e degeneração, os/as anarquistas construíram suas próprias interpretações dessas concepções, com base em suas visões de mundo:

Estes fundamentos extraídos do evolucionismo naturalista, são a outra leitura de uma natureza humana ascendente mediante a prática da sociabilidade. A Natureza, a partir de Kropotkin e Reclus, deixava de ser vista como um conjunto de processos amorais como os qualificavam Charles Darwin, Aldous Huxley ou Herbert Spencer. Ao contrário, a ideologia anarquista se fundamentava em uma ciência da moralidade, como a ética que se tem desenvolvido primeiro na natureza e depois na humanidade (BRACONS, 2006, p.104).

Em suas expedições científicas como geógrafo na Manchúria e na Sibéria, Kropotkin desenvolveu sua obra *Apoio Mútuo: Um fato de Evolução*. Nessa obra, Kropotkin critica a concepção de “luta pela existência” na leitura hegemônica do darwinismo. O anarquista russo afirmava o mutualismo, a cooperação entre os animais, como principal fator de evolução e garantia de sobrevivência:

Se nós voltarmos nossas mentes para uma estreita observação da natureza e para uma história sem preconceitos das instituições humanas, nós logo descobrimos que o Apoio Mútuo realmente aparece, não apenas como a mais poderosa arma na luta pela existência contra as forças hostis da natureza e todos os outros inimigos, mas também como o principal fator de evolução progressiva. Para os animais mais fracos isto garante a longevidade (e, portanto, um acúmulo de experiência mental), a possibilidade de elevar sua progênie e o progresso intelectual. E essas espécies de animais, entre os quais o Apoio Mútuo é mais praticado, não apenas tem mais sucesso na obtenção de seus meios de subsistência, mas também estão à frente de suas respectivas classes (de insetos, aves, mamíferos) no que diz respeito à superioridade de seu desenvolvimento físico e mental (KROPOTKIN, 1903, p.16).

Assim, não eram simplesmente as espécies “mais fortes” que se adaptavam ao meio e a ele sobreviviam, mas se eram mais fortes, era devido à sua organização coletiva e cooperação entre os seres. Deste modo, a moral anarquista assenta-se nesse ideal de apoio mútuo:

A igualdade nas relações mútuas, e a solidariedade que dela resulta necessariamente: essa é a arma mais poderosa do mundo animal em sua luta pela existência.

[...] Chamando-nos anarquistas declaramos de antemão que renunciamos a tratar aos demais como não gostaríamos de ser tratados por eles; que não toleramos a desigualdade, o que permitiria a algum de nós exercer a violência ou a astúcia ou a habilidade de modo que nos desagradasse a nós mesmos. Mas a igualdade de tudo - sinônimo de equidade - é a própria anarquia (KROPOTKIN, 2008, p. 36).

Para os/as anarquistas, os princípios morais perderiam o caráter de obrigação se a organização social permitisse o desenvolvimento de relações entre iguais, sem distinções ou hierarquias.

A partir dos questionamentos e das críticas ao modelo de desenvolvimento e progresso do capitalismo industrial, os/as anarquistas buscavam desenvolver outras formas de viver e de buscar conhecimento. A fim de difundir seus conhecimentos, apostaram numa educação radicalmente libertária e na difusão de uma cultura solidária a partir das artes e da imprensa. Dentro disso, nas críticas que fazia à organização social em que estava inserido, Lima Barreto apropriou-se dos princípios anarquistas a fim realizar seus ideais em contraposição a uma estrutura societária que nega os valores de apoio mútuo e solidariedade.

3. O ANARQUISMO EM LIMA BARRETO

Há vários trabalhos feitos sobre Lima Barreto e também sobre a obra aqui analisada, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Lima (1916) relaciona Policarpo Quaresma ao Dom Quixote, e considera ambos visionários. Não aproxima a obra de Lima Barreto do anarquismo.

Rodrigues (2007) verifica o contraste entre as vozes do narrador e do protagonista, em que se percebe:

em Triste fim de Policarpo Quaresma, mais do que um único ponto de vista, atrelado à realidade observável, o que se percebe é um confronto de vozes que estabelecem visões diferenciadas do real retratado. Esse confronto é ainda mais significativo quando se observam as posições adotadas pelo narrador, responsável pela tessitura do texto, pela organização e seleção dos fatos, e as defendidas pelo protagonista do romance, Policarpo Quaresma. Ao mesmo tempo em que se confrontam, ambas se complementam em sua diferença para que, a partir dali, surja uma nova concepção do real (p. 12).

Em momento algum em seu trabalho Rodrigues cita o anarquismo na obra ou na vida do autor.

Siqueira (2015) analisa o significado da ironia no romance, mas a proximidade de Lima Barreto com o anarquismo aparece apenas em uma nota de rodapé, em que indica: "Para uma leitura diversa e nada simplista da relação entre Lima Barreto e anarquismo, conferir a obra Lima Barreto: o crítico e a crise, de Antônio Arnoni Prado (1989)" (p. 121).

Silva (2010) aponta que Lima Barreto era "simpatizante do marxismo e do anarquismo" (p. 78). Na análise do personagem Policarpo Quaresma, aponta que era "anticapitalista e anticospopolita" (p. 111).

Encontramos, entre os críticos, afirmações mais categóricas sobre a relação deste autor com o pensamento anarquista. Essa relação se dá não apenas nos ideais anarquistas inscritos em suas obras, mas também devido à contribuição de Barreto em jornais anarquistas. Além disso, em 1907, junto aos intelectuais libertários Curvelo de Mendonça, Domingos Ribeiro Filho e Elísio de Carvalho, Lima Barreto iniciou a sua própria publicação especializada em literatura, de verve libertária: *Floreal*, com apenas quatro números publicados. Composta de, em média, 40 páginas, a revista contava com textos literários, de análise literária, ou mesmo ensaios sobre temas como "Spencerismo e Anarquia", a questão do serviço militar obrigatório, etc.

Em tal revista, Lima tinha o objetivo de combater a imprensa do período, considerada por ele alienadora, e divulgar e publicar obras suas e de outros escritores com ideais próximos aos seus. O nome da revista é sugestivo:

Não seria errôneo supor que Lima Barreto ao escolher o "nome esperançoso" [...] de sua revista percorria o imaginário revolucionário ao evocar *des floréals*, o oitavo mês do calendário da Revolução Francesa, o esplendor da primavera e símbolo da autonomia dos povos. Por sua vez, seria um signo do próprio desabrochar do autor e de sua primeira grande obra, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, engavetada quatro anos e que achou em *Floreal* a chance de ser publicada (GUIMARÃES, s/d).

Sua obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* foi publicada pela primeira vez nos números de *Floreal*, bem como *O cravo vermelho* do escritor anarquista Domingos Ribeiro Filho e o conto *Dia de Amor* deste mesmo autor. Foi possivelmente a aproximação com Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) que levou Lima Barreto ao contato com o anarquismo. Ambos foram companheiros de repartição no funcionalismo público (Secretaria da Guerra). Daí então, Barreto passou a se interessar pelos movimentos operários.

Ainda sobre as relações de Barreto com escritores anarquistas, o autor recebeu uma breve crítica de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e outras obras do também escritor, e anarquista declarado, Fábio Luz, que o considerou “criador do romance social de crítica acerba, irônica, ferina, em que, *ridendo*, morde, caustica, ridiculariza, expõe no pelouro da letra de forma as mazelas da nossa sociedade, buscando de preferência as feições do ridículo” (LUZ, 1927).

Quanto a outros trabalhos acadêmicos e análises literárias que citam a influência anarquista em Lima Barreto, encontramos alguns que citam de passagem essa influência, outros que citam a influência, mas não a reconhecem em suas obras, e outros que encontraram nas obras de Lima Barreto os ideais e críticas anarquistas.

Addor (2012) cita de passagem Lima Barreto e a sua influência anarquista. Addor indica que Edgar Rodrigues noticiou o lançamento da revista *Floreal* e apresentou Lima Barreto como um "admirador e defensor do anarquismo" (RODRIGUES *apud* ADDOR, 2012, p. 105).

O principal biógrafo de Lima Barreto, Barbosa (2003, p. 253), também não aprofunda nas relações de Barreto com o anarquismo, e afirma: "Lima Barreto nunca foi, nem seria nunca, um revolucionário militante. Mas é fora de dúvida que sempre alimentou ideias, princípios e sentimentos anarquistas. Era, como se usa dizer, um simpatizante". Apesar disso, “embora sem participar da ação direta, dá ao movimento, que cresce a olhos vistos, o melhor do seu esforço de escritor e jornalista” (BARBOSA, 2003, p. 268). Bastos desconsidera, assim, que o anarquismo não preza apenas pela participação nas organizações, mas compreende a militância libertária em todas as esferas da vida.

Elizabeth Lima considerou Barreto como um "anarquista do riso", pois o autor aliava às suas críticas sociais de base anarquista um modo cômico de explicitá-las: "Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente a troça, para que tudo caia pelo ridículo. É o que aconselho a todos os revolucionários" (BARRETO *apud* LIMA, 1997, p. 60).

Bezerra (2010), por sua vez, indica que nas correspondências de Lima Barreto é possível encontrar elementos para se afirmar que ele esteve envolvido com organizações operárias, participando de reuniões esporadicamente, tendo, inclusive, sendo convidado a participar como delegado do Partido Operário Independente (BEZERRA, 2010, p. 23; LOPES, 2012, p. 2).

Todavia, a militância de Lima se deu, sobretudo, pelas letras, em seus escritos na imprensa, e principalmente, com as suas obras literárias. Na imprensa, além da revista *Floreal*, Lima contribuiu com diversos jornais anarquistas, como *A Lanterna*, *A Voz do Trabalhador* (órgão da Confederação Operária Brasileira) e *A Plebe*. Também Milton Lopes (2012) afirma a proximidade de Lima com o anarquismo, reafirmando os contatos anarquistas de Barreto já citados, bem como o anarquismo em suas obras. Acrescenta ainda a amizade de Barreto com José Oiticica (1881-1957), importante pensador anarquista brasileiro, quando adolescentes. Lopes afirma que Barreto chegou

a colaborar, paralelamente à sua atuação na imprensa comercial, em publicações operárias e mesmo anarquistas como *O Cosmopolita* (Órgão dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e Classes Congêneres, que circulou de 1916 a 1918), *O Debate* (editado por Astrojildo Pereira e Adolfo Porto no Rio de Janeiro em 1917), em *A Lanterna* (jornal anticlerical de S. Paulo com forte influência anarquista), *A Voz do Trabalhador* (1913-1915, órgão da Confederação Operária Brasileira), e *A Plebe* (S. Paulo). Em 1921, visitou a redação de *A Vanguarda* quando de sua passagem pela capital paulista, onde conheceu pessoalmente companheiros anarquistas como Edgard Leuenroth e João da Costa Pimenta (LOPES, 2012, p. 2).

Lima, assim, conviveu com escritores e militantes anarquistas e teve uma atuação significativa na imprensa operária do período.

Bastos (2010) aponta a filiação anarquista de Lima Barreto por ter contribuído com o jornal anticlerical *A Lanterna*, dirigido pelo anarquista Edgar Leuenroth, e sua amizade com o escritor anarquista Domingos Ribeiro Filho, além da fundação da revista *Floreal*. A aversão ao nacionalismo presente nos romances de Lima Barreto também é apontada pelo autor como um posicionamento "coerente com o Internacionalismo assumido pelos anarquistas" (BASTOS, 2010). Bastos também apresenta o romance *Aventuras do Doutor Bogóloff*, da história de um anarquista russo, criado por Barreto. No jornal *A Lanterna*, Lima Barreto escrevia crônicas com o pseudônimo Dr. Bogóloff. Sem trazer informações mais precisas, Bastos afirma: "No livro de observações clínicas do Instituto de Psiquiatria

da Universidade do Brasil consta que, em sua primeira estada no hospício em agosto de 1914, declarou que “adota as doutrinas anarquistas e quando escreve deixa transparecer, debaixo de linguagem enérgica e virulenta, os seus ideais” (BASTOS, 2010).

Nas suas obras literárias, Barreto tomou a *literatura como missão*, conforme aponta um dos que analisaram a obra barretiana, Nicolau Sevcenko. Na obra *Literatura como missão - tensões sociais e criação cultural na primeira república* (1999), Sevcenko seleciona Lima Barreto e Euclides da Cunha como expoentes da literatura crítica do início do século XX no Brasil. Este autor afirma que, para Barreto, a correta utilização da arte

tem um efeito decisivo sobre a comunidade humana. Sendo um canal de comunicação entre os homens, é ao mesmo tempo um veículo de valores éticos superiores e uma condicionadora de comportamentos. [...] A única relação compatível com a sua grandeza e potencialidade é a "militância" (SEVCENKO, 1999, p. 168).

Dessa maneira, Sevcenko afirma que para Barreto a arte seria instrumento de libertação e de ligação entre os homens, pois através dela teria contato com outras realidades, alcançando “a vida total do Universo” e incorporando “a sua vida na do Mundo” (BARRETO *apud* SEVCENKO, 1999, p. 168).

Nesse mesmo sentido, Antonio Arnoni Prado, outro crítico literário e estudioso das obras de Lima Barreto e de outros escritores anarquistas, afirma existir em Barreto uma “[...] luta quase solitária para que, nesse país, a literatura de algum modo levasse ao homem comum a mensagem de sua própria libertação e o estímulo para que não deixasse de lutar enquanto todos os seus direitos fundamentais não fossem reconhecidos” (PRADO, 1988, p. 159). Barreto se apropriou, então, da literatura como um instrumento para a libertação, tal como os anarquistas, almejando a solidariedade entre os indivíduos, a confraternização entre os povos e tecendo críticas à organização da sociedade em que vivia, indicando as suas deficiências e o controle sobre as pessoas.

O filósofo e cientista social, Francisco Foot Hardman, estudioso da cultura operária, aponta a filiação anarquista de Lima Barreto. Na obra em que apresenta suas considerações sobre a memória operária, a cultura e a literatura no Brasil, sobretudo anarquista, *Nem pátria, nem patrão!* (2002), Foot Hardman afirma: “a presença de autores anarquistas teve sua influência, mesmo difusa, na obra, por exemplo, de Lima Barreto [...]. Entre os clássicos do anarquismo, Kropotkin, em especial *A conquista do pão*, foi, ao que parece, dos autores mais lidos (HARDMAN, 2002, p. 126).

Kropotkin parece ser, de fato, uma das maiores influências anarquistas na obra de Lima Barreto, seja nos ideais de apoio mútuo presentes nas obras barretianas, mas

também é uma influência mais explícita no pensamento do autor, conforme o excerto abaixo:

É o que Kropotkine, no seu excepcional livro *L'Entr'aide*¹⁷, com uma abundância de argumentos, de "exemplos" e "observações", tirados da história e da natureza, demonstra com uma força igual à empregada por Darwin, nas *Origens das Espécies*, para elucidar a tese da luta (BARRETO *apud* BEZERRA, 2010, p. 86).

Nascimento (2006), a partir da análise de revistas e jornais anarquistas, assinala a influência de Max Stirner na obra de Lima Barreto, ao considerar este autor um nome expressivo da "demonstração individualista de matriz stirneriana": "A escrita livre, debochada e bem humorada de Lima Barreto lembra o estilo de Stirner" (NASCIMENTO, 2006, p. 81). Além disso, Nascimento reafirma a proximidade de Lima Barreto com o pensamento de Kropotkin:

Lima Barreto afirmou sua condição de individualista ao mesmo tempo em que assinalou "o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso" [...]. Além do mais o ideário comunista de Kropotkin fez ressonância em seus escritos, particularmente no que se refere à ênfase na solidariedade, e não na competição e luta, enquanto móvel primordial na sociabilidade humana (NASCIMENTO, 2006, p. 345).

Além de Kropotkin, Barreto lia outros anarquistas. Em uma correspondência ao amigo Jaime Adour da Câmara, Lima sugere a leitura de anarquistas como Piotr Kropotkin, Augustin Hamon, Élisée Reclus e Liev Tolstói:

Hei de te mandar as melhores publicações (as baratas, bem entendido) que puder sobre coisas sociais. Há brochurinhas muito boas e baratas em espanhol, português e francês, de Kropótkine, de Hamon, de Reclus, etc. [...] Leia sempre os russos: Dostoiévski, Tolstói, Turguênieff, um pouco de Górkí [...] (BARRETO *apud* BEZERRA, 2010, p. 24).

Quanto às obras de Lima Barreto em geral, para Bezerra, o autor teria escolhido o formato de crônica prioritariamente em suas publicações devido à liberdade que este gênero literário carrega em si, "porque é de sua natureza possibilitar ao escritor o registro de emoções em suas mais variadas formas ou circunstâncias" (BEZERRA, 2010, p. 48), reforçando, assim, a preocupação que Barreto tinha de que a forma literária também recusasse padrões estabelecidos, principalmente aqueles do parnasianismo, em voga no período em que escrevia.

Outros elementos que podem ser considerados para pensarmos a influência anarquista na obra de Lima Barreto, são as duas dimensões de sua obra, apontadas por Sevcenko: 1) a "temática do poder e seu efeito de separação, discriminação e distanciamento entre os seres"; 2) a "experiência dolorosa dos "humilhados e ofendidos" e

17 Apoio mútuol/mutualismo em francês.

que converge para o ideal da máxima confraternização entre os membros da humanidade” (SEVCENKO, 1999, p. 185). Estas duas características se fazem presentes no ideário anarquista.

Quanto à temática do poder e seus efeitos, a análise de Sevcenko no excerto abaixo nos indica elementos para aproximarmos a concepção de poder de Lima com a concepção anarquista:

Na sua obra, cremos que o critério mais abrangente para encaminhar a análise do acervo temático seja o do poder, compreendido numa acepção bastante particular. Trata-se de uma sensibilidade muito aguda do escritor para perceber no interior da sociedade o variado conjunto de procedimentos encadeados - compondo grandes e pequenas cadeias, vistosas e invisíveis - que tendiam a restringir o pensamento dos homens, tolhendo-lhes os meios para um desenvolvimento equilibrado da personalidade e a justa inserção social. Seu vislumbre, nesta perspectiva, englobava uma penetração vertical incidindo desde as estruturas políticas propriamente, como o governo e as ideologias, às instituições culturais mais salientes, como a imprensa e a ciência, aos modelos formalizados de comportamento coletivo, como o cosmopolitismo e o bovarismo, até às minúcias do relacionamento cotidiano, em que os símbolos de distinção definem sentidos de mando e subserviência ao nível do trato banal (SEVCENKO, 1999, p. 169).

Apesar de Nicolau Sevcenko não apontar essa concepção como uma característica anarquista, pudemos notar essa aproximação na concepção de poder apresentada por RAGO (1987) e KROPOTKIN (2011) no capítulo anterior deste trabalho: um entendimento do poder não apenas no campo da política institucional, mas encadeado e alastrado, abrangendo a macro e a micropolítica.

No que se refere à segunda dimensão, tanto a ênfase e a preocupação com a experiência dos “humilhados e ofendidos” está presente nas obras anarquistas (e, devemos lembrar, o movimento anarquista surge desses mesmos setores de “humilhados e ofendidos”: os trabalhadores explorados, as mulheres, os excluídos e rejeitados da sociedade), quanto o ideal da “máxima confraternização entre os membros da humanidade”, o grande ideal anarquista de uma sociedade organizada com base no apoio mútuo e na solidariedade entre os seres. Em suas obras, Lima Barreto valorizava a dignidade dos excluídos, tal como o movimento anarquista preza pela política construída pelos próprios indivíduos que devem libertar-se - os humilhados e ofendidos falam por si mesmos, sem mediadores ou líderes, representantes.

Para as/os anarquistas, a nova sociedade se construiria de baixo para cima, a partir da experiência dos humilhados e ofendidos. Essas duas dimensões da obra de Barreto complementam-se, portanto: "a atmosfera angustiante do primeiro nível gera uma ansiedade de solução e alívio, que são fornecidos pela segunda" (SEVCENKO, 1999, p. 185). Assim, é perceptível, conforme veremos no próximo capítulo, a proximidade do

escritor brasileiro com as ideias de apoio mútuo e solidariedade presentes no pensamento anarquista.

Em relação às influências anarquistas presentes nos romances de Lima, Fabiana Araújo e Thiago Oliveira (2013) identificam ideias anarquistas na obra *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e também confirmam as publicações de Lima Barreto em jornais anarquistas. Afirmam que no jornal *A Lanterna*, por exemplo, Lima “já despejava sua revolta contra as instituições, contra os professores e contra seus colegas, os quais, praticavam comportamentos preconceituosos em relação a ele” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2013, p.18). Apontam como proximidades com o anarquismo alguns elementos da obra de Lima como a denúncia às autoridades, ao racismo, a crítica à ideia de pátria, à imprensa e sua relação com o capitalismo (“era a imprensa, a onipotente imprensa, o quarto poder fora da Constituição!” (BARRETO, *apud* ARAÚJO e OLIVEIRA, 2013, p. 25), além das características anarquistas de personagens (Gregoróvitch e Abelardo Leiva) do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e “da utilização marcante das chamadas linguagens negadoras: paródia, ironia, sátira, etc (DEMINICIS e FILHO *apud* ARAÚJO e OLIVEIRA, 2013, p. 18).

Poucas são as análises do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* que se atentem às influências do anarquismo na obra. Mesmo as análises que focam na crítica ao patriotismo, pouco ou nada a relacionam com as influências anarquistas. Um bom trabalho que enxergou essa relação, foi a dissertação de mestrado de Jane Bezerra (2010). Bezerra analisa os romances *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Recordações do Escrívão Isaías Caminha* e suas relações com as ideias anarquistas, focando na crítica à noção de pátria (presente em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*) e na forma literária de *Recordações do Escrívão Isaías Caminha*. Quanto à análise de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a autora aponta apenas o antipatriotismo como uma característica da influência anarquista na obra, não atentando para outros elementos. Considera Policarpo Quaresma uma "figura romântica e idealista" (BEZERRA, 2010, p. 58) e identifica na obra a "construção imaginária do Brasil e de seu povo" (BEZERRA, 2010, p. 59); em relação às *Recordações do Escrívão Isaías Caminha*, Bezerra ressalta o fato de o romance ser considerado "mal estruturado" como a possibilidade de ser uma "regra quebrada" pelo autor. No entanto, os anarquistas também tinham grandes debates sobre estética: ao definir a “orientação estética de uma nova sensibilidade antiautoritária atuante” (RESZLER, s/d, p. 7), a estética anarquista reflete o pluralismo advindo de suas

correntes¹⁸, elaborando diversas concepções, alguns, inclusive, adotando estéticas mais formais, como os sonetos.

Em relação ao personagem Policarpo Quaresma, Borges, em seu artigo intitulado *Policarpo Quaresma e o romantismo anticapitalista*, retoma a tese de Michael Lowy e Robert Sayre (1993 e 2015) do caráter anticapitalista do romantismo e a crítica romântica ao “desencanto do mundo”. Para Borges, Policarpo Quaresma é um romântico que caminhava na “contramão da modernidade” (BORGES, 2001, p. 80), vendo no passado elementos perdidos na modernidade capitalista que poderiam levar a uma sociedade mais harmoniosa. Do mesmo modo, podemos pensar o anarquismo como um romantismo revolucionário, conforme apontam Lowy e Sayre: um romantismo que olha para o passado a fim de encontrar elementos que sirvam para a luta revolucionária, aspectos de harmonia com a natureza e com os seres que sirvam para repensar as relações modernas capitalistas¹⁹. No entanto, tanto os/as anarquistas não negam de todo as conquistas da modernidade, mas dela se apropriam para, junto à retomada de valores perdidos, forjarem uma nova sociedade.

E nessa harmonia com a natureza, é na imagem do mar, recorrente na obra barretiana²⁰, que o autor encontra a metáfora para o seu sonho de fraternidade e solidariedade. O mar guarda a memória da escravidão moderna, mas também:

Envolvendo todos os povos da terra com a sua imensa massa líquida, indiferente a distinções nacionais, culturais, sociais ou étnicas, o mar é por isso também a metáfora mais adequada para representar o princípio e o anseio de solidariedade entre todos os homens do planeta (SEVCENKO, 1999, p. 185).

A solidariedade é, então, a "ideia base e foco de todos os caminhos percorridos pelo autor" (SEVCENKO, 1999, p. 183), como assegura Lima Barreto em suas *Impressões de Leitura*: "A grande força da humanidade é a solidariedade [...] cheio dessa

18 “Individualista, exalta o poder criador, a originalidade altaneira da personalidade. Coletivista ou comunista, celebra o poder criador da comunidade ou do povo” (RESZLER, s/d, p. 7). Além disso, o anarquismo se apropria “das teorias românticas da síntese das artes para lhes dar uma dimensão ao mesmo tempo político-social e estética. A arte será não apenas a arte do povo e para o povo, mas também a arte *pelo* povo” (RESZLER, s/d, p. 8).

19 Há, na tradição anarquista, alguns pensadores que defendiam um retorno ao primitivo - os chamados “anarquistas primitivistas”. No entanto, o que prevaleceu no anarquismo foi uma “uma crítica moderna da modernidade”, ou seja, “longe de lançar um olhar exterior, de ser uma crítica vinda de um “além” qualquer, a visão romântica constitui uma “autocrítica” da modernidade” (LOWY e SAYRE, 2015, p. 43), ou ainda, uma “autocrítica da Razão” (LOWY e SAYRE, 2015, p.64), devido a questões que se desenvolveram na modernidade: “a subjetividade do indivíduo, o desenvolvimento da riqueza do eu, em toda a profundidade e complexidade de sua afetividade, mas também em toda a liberdade de seu imaginário” (LOWY e SAYRE, 2015, p. 47). Ademais, os anarquistas também acreditavam na razão e na ciência, desde que constituídas com bases libertárias.

20 O mar aparece em *Cemitério dos vivos* e no *Diário do hospício* do autor, como possibilidade de seu exílio e libertação; em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o protagonista morre quando se abaixa para colher uma flor enquanto contemplava o mar; “infinito e melancólico”, o mar também aparece em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

concepção venho para as letras disposto a reforçar esse sentimento com as minhas pobres e modestas obras" (BARRETO *apud* SEVCENKO, p. 183). Veremos como isso se confirma no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

O engajamento de Lima Barreto com as questões sociais de sua época levou-o a criar em sua obra mais conhecida, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, um retrato dos primeiros anos da república brasileira. Esse retrato, entretanto, tem o formato de uma caricatura, com matizes de ironia. Caricatura e ironia são recursos básicos da ficção de Lima Barreto. Inconformado com a organização societária na qual vivia, Barreto escrevia como quem tentava expurgar as mazelas que o afligiam: "A ironia vem da dor" (BARRETO *apud* SEVCENKO, p. 166), afirmara. Aliada a isto, o uso da caricatura possibilitava ao autor explicitar as deformações do desenho social. Exagerando na descrição dos fatos que queria criticar, Barreto visava suscitar o desprezo àquelas situações por parte de seu público leitor. Não intencionava, entretanto, um desprezo passivo: para Sevcenko, era um recurso eficaz, pois "ao mesmo tempo comove e revolta, suscitando assim uma reação seguida de um desejo de ação" (SEVCENKO, 1999, p. 167).

A fim de fomentar a ação que levasse ao questionamento e à mudança, Lima Barreto apela para a comoção dos seus leitores ao *triste fim* do personagem. Tanto o título quanto a epígrafe da obra antecipam seu desfecho. Em relação à epígrafe, é possível constatar pela biografia do autor que ele próprio sofria com o distanciamento entre a projeção ideal da sociedade que almejava e o mundo concreto com o qual se defrontou cotidianamente: Barreto foi internado duas vezes, tendo como principal problema o alcoolismo. Bebia para enfrentar seus demônios - o preconceito em relação à sua cor, mas também a melancolia por almejar ideais superiores em um mundo dominado por uma "rotina vulgar". Ecos dessa sua tristeza e decepção com a sociedade à sua volta estão presentes no personagem Policarpo Quaresma.

O nome do protagonista da obra também comporta algumas interpretações: Carpir pode ter tanto o significado de "arrancar (erva daninha ou mato); capinar", mas também "expressar-se por meio de lamento; chorar, lamentar". Assim, podemos compreender "Policarpo" como *poli* (muito) + *carpi* (choro) ou muito sofrimento. Quaresma, por sua vez, é o período de quarenta dias após a quarta-feira de cinzas em que os católicos fazem penitências como preparação à Páscoa, interpretação confirmada no romance: "Ele tinha que ir para o posto de suplício, tinha que subir o seu Calvário, sem esperança de ressurreição" (BARRETO, 1996, p. 180). Carregando o sofrimento no nome e a penitência no sobrenome, o protagonista só poderia ter um triste fim. Podemos, entretanto, analisar seu nome por outra perspectiva: *Policarpo*, do grego, *polúkarpos*,

significa “que produz muitos frutos”. E a *Quaresma* sendo o período que antecede a ressurreição, pode, então, ser a esperança. A ambiguidade não fica apenas no nome do personagem. A obra é repleta de signos ambíguos, conforme veremos.

Nas críticas que tece ao contexto histórico em que se passa o romance, o autor foca principalmente em caricaturar tipos de personagens que auxiliam na sustentação de uma sociedade retratada por ele como baseada no egoísmo e nos interesses individuais. A perda da solidariedade e do apoio mútuo, ideais máximos dos/as anarquistas, de Lima Barreto e também de Policarpo Quaresma conforme veremos, decepciona o personagem e o autor, interessados em transferir para a vida real os princípios de seus ideais. Tal como a epígrafe aponta, Policarpo acaba por ter “bem menos sucesso na vida do que aquele que se move pelo egoísmo ou pela rotina vulgar”.

A “rotina vulgar” no romance relaciona-se com a Primeira República Brasileira, sustentáculo do sistema capitalista em ascensão. Na organização societária republicana, há um chefe nacional e diversos aparelhos estatais que funcionam como órgãos legitimadores da política exercida pelo governo: as prisões, os hospícios, as escolas e universidades, o casamento, o exército, as instituições científicas, entre outros. O movimento anarquista, como vimos, rechaça todas estas instituições por compreender que elas exercem controle sobre os indivíduos, privando-os do livre pensamento e emancipação. Na obra aqui analisada todas as essas instituições aparecem no livro e são, de algum modo, criticadas.

Nas críticas à república brasileira e à “rotina vulgar” dela advinda, Barreto se aproxima dos princípios anarquistas apresentados no capítulo anterior deste trabalho. Ao analisar a sociedade brasileira, Lima Barreto se apropria da concepção anarquista de poder, percebendo o poder espraiado, atingindo a todos e a cada um. As instituições que controlam a população em um nível macro, no cotidiano se mesclam atingindo os indivíduos de diferentes formas, de modo que cada um responde de forma diferente ao poder que o aflige: há aqueles que o aceitam, tentam a ele se moldar, e/ou se apropriar; há outros em que o choque com as instituições os esfacela; e há ainda outros que resistem aos poderes, demolindo-os: a prática política, para os anarquistas, diz respeito a esse dismantelar cotidiano das correntes de poder. Na obra aqui analisada, encontramos esses diversos tipos de personagens, bem como as críticas às instituições.

4. ANARQUISMO, PODER E INSTITUIÇÕES EM *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*

A obra se divide em três partes sem título (dentro das quais há cinco capítulos em cada, intitulados). Percorrendo a epígrafe da obra, podemos pensar que as partes de algum modo a ela remetem, sendo: Parte I: a transferência dos princípios do ideal para a vida real; Parte II: o homem completo sem sucesso; Parte III: o egoísmo e a rotina vulgar levando ao triste fim do “homem superior”. Na primeira parte assistimos à defesa do idealismo de Policarpo Quaresma: seu ufanismo. A parte dois remete à tomada de ação pelo personagem. Nesta parte o narrador nos conta a retirada de Quaresma ao seu sítio, Sossego, na tentativa de trabalhar no cultivo da terra, a fim de servir de exemplo aos demais. É nessa segunda parte que Quaresma começa a perceber com mais força as dificuldades de realizar o seu ideal. A terceira parte é carregada de tristeza. O egoísmo e a rotina vulgar em torno de Policarpo levam-no ao seu triste fim. Nessa parte é narrada a batalha do exército brasileiro sob as ordens do Marechal Floriano, contra os revoltosos da marinha, no episódio da história do Brasil que ficou conhecido como Revolta da Armada. Tal como foram vencidos os revoltosos, Quaresma também perde a sua batalha em busca de alcançar seu ideal, que demonstra não ser apenas um ideal patriótico, mas de uma solidariedade maior.

A fim de explicitar as críticas feitas na obra e compreender a relação entre a concepção anarquista de poder e a dificuldade de alcançar o ideal, exposta na epígrafe, analisaremos a obra percorrendo as suas três partes. Nisso, pretendemos explicitar em cada uma das partes: 1) a crítica ao contexto histórico-social vigente e às instituições; 2) a indissociabilidade das instituições, expostas na obra a partir da descrição dos lugares, das plantas, de objetos, entre outros elementos; 3) a compreensão da micropolítica e como ela atinge os indivíduos (ou, como os indivíduos permitem ser atingidos por ela); 4) o patriotismo de Policarpo Quaresma e a sua constatação do caráter polivalente da nação.

4.1 Parte I

O narrador nos apresenta Policarpo Quaresma como alguém que carrega em si diversas tradições: ele é caracterizado a partir de palavras que o identificam com certa rigorosidade de ações, uma pessoa disciplinada - "como de hábito", Quaresma chega em casa às quatro e quinze da tarde, “sem erro de um minuto”, “matematicamente determinado, previsto e predito”, de modo que "a vizinhança já lhe conhecia os hábitos”

(BARRETO, 1996, p. 19)²¹, "hábitos burocráticos" (p. 30), conforme afirma o narrador. Era subsecretário do Arsenal de Guerra há mais de vinte anos e, assim, Policarpo encarna a burocracia e a marcação temporal, a tal ponto que na casa de um de seus vizinhos marcavam a hora do jantar a partir da chegada de Quaresma: "Alice, olha que são horas; o Major Quaresma já passou" (p. 19).

O major tinha enorme apreço pelo seu país, pois "Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente" (p. 22). Entretanto, no primeiro parágrafo do romance, a primeira contradição salta aos olhos: Quaresma comprava "sempre o pão da padaria francesa" (p. 19), o que vai de encontro às defesas que faz dos produtos nacionais. Ele compra pão na padaria francesa, mas nega à irmã, Dona Adelaide, que cozinhe um "frango com *petit-pois*", um prato francês, pois "esse tal *petit-pois* é estrangeiro" (p. 26). Se *petit-pois* é, em francês, ervilhas, Quaresma sugere frango com "guando", uma espécie de feijão branco - claramente uma apropriação do prato francês para uma elaboração à brasileira.

Na composição da sua estante de livros, seguia um critério parecido: embora na ficção tivesse apenas autores nacionais, abria-se aos estrangeiros em seus escritos sobre a História do Brasil. Também tinha "dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios em vários idiomas" (p. 23) e lia francês, inglês e alemão, a fim de complementar seus conhecimentos.

Quaresma também empregava o ecletismo cultural nos seus trajes: estava sempre de fraque - vestimenta de modelo inglês - e usava o modelo de óculos francês, *pince-nez*.

A influência internacional aparece ainda nas referências em que se apega para valorizar a modinha como "a mais genuína expressão da poesia nacional" (p. 21): em vez de citar exemplos da modinha nas terras brasileiras, cita a honra que esse gênero teve em Lisboa, no século anterior, e também afirma que "Beckford, um inglês notável, muito o elogia" (idem). Assim, Quaresma oscila entre as referências internacionais e o seu apreço à pátria brasileira: "- [...] Convém que nós não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais..." (idem).

Na construção da imagem da pátria e sua relação com as noções anarquistas deste conceito, o narrador aponta a associação entre pátria e militarismo quando justifica a escolha profissional de Quaresma que, na tentativa frustrada de ser militar, buscou

²¹ Todas as citações daqui em diante foram extraídas da mesma obra e edição, salvo indicação contrária.

trabalhar na administração deste ramo: “Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que **é bem o hálito da Pátria**” (p. 22, grifo nosso). Para os anarquistas, o exército serve para a violência do Estado contra os cidadãos que não se ajustam às leis, defendendo os interesses das classes dominantes, e também para preservar ou aumentar o território nacional com as guerras. Policarpo, entretanto, enxerga no ramo militar um legítimo representante da pátria, explicitado da afirmação “que é bem o hálito da Pátria”.

Além disso, Policarpo estimava a cultura brasileira e, assim, na primeira parte da obra, a fim de valorizar a cultura nacional, passa a tomar lições de violão com Ricardo Coração dos Outros. Apesar de figurar como Paganini fazia nos salões dos duques, era nos subúrbios que Ricardo tinha fama. “Gozava da estima geral da alta sociedade suburbana”, caracterizada com doses de ironia pelo narrador:

É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado — aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção (p. 25).

Para o narrador, os indivíduos dessa “alta sociedade suburbana”, por estarem presos no seu egoísmo, buscam distinguir-se dos demais. Mas o que os distingue das classes mais baixas é ter “todo dia jantar e almoço”. Em vez de se solidarizar com quem não tem a alimentação garantida, ou se revoltar com a desigualdade, contentam-se com esse “símbolo de distinção” e, inclusive, olham aos demais com ares de superioridade, ou “como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida”.

Apesar da estima dessa “alta sociedade” pela arte de Ricardo, ao tomar lições de violão com Coração dos Outros, Quaresma depara-se com a opinião pública enquanto instituição opressora: ao mudar seus hábitos e passar a tomar lições de violão, Quaresma passara a provocar comentários em seu bairro: “Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável!” (p. 19); “Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!” (p.20). A vizinhança que, em geral, respeitava Policarpo, muda de opinião a partir da entrada do violão na casa e na vida do major: “À vista de tão escandaloso fato, a consideração e o respeito que o Major Policarpo

Quaresma merecia nos arredores de sua casa, diminuíram um pouco. Estava perdido, maluco, diziam” (idem).

Ignorando os comentários, ele prossegue com seu ideal: foi com Albernaz em busca de Maria Rita, “uma preta velha, que morava em Benfica, antiga lavadeira da família Albernaz” (p. 31), atrás de canções populares. Eles estavam em busca da tradição brasileira, e uma “preta velha”, ex-escrava, vem a representar isso. No entanto, os objetos descritos da casa de Maria Rita não seguiam a tradição como Quaresma bem queria:

Ao lado de uma Nossa Senhora da Penha, havia um retrato de Vítor Emanuel com enormes bigodes em desordem; um cromo sentimental de folhinha – uma cabeça de mulher em posição de sonho – parecia olhar um São João Batista ao lado. No alto da porta que levava ao interior da casa, uma lamparina, numa cantoneira, enchia de fuligem a Conceição de louça (p. 33).

Além das várias referências ao catolicismo, de origem europeia, há ainda um retrato de “Vitor Emanuel”, rei da Itália entre os anos de 1849 a 1861, considerado o "Pai da Pátria" daquela nação: foi responsável por unificar a Península Itálica. Vitor Emanuel, assim, integra diversas variações culturais em um único estado, tal qual o nacionalismo de Quaresma tem se apresentado: a assimilação das diversas culturas que compõem a realidade brasileira.

A casa de Maria Rita era “coberta com as pesadas telhas portuguesas” (p. 33). O narrador ainda comenta que quando a velha apareceu, “Capengava de um pé e parecia querer ajudar a marcha, com a mão esquerda pousada na perna correspondente” (idem), tal como a sua tradição, a velha capengava. Albernaz e Quaresma esperavam que ela guardasse memórias de músicas “do tempo do cativo” (p. 34), como ela afirma. Depois, dizem que a falta de memória dela era “bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos tenazes que os guardam durante séculos!” (idem). Quaresma e Albernaz não levam em conta a realidade da história brasileira: por que haveria uma ex-escrava de querer guardar suas tradições e lembranças “do tempo do cativo” se a historiografia oficial do Brasil buscou apagar as tradições negras?

Dias depois, os dois seguiram em busca de um literato, “cultivador dos contos e canções populares do Brasil” (p. 35), que lhes contou algumas histórias e aprenderam o “Tangolomango”, brincadeira feita com crianças. Quando Quaresma foi pesquisar sobre o *folklore*, descobriu que quase todas as canções folclóricas eram estrangeiras. Não desistiu, ainda assim.

Quaresma valorizava também as terras brasileiras, as personalidades, e acreditava que era uma questão de tempo para o Brasil "ser superior à Inglaterra" (p. 30), a grande potência mundial do período. Estava decidido a agir, concretizar seu ideal.

Acreditava, entretanto, numa revolução passiva – “A coisa vai naturalmente, não é preciso violências...” (p. 39).

Essa calma e tranquilidade de Policarpo Quaresma aparecem em diversos momentos do livro. Além disso, Quaresma é portador de grande humildade, diferente da maioria dos demais personagens. Ele trazia os olhos sempre baixos, no entanto, apesar de seu isolamento, “quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava” (p. 20). Aprofundava-se nas relações, não as tomando de forma superficial ou por interesse. Além disso, apesar de ser de um tipo comum (“era um homem como todos os outros” (p. 24)), não tinha “no mínimo grau” qualquer ambição política ou de fortuna (idem).

Policarpo ajudava as pessoas acima de tudo: ajudou seu compadre Coleoni, imigrante italiano, emprestando-lhe dinheiro. Ele não percebeu “a contradição entre as suas ideias patrióticas e o seu ato” (p. 38), visto que ajudava um estrangeiro. Do investimento desse dinheiro na sua quitanda e tornando-se empreiteiro, Coleoni enriqueceu. Como agradecimento ao Quaresma, Coleoni batizou sua filha Olga como afilhada de seu benfeitor.

Quaresma era também estranho “às competições, às ambições, pois nada dessas coisas que fazem os ódios e as lutas tinha entrado no seu temperamento” (p. 54). Ao retratá-lo de tal maneira, o narrador parece querer conquistar a afetividade do leitor em relação ao personagem, conforme o excerto abaixo:

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma idéia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas. É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça (idem).

Aqui o narrador já demonstra a sua percepção sobre a diferença entre o ideal patriótico de Policarpo, e a presença de um ideal maior nesse personagem, uma intenção de “uma reforma, a emancipação de um povo” (p. 39).

Afeito aos livros, a vizinhança o considerava esquisito e misantropo. O misantropo é um personagem habitual na obra de Barreto, geralmente apresentado como um indivíduo que está desiludido com a sociedade e suas opressões e, portanto, isola-se (SEVCENKO, 1999). Não apenas um isolamento da cidade, mas principalmente do

convívio social, perdendo-se entre os livros. Em seu isolamento, criam uma existência ideal, uma alternativa à sociedade que negam²². Quaresma assim o faz.

Passa, então, a adotar e propor diversas mudanças que considera corretas na sua defesa da cultura brasileira, e tenta de diversas maneiras mudar os costumes. Após o fracasso na busca das tradições, ao perceber que as brasileiras são em grande parte de origem estrangeira, Quaresma vai à busca de algo mais puro, não tocado pelos colonizadores: quis, então, “estudar os costumes tupinambás; e, como uma ideia traz outra, logo ampliou o seu propósito e eis a razão por que estava organizando um código de relações, de cumprimentos, de cerimônias domésticas e festas, calcado nos preceitos tupis” (BARRETO, 1996, p. 37).

A ficção da ideia de pátria com uma identidade própria e una, bem como o distanciamento com a raiz indígena, é ironizada no excerto seguinte, quando ao cumprimentar seus amigos, Policarpo

Desandou a chorar, a berrar, a arrancar os cabelos, como se tivesse perdido a mulher ou um filho. [...] Ele ainda chorou um pouco. Enxugou as lágrimas e, depois, explicou com a maior naturalidade:

— Eis aí! Vocês não têm a mínima noção das coisas da nossa terra, Queriam que eu apertasse a mão... Isto não é nosso! Nosso cumprimento é chorar quando encontramos os amigos, era assim que faziam os tupinambás (p. 37).

O narrador ironiza as buscas de Policarpo por uma identidade nacional. Para os anarquistas a noção de pátria é uma noção abstrata: conjugam-se diversas realidades e culturas diferentes em um território demarcado politicamente ou conquistado em conflitos, e dá-se o nome de determinado país. Assim, Lima Barreto retoma o trabalho dos nossos escritores românticos que, em busca de uma identidade nacional, buscaram as raízes indígenas do país. Quaresma estudara os índios, a fim de encontrar elementos para organizar "um sistema de cerimônias e festas que se baseasse nos costumes dos nossos silvícolas e abrangesse todas as relações sociais" (p. 30). Para dar seguimento à sua proposta, redigiu um requerimento em que pedia ao Congresso Nacional que decretasse o tupi-guarani “como língua oficial e nacional do povo brasileiro” (p. 52). Foi, por isso, ridicularizado por aqueles que o ouviram na sessão da Câmara e também pelos jornais que o publicaram gracejando dele. A língua portuguesa, imposta pelos colonizadores, aparece, então, como uma tradição, uma instituição da qual não se pode fugir.

Além do requerimento, houve outro episódio: dividido entre suas “obrigações de todo dia” e a “preocupação de provar que sabia o tupi” (p. 59), Quaresma escreveu um

²² Essa também é uma característica encontrada em alguns anarquistas que visaram construir comunidades alternativas ao sistema capitalista. Exemplo disso é a Colônia Cecília, experiência anarquista no interior do Paraná entre os anos de 1890 e 1893.

ofício em tupi e, por descuido, encaminhou ao secretário do arsenal de guerra. Consultaram o doutor Rocha, considerado homem sábio, para saber se poderia haver comunicação em língua estrangeira, pois acharam que era grego, “por causa do “yy”” (p. 59). O ofício, então, deparou-se com a burocracia estatal. Depois de três dias de estudos nos regulamentos e repertório de legislação, Rocha informou que havia apenas um aviso sobre ortografia, mas era omissivo sobre a língua que devia ser utilizada nos documentos oficiais. Mesmo assim, “não parecia regular usar uma que não fosse a do país” (p. 60), afirma o narrador, explicitando o desconhecimento da administração do país em relação à língua tupi.

4.1.1 Instituições de ensino

O ofício foi, assim, censurado, e o major Quaresma encaminhado à sala do diretor do arsenal. Ao admitir que teria sido ele quem havia escrito tal ofício, o diretor ainda questiona: “então confessa”? E Policarpo responde “Pois não. Mas Vossa Excelência não sabe...”. Não teve chance de terminar a frase, pois o diretor sentiu-se profundamente ofendido, ou, três vezes ofendido: “na sua honra individual, na honra de sua casta e na do estabelecimento de ensino que frequentara, a escola da Praia Vermelha, o primeiro estabelecimento científico do mundo” (p. 60). Com tantos títulos valiosos e raros, como se atrevia aquele “amanuense” a dizer que ele não sabia alguma coisa? Assim questiona o diretor ao Quaresma:

—Não sabe! Como é que o senhor ousa dizer-me isto! Tem o senhor porventura o curso de Benjamim Constant? Sabe o senhor Matemática, Astronomia, Física, Química, Sociologia e Moral? Como ousa então? Pois o senhor pensa que por ter lido uns romances e saber um francesinho aí, pode ombrear-se com quem tirou grau 9 em Cálculo, 10 em Mecânica, 8 em Astronomia, 10 em Hidráulica, 9 em Descritiva? Então?! (p. 61).

É possível perceber como o diretor ostenta seu diploma expedido por uma instituição de ensino como se esta fosse uma autoridade para validar sua superioridade, valorizando acima de tudo os seus estudos nas ciências “duras”, e desvalorizando conhecimentos outros, como os “romances” e o conhecimento em um “francesinho aí”. Desse modo, o diretor apropria-se do discurso científico e do status que este tem na sociedade, bem como do prestígio das instituições de ensino, a fim de justificar a sua autoridade. Assim, confirma a crítica anarquista que considera as instituições de ensino como criadoras de hierarquias entre as classes sociais.

A reação do diretor ao considerar que Policarpo pouco teria a acrescentar à administração pública e de que pouco valem seus conhecimentos, é legitimada pela

opinião pública. Os colegas da repartição o consideraram doido. Além disso, reunidos em uma festa, amigos e conhecidos de Quaresma conversavam, quando Genelício chegou com a notícia de que “Quaresma está doido”, pois “fez um ofício em tupi e mandou ao ministro” (p. 50). Vejamos o diálogo que se sucedeu:

- Nem se podia esperar outra coisa, disse o doutor Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura...
- Pra que ele lia tanto? indagou Caldas.
- Telha de menos, disse Florêncio.
- Genelício atalhou com autoridade:
- Ele não era formado, para que meter-se em livros?
- É verdade, fez Florêncio.
- Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.
- Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título "acadêmico" ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?
- Decerto, disse Albernaz.
- Decerto, fez Caldas.
- Decerto, disse também Sigismundo (p. 50-51).

Ao contrário dos/as anarquistas, que reivindicam o autodidatismo e a instrução integral a todos e todas para que cada indivíduo tivesse a possibilidade compreender o mundo e emancipar-se e participar da vida política, esses personagens concordam que as leituras deveriam ser apenas para “os sábios, para os doutores”, não sendo prática de gente simples. Genelício, inclusive, reivindica a instituição jurídica para legitimar a instituição acadêmica, quando afirma que “Devia até ser proibido [...] a quem não possuísse um título "acadêmico" ter livros”. Do mesmo modo, o doutor Segadas, "um clínico afamado" pela vizinhança de Quaresma, também não admitia que Policarpo Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para quê? Pedantismo!” (p. 19). Desta maneira, o narrador ironicamente manifesta nessa passagem e na anterior a sua crítica à tirania das instituições de ensino.

4.1.2 Militarismo

A instituição que mais recebe críticas na obra é o exército. Há muitos personagens militares na obra (General Albernaz, Tenente Fontes, Major Inocêncio Bustamante, Contra-almirante Caldas, Capitão de bombeiros Sigismundo, Tenente Antonino Dutra, Marechal Floriano Peixoto), sendo que a maioria deles está correndo atrás de promoções e gratificações, ou ainda, no caso do Tenente Antonino Dutra, buscando uma carreira política, como se nem os próprios militares acreditassem na abstração da ideia que defendem - a pátria - adotando-a por interesses individuais.

O General Albernaz talvez seja a principal caricatura de alguém a quem importam na vida, principalmente, os títulos e a posição social em que ele e os demais estão inseridos.

O altissonante título de general, que lembrava coisas sobre-humanas dos Césares, dos Turennes e dos Gustavos Adolfos, ficava mal naquele homem plácido, medíocre, bonachão **cuja única preocupação era casar as cinco filhas e arranjar "pistolões" para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar.** Contudo, não era conveniente que se duvidasse das suas aptidões guerreiras. Ele mesmo, percebendo o seu ar muito civil, de onde em onde, contava um episódio de guerra, uma anedota militar. "Foi em Lomas Valentinas", dizia ele... Se alguém perguntava: "O general assistiu a batalha?" Ele respondia logo: "Não pude. Adoeci e vim para o Brasil, nas vésperas. Mas soube pelo Camisão, pelo Venâncio que a coisa esteve preta" (p. 31-32, grifo nosso).

Preocupado com a imagem que fariam dele, e sabendo que muitas pessoas valorizavam aqueles que participavam de batalhas, o General sempre tinha alguma justificativa para a sua não participação nestas, que se repetem ao longo da obra: sobre alguma batalha em Curupaiti, ele responde: "– Não estive. Adoeci e vim para o Brasil. Mas o Camisão... Não imaginam o que foi – você sabe, não é, Inocêncio?" (p. 89); questionado se estava a bordo em uma batalha naval ocorrida durante a Guerra do Paraguai, responde: "– Não, eu fui mais tarde. Perseguições fizeram com que eu não fosse designado, porque o embarque equivalia a uma promoção... Mas, na passagem de Humaitá..." (idem). O General, assim, realizava-se a partir do título que carregava e o significado disso. No entanto, o narrador explicita a contradição do personagem:

O general nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro. Fora sempre ajudante-de-ordens, assistente, encarregado disso ou daquilo, escriturário, almoxarife, e era secretário do Conselho Supremo Militar, quando se reformou em general. [...] Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos (p. 31).

O patriotismo de Albernaz estava, assim, ligado à instituição militar. Mas a sua inscrição em tal instituição se dava pelo status que ela lhe conferia e pela valorização social desta, pois pouco havia nele de sinceridade em relação à instituição. A partir dessas descrições dos personagens militares, visto que todos eles defendiam a pátria a fim de preservar seus postos de trabalho e ganhar promoções e prestígio, o narrador demonstra a sua crítica ao militarismo e à noção de pátria. Nesse sentido, na compreensão anarquista, "o patriotismo político, o amor ao Estado, não é a expressão fiel deste fato: é uma expressão distorcida por meio de uma falsa abstração, sempre em benefício de uma minoria exploradora" (BAKUNIN, s/d).

4.1.3 Hospício

Como vimos no capítulo dois deste trabalho, para o anarquismo as diversas instituições auxiliam a assegurar os interesses das classes dominantes. Assim é com a instituição militar, e também com as instituições de ensino na república que têm como papel criar hierarquias, formar indivíduos dóceis e obedientes, e também de legitimar determinados saberes em detrimento de outros. Tal como o Estado, as instituições de ensino também estão baseadas nos princípios iluministas. Esses princípios embasam também o racionalismo proveniente das instituições republicanas. Outra instituição que auxilia na criação de hierarquias e que foi criada a fim de segregar os indivíduos considerados desprovidos de razão foi o hospício. Presente na vida de Lima Barreto, que foi internado duas vezes e teve o pai considerado demente²³, o hospício também aparece descrito de modo crítico.

O quinto e último capítulo da primeira parte inicia-se com a descrição do hospício, a partir do olhar de Olga, quando vai visitar seu padrinho, que estava internado havia três ou quatro meses. Depois da suspensão que recebeu por causa do episódio com o ofício em tupi, Quaresma não quis mais sair de casa, sentia-se perseguido e imaginava os amigos como inimigos. Decidira, então, internar-se.

Na descrição do narrador, como que do pensamento de Olga, a instituição tem aspectos mórbidos: “Só o nome da casa metia medo. O hospício! **É assim como uma sepultura em vida**, um semi-enterramento, enterramento do espírito, da razão condutora, de cuja ausência os corpos raramente se ressentem” (BARRETO, 1996, p. 62, grifo nosso)²⁴. Além disso, o narrador ainda a descreve como uma “casa imensa, severa e grave, meio hospital, meio prisão” (p. 62) aludindo à outra importante instituição, também nascida com a ascensão dos Estados-nação, e responsável por auxiliar na manutenção dos “bons modos” da população: a prisão. Para os anarquistas, como Kropotkin (2002), a revolução social levaria ao fim, simultaneamente, do crime e da prisão, visto que, na concepção anarquista, as desigualdades que levam ao crime são criações do sistema

23 De 1889 a 1902, João Henriques, pai de Lima Barreto, foi escriturário, almoxarife e administrador nas colônias de alienados Conde de Mesquita e São Bento, instituições psiquiátricas localizadas na Ilha do Governador. Mais tarde, João Henriques acabou recebendo tratamento como pensionista na Casa de Saúde e Convalescença de São Sebastião após uma crise delirante. Arantes (2008) relaciona a internação de Quaresma à internação do pai de Lima Barreto, sobretudo no trecho “Como é fácil na vida tudo rui! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice...” (BARRETO, 1996, p. 64).

24 Essa descrição remete também à obra escrita posteriormente por Lima Barreto quando da sua segunda internação no Hospital Nacional de Alienados no Rio de Janeiro: *Cemitério dos vivos*.

econômico e cultural vigente. Do mesmo modo, o hospício enquanto outra instituição responsável por privar da liberdade os indivíduos, com uma justificativa científica, também não era bem aceito pelo movimento. Barreto aproveita, então, suas críticas às instituições presentes na obra, para retratar também o hospício, de acordo com as suas percepções e reflexões sobre a loucura.

Diferente da ideia popular da loucura, que a associa com “o escarcéu, os trejeitos, as fúrias, o entrechoque de tolices ditas aqui e ali” (BARRETO, 1996, p. 62), o narrador descreve um ambiente calmo, silencioso, de ordem perfeitamente natural. Reflete também sobre “o horror da loucura, o angustioso mistério que ela encerra, feito não sei de que inexplicável fuga do espírito daquilo que se supõe o real, para se apossar e viver das aparências das coisas ou de outras aparências das mesmas” (p. 63). Essa “fuga do espírito daquilo que se supõe o real” é também a fuga de Policarpo da sua dificuldade de transportar os princípios do ideal, conforme expressa a epígrafe da obra.

No início das visitas, Olga teve “certo pudor em se misturar com os visitantes”, mas logo modifica a sua percepção em um exercício de solidariedade:

Parecia-lhe que a sua fortuna a punha acima de presenciar misérias; recalçou porém, dentro de si, esse pensamento egoísta, o seu orgulho de classe, e agora entrava naturalmente, pondo em destaque a sua elegância natural. Amava esses sacrifícios, essas abnegações, tinha o sentimento da grandeza deles, e ficou contente consigo mesma (p. 64).

Ela percebia a desgraça dos que lá estavam, e deles se compadecia. Sempre descrita com elogios pelo narrador, é possível que este seja um sentimento sincero de Olga, que tinha afeição ao seu padrinho e “sentia confusamente nele alguma coisa de superior, uma ânsia de ideal, uma tenacidade em seguir um sonho, uma ideia, um voo enfim para as altas regiões do espírito que ela não estava habituada a ver em ninguém do mundo que frequentava” (p. 39). Assim, Olga parece ser alguém que também tem “ânsia de ideal” e é, então, solidária aos que sofrem com as hierarquias da vida real.

O narrador nos conta como as desgraças da vida nivelam as hierarquias sociais:

No bonde vinham outros visitantes e todos não tardaram em saltar no portão do manicômio. Como em todas as portas dos nossos infernos sociais, havia de toda a gente, de várias condições, nascimentos e fortunas. Não é só a morte que nivela; a loucura, o crime e a moléstia passam também a sua rasoura pelas distinções que inventamos.

Os bem-vestidos e os mal-vestidos, os elegantes e os pobres, os feios e os bonitos, os inteligentes e os néscios, entravam com respeito, com concentração, com uma ponta de pavor nos olhos como se penetrassem noutro mundo (p. 64).

Essa percepção leva Olga a uma reflexão que parece expressar também a voz do narrador e suas angústias: “E ela pensava como esta nossa vida é variada e diversa,

como ela é mais rica de aspectos tristes que de alegres, e como na variedade da vida a tristeza pode mais variar que a alegria e como que dá o próprio movimento da vida” (idem). A dor, a tristeza, e as ações daqueles que resistem a essa realidade é, para o narrador, o que anima a vida, assim como para os anarquistas a constante busca pela liberdade é o que leva ao progresso, faz a vida se desenvolver.

4.1.4 Instituição matrimonial

O capítulo que apresenta as reflexões sobre o hospício foi denominado “O bibelot” e finaliza com Ricardo batendo o braço em um armário e derrubando um bibelô no chão, “que se esfacelou em inúmeros fragmentos, quase sem ruído” (p. 72). Essa cena nos leva a pensar no bibelô como uma metáfora do indivíduo que é frágil frente às instituições sociais; ao chocar-se contra as elas, cai sem fazer ruído, devido à força da instituição e a pequenez do indivíduo. Policarpo Quaresma é um dos bibelôs do romance, esmagado pela instituição burocrática, pela opinião popular, pela língua portuguesa que lhe foi imposta, e também pelo hospício.

Outro bibelô, mais facilmente de ser relacionado à cena supracitada, é Ismênia, quem responde a uma pergunta de Dona Adelaide pouco antes de Ricardo quebrar o bibelô. A instituição que despedaça Ismênia ao longo da obra, e que é fortemente criticada no romance, é o casamento. Como já vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o casamento recebe diversas críticas do movimento anarquista, devido ao seu caráter de contrato de negócios e também por ser uma instituição responsável por subjugar as mulheres. A condição de Ismênia na obra é uma caricatura das consequências dessa instituição à vida das mulheres.

Ismênia pouco fala na obra, e quando fala, é sobre casamento. Não tinha hábito de leitura, nem de conversa, pois a única coisa que importava para ela - visto que era para isso que as moças eram educadas - era casar, apesar de em nenhum momento demonstrar vontade ou paixão, como afirma o narrador no excerto seguinte:

Casar, para ela, não era negócio de paixão, nem se inseria no sentimento ou nos sentidos; era uma idéia, uma pura idéia. Aquela sua inteligência rudimentar tinha separado da idéia de casar o amor, o prazer dos sentidos, uma tal ou qual liberdade, a maternidade, até o noivo. Desde menina, ouvia a mamãe dizer: "Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar"... ou senão: "Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar..." A todo instante e a toda hora, lá vinha aquele — "porque, quando você se casar..." — e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. A instrução, as satisfações íntimas, a alegria, tudo isso era inútil; a vida se resumia numa coisa: casar (p. 41).

A descrição do narrador explicita como o casamento nessa sociedade estava

separado do amor e da paixão, apesar de ser justificado por esses sentimentos. O narrador desconstrói ainda os discursos do determinismo biológico que afirmavam que as mulheres sentiam o ímpeto da maternidade e do casamento devido à sua condição natural: no excerto apresentado, o narrador torna evidente o papel da educação recebida pela mulheres desde criança que as convence de que o objetivo da vida é o casamento. Apesar da instrução recebida, Ismênia não se anima com o fato e lida com ele com certa indiferença:

Aquele seu noivado durava há anos; o noivo, o tal Cavalcânti, estudava para dentista, um curso de dois anos, mas que ele arrastava há quatro, e Ismênia tinha sempre que responder à famosa pergunta: — "Então quando se casa?" — Não sei... Cavalcânti forma-se para o ano e... Intimamente ela não se incomodava. Na vida, para ela, só havia uma coisa importante: casar-se; mas pressa não tinha, nada nela a pedia. Já agarrara um noivo, o resto era questão de tempo... (p. 29).

Aquelas que não casavam recebiam a alcunha de “solteironas” e eram pouco valorizadas na sociedade, afinal, “no colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar” (p. 41). Pouco estimuladas ao trabalho e à instrução, e menos ainda à participação política, as moças então se preocupavam com a possibilidade de ficar solteiras. A mãe de Ismênia, Dona Maricota, também tinha essa preocupação: “ela não compreendia que uma mulher pudesse viver sem estar casada. Não eram só os perigos a que se achava exposta, a falta de arrimo; parecia-lhe feio e desonroso para a família” (p. 43). A maior parte das mulheres não viam, então, outro caminho para a felicidade senão este:

A vida, o mundo, a variedade intensa dos sentimentos, das idéias, o nosso próprio direito à felicidade, foram parecendo ninharias para aquele cerebrozinho; e, de tal forma casar-se se lhe representou coisa importante, uma espécie de dever, que não se casar, ficar solteira, "tia", parecia-lhe um crime, uma vergonha. De natureza muito pobre, sem capacidade para sentir qualquer coisa profunda e intensamente, sem quantidade emocional para a paixão ou para um grande afeto, na sua inteligência a idéia de "casar-se" incrustou-se teimosamente como uma obsessão (p. 42).

Quando o noivo de Ismênia viaja e não manda cartas, deixando claro o abandono, Ismênia começa a definhar. Ela não tinha mais ânimo para arranjar outro noivo,

era trabalho acima de suas forças. Coisa difícil! Namorar, escrever cartinhas, fazer acenos, dançar, ir a passeios — ela não podia mais com isso. Decididamente, estava condenada a não se casar, a ser tia, a suportar durante toda a existência esse estado de solteira que a apavorava (p. 70).

E a cada vez que não recebia carta, apenas pensava que não casaria. “Era um castigo...”, “ia ficar maldita, rebaixada diante de todas” (idem). Esse abandono fará com

que, ao longo da obra, Ismênia adoeça, tamanha era a importância que a moça dava ao casamento, como único sentido da vida.

A preocupação por parte da família em casar as filhas, visto que o casamento era um contrato de negócios, também aparece no romance, reiterando a crítica anarquista. O General Albernaz, pai de Ismênia, via nas festas que organizava uma oportunidade de apresentar as filhas: “Albernaz [...] via na sua festa, com um número de *folklore*, meio de chamar a atenção sobre sua casa, atrair gente e... casar as filhas” (p. 35). Albernaz estava sempre procurando bons casamentos para as suas filhas, de preferência com militares. Entretanto, o noivo da sua filha Ismênia, Cavalcânti, era dentista, o que não agradou muito Albernaz no início: “[...] Que é um dentista? perguntava ele de si para si. Um cidadão semiformado, uma espécie de barbeiro. Preferia um oficial, tinha montepio e meio soldo; mas a mulher convenceu-o de que os dentistas ganham muito, e ele acedeu” (p. 42).

Imaginando que descontaria as notas após o casamento, Albernaz comprava os livros que Cavalcânti precisava e o convidou a jantar em casa todos os dias, para que não gastasse. Deste modo, “o namoro foi correndo até ali” (idem), pois era também financeiramente vantajoso ao noivo. O casamento aparece como mais um meio de ascensão social, mesmo que só por status, reforçando seu caráter de contrato de negócios.

Na festa do noivado de Cavalcânti e Ismênia, por exemplo, alguns homens da festa (os “mais titulados”, entretanto, ficaram junto ao General Albernaz) rodeavam o noivo, recém-formado, exaltando seu título: “- Então, doutor, acabou hein? [...]”, perguntou um dos convidados, ao que Cavalcânti respondeu “- É verdade! Trabalhei. Os senhores não imaginam os tropeços, os embargos — fui de um heroísmo!... (p. 44). Um outro ainda disse: “- É muito bonito ser formado. Se eu tivesse ouvido meu pai, não estava agora a quebrar a cabeça no “deve” e “haver”. Hoje, torço a orelha e não sai sangue” (p. 45).

A valorização do título de formado é frequentemente apontada pelo narrador, independente do caráter do titulado e seu passado:

Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural.

Para aquela gente toda, Cavalcânti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; [...] e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era outra diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina (p. 45).

Outro personagem parecido com Cavalcânti é Genelício, também futuro genro de Albernaz. Era parente do contra-almirante Caldas e empregado do Tesouro. Era mestre na bajulação, a fim de subir na carreira:

[...] já no meio da carreira, moço de menos de trinta anos, ameaçava ter um grande futuro. Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e os superiores de todo incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vezes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta. Acompanhava-o, conversava com ele sobre o serviço, dava pareceres e opiniões, criticava este ou aquele colega, e deixava-o no bonde, se o homem ia para casa. Quando entrava um ministro, fazia-se escolher como intérprete dos companheiros e deitava um discurso; nos aniversários de nascimento, era um soneto que começava sempre por — "Salve" — e acabava também por — "Salve! Três vezes Salve!".

O modelo era sempre o mesmo; ele só mudava o nome do ministro e punha a data.

No dia seguinte, os jornais falavam do seu nome, e publicavam o soneto.

Em quatro anos, tinha tido duas promoções e agora trabalhava para ser aproveitado no Tribunal de Contas, a se fundar, num posto acima (p. 49).

Além dos sonetos e do discurso, Genélcio buscava outros meios de subir, como as publicações de artigos sobre contabilidade pública em jornais, onde acrescentava citações de autores franceses ou portugueses. Assim, aparentando grande saber, era respeitado pelos colegas de seção. Como estava prestes a acabar um curso de direito, com tantos títulos chamou a atenção do casal Albernaz para que se casasse com a filha Quinota.

Assim como Albernaz, também Coleoni, pai de Olga, deseja um “doutor” como marido para a sua filha:

Ele se havia habituado a ver no doutor nacional, o marquês ou o barão de sua terra natal. Cada terra tem a sua nobreza; lá, é visconde; aqui, é doutor, bacharel ou dentista; e julgou muito aceitável comprar a satisfação de enobrecer a filha com umas meias dúzias de contos de réis (p. 56).

Coleoni não colocava obstáculos à Olga, deixando que o casamento fosse “ao gosto dela”. As palavras utilizadas pelo narrador, entretanto, demonstram como as mulheres eram propriedade de seus pais, e depois, passam a ser dos maridos, condição expressa no uso da palavra “dá-la” no excerto seguinte:

Em começo, pensou em dá-la a seu ajudante ou contramestre, uma espécie de arquiteto que não desenhava, mas projetava casas e grandes edifícios. Primeiro sondou a filha. Não encontrou resistência, mas não encontrou também assentimento. Convenceu-se de que aquela vaporosidade da menina, aquele seu ar distante de heroína, a sua inteligência, o seu fantástico, não se dariam bem com as rudezas e a simplicidade campônias de seu auxiliar (p. 56).

Coleoni imaginava que Olga desejava se casar com um doutor, e ele se esforçaria para que isso acontecesse. Entretanto, Olga é descrita pelo narrador como uma mulher que tinha “amor às grandes coisas, aos arrojados e cometimentos ousados” (p. 59) e, apesar de ter recebido a mesma educação das outras moças, tinha alguns diferenciais: Olga era habituada a falar alto e desembaraçadamente (p. 39), algo incomum para as moças da época, e era de “natureza inteligente e curiosa” (p. 65) de modo que gostava de

fazer descobertas. Sendo diferente, portanto, das moças da sua idade e classe social, parecia não estar interessada em casar, mas acaba se submetendo a isso devido às exigências sociais, e aceita casar-se com o doutor Armando Borges. Quando questionada pelo padrinho se gostava de seu noivo, Olga passa por uma longa reflexão antes de responder, sem convicção, que gostava:

Ela não sabia responder aquela pergunta. Queria sentir que gostava, mas estava que não. E por que casava? Não sabia... Um impulso do seu meio, uma coisa que não vinha dela — não sabia... Gostava de outro? Também não. Todos os rapazes que ela conhecia não possuíam relevo que a ferisse, não tinham o "quê", ainda indeterminado na sua emoção e na sua inteligência, que a fascinasse ou subjugasse. Ela não sabia bem o que era, não chegava a extremar na percepção das suas inclinações a qualidade que ela queria ver dominante no homem. Era o heróico, era o fora do comum, era a força de projeção para as grandes coisas [...].
E tinha razão em se casar sem obedecer à sua concepção. É tão difícil ver nitidamente num homem, de vinte a trinta anos, o que ela sonhara que era bem possível tomasse a nuvem por Juno... Casava por hábito de sociedade, um pouco por curiosidade e para alargar o campo de sua vida e aguçar a sensibilidade (p. 66).

A expressão "tomar a nuvem por Juno" remete à mitologia: Juno, na mitologia romana, é rainha dos deuses e esposa de Júpiter. Um criador de cavalos apaixonava-se por ela, de modo que Júpiter cria uma nuvem na forma da sua esposa, e engana o homem que por ela havia se apaixonado. A expressão, assim, pode ser entendida como "iludir-se", ou achar que seus desejos são realidade, ou ainda, que aquilo que se deseja é melhor do que de fato é, interpretando de forma equivocada tal realidade. Olga, assim, não tem ilusões com o casamento, nem cria expectativas com o futuro marido. Quando, frequentemente, questionada sobre o casamento, tinha vontade de fugir da conversa, e recebia tais perguntas como um suplício que "quase a fazia arrepender-se de ter aceitado o pedido" (p. 69-70). O casamento, assim, subjuga as mulheres de diferentes maneiras. Olga, entretanto, não se perde no sonho do casamento como Ismênia, embora aceite se casar, mas por não criar ilusões, encontra dentro do casamento brechas para sua própria realização.

Em toda a obra o autor mescla as instituições, visto que na realidade de cada indivíduo o controle e o poder exercido por elas perpassam a cada um de diferentes maneiras. Assim, em diversas passagens, é possível perceber esse encadeamento das questões, muitas vezes apenas na escolha vocabular. Exemplo disso é quando o narrador afirma que "começou então Cavalcânti a freqüentar a casa na qualidade de noivo "paisano", isto é, que não pediu, não é ainda "oficial" (p. 42). O vocabulário militar utilizado, classificando o noivo conforme a hierarquia desta instituição, aponta para as conexões que o narrador faz entre as instituições. Lembremos a relação que é feita no

anarquismo entre Estado, pátria e o exército, sendo este um dos mais fortes braços do Estado e da defesa da pátria. Ao utilizar o vocabulário militar para descrever uma cena em que trata do casamento, o narrador está afirmando a relação do casamento também com o Estado, visto que o modelo de família criado pela sociedade burguesa tinha principalmente a função de instituir hábitos e costumes moralizados: “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes” (RAGO, 1987, p. 61).

Dentro disso, ao longo do romance, Olga servirá de exemplo para a compreensão de ação política anarquista, visto que pelas suas atitudes é possível perceber que, como o poder não vem apenas das instituições, de forma direta, mas que o discurso que elas propagam é, por vezes, reiterado pelos indivíduos em suas vivências, nesse encontro com o poder, cada indivíduo tem a possibilidade de combatê-lo, ou aceitá-lo. A resistência ao poder se dá pela ação direta e, deste modo, a resistência ao poder nas suas microrrelações faz parte da estratégia libertária. Grandes mudanças, entretanto, são mais complicadas, devido ao fato de que certos indivíduos não apenas se submetem ao jugo do poder, mas também o reforçam. Os militares e os demais “interesseiros” da obra aqui analisada são exemplos desses reforços e reiteração dos mecanismos de poder.

4.2 Parte II

A segunda parte do romance se passa principalmente apresentando o segundo projeto patriota de Policarpo Quaresma. Aconselhado por Olga a comprar um sítio para cultivar o solo, Quaresma parte para outras ações que considera que podem ser mais efetivas para a mudança social e a emancipação dos brasileiros, pois avaliou que seus desejos de reforma nas instituições e costumes, apresentados na primeira parte, não haviam sido efetivos. Deste modo, retira-se em seu sítio chamado “Sossego”, a fim de trabalhar na sua terra e viver da agricultura: “pensou que foram vão aqueles seus desejos de reformas capitais nas instituições e costumes: o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher” (BARRETO, 1996, p. 76).

Apesar do trabalho na terra, Policarpo considera importante a consulta à cultura escrita. Sua irmã, Dona Adelaide, não compreendia esse interesse de Quaresma em aplicar os conhecimentos adquiridos nos livros nas questões práticas do dia-a-dia. Para

ela, a erudição era um meio de ascensão social: “Andar com livros, anos e anos, para não ser nada, que doideira!” (p. 79).

Habitado às leituras, Quaresma estudou tudo o que julgou necessário para aprender a lidar com a terra: “Encomendou livros nacionais, franceses, portugueses; comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros” (p. 77). Isso mostra mais uma vez como absorve conhecimentos de outras nações a fim de construir a sua. Não apenas conhecimentos são apropriados: dentre as variedades que lista para a sua plantação, encontra-se “batata inglesa”, mais uma vez demonstrando como o seu nacionalismo é, sobretudo, diversificado.

Policarpo Quaresma sabia que seria impossível retroceder a um “grau zero” da cultura, decide podar as árvores em vez de retirá-las e plantar novas. Assim, ele se apropria e melhora o já existente.

Ademais, Quaresma não se importa também de se aproveitar do que foi plantado por outros (“lembrou das mãos que as tinham plantado há vinte ou trinta anos, escravos, talvez, banzeiros e desesperançados!...” (p. 109)): não quer começar do início, assim como talvez tivesse percebido que retornar às origens indígenas, simplesmente apagando o que foi construído depois da colonização, não seria o caminho para o desenvolvimento da nação.

Mas o trabalho agrícola mostrou-se muito diferente do que diziam os livros e Quaresma teve diversas dificuldades frente às tentativas de realização de seus ideais.

Em uma passagem, o narrador descreve Quaresma, munido de um “grande enxadão de cabo nodoso”, sendo ele “muito pequeno, míope, a dar golpes sobre golpes para arrancar um teimoso pé de guaximba” (p.78). Perto dele, o enxadão parecia “uma draga, um escavador”. Nessa passagem, o enxadão - instrumento agrícola, utilizado para abrir grandes buracos - representa a intenção de Quaresma de cavar profundamente a cultura e plantar novos costumes. O cabo “nodoso” - lido aqui como “cheio de nós” -, difícil, portanto, de segurar, e calejando a mão de quem o segura, pode estar representando o projeto de Policarpo, difícil de segurar também. Sobretudo para ele, pequeno para segurar o cabo e dar seguimento às suas propostas, e também míope, com dificuldade de enxergar a inviabilidade do seu projeto. A teimosia do pé de guaximba é também a teimosia e insistência de Policarpo Quaresma em abrir mão do seu intento. É também a teimosia da opinião pública que insiste em não compreendê-lo. Perto daquele homem franzino, que havia sofrido o “emasculamento da repartição pública” (p. 76), o instrumento parecia um escavador, era desproporcional frente àquele ser pequeno, assim como era Quaresma pequeno em relação às grandes instituições que buscava reformar.

Há ainda outras dificuldades com o trabalho na terra (compreendendo-o aqui como uma metáfora para seu intento maior). Quando vende o produto de seu trabalho, Quaresma pouco lucra:

Para avaliar o lucro, descontou o frete, de estrada de ferro e carroça, o custo dos caixões, o salário dos auxiliares e, após esse cálculo que não era laborioso, teve a evidência de que ganhara mil e quinhentos réis, nem mais nem menos. O Senhor Azevedo tinha-lhe pago pelo tanto a quantia com que se compra uma dúzia (p. 108).

Pouco estava garantida, assim, a possibilidade de Quaresma reaplicar o dinheiro na terra e prosperar com seu trabalho.

As dificuldades - na plantação e também no cultivo de seu ideal - vêm de todos os lados: de cima, representado pela “erva-de-passarinho” que cobre as laranjeiras, os abacateiros, as mangueiras, sujando e matando as plantações. Vêm de baixo também: há ao final do capítulo “Golias” uma cena trágica e cômica de Quaresma com formigas. O narrador as caracteriza como “exército”, organizadas em “pelotões cerrados”, e conseguem derrotar Policarpo (o Golias) através de várias mordidas. Na descrição da cena, o narrador afirma que Quaresma deixa a vela cair. “Estava no escuro” (p. 105), portanto. O escuro não está apenas no ambiente, com a vela apagada: Quaresma fica no escuro também em relação ao descontrole da situação, que levou seus planos abaixo.

Em outra passagem, o narrador conta que “houve várias vezes que a enxada, batendo em falso, escapando ao chão, fê-lo perder o equilíbrio, cair, a beijar a terra, mãe dos frutos e dos homens” (p. 78). Derrubava seu *pince-nez*, instrumento de leitura que usava, como que representando os livros que Policarpo leu a fim de aprender o trabalho agrícola. Mais à frente no romance, ao descrever a Quinta Imperial, o narrador repete a expressão “beijavam o chão”, desta vez, referindo-se às mangueiras. O império, já passado, havia deixado enraizado apenas a vegetação. Somente as plantas e a arquitetura do palácio (que tinha “alguma coisa de quem se sente viver, não para um instante, mas para anos, para séculos” (p. 118)) estavam seguras de si, ao contrário da instabilidade do poder. Utilizando a mesma expressão (“beijar a terra”/“beijavam o chão”) embora com outros sujeitos agindo, em momentos diferentes, o narrador reitera a mensagem a ser passada. Se no primeiro momento, na tentativa frustrada de trabalhar com a terra, Quaresma beija a “mãe dos frutos e dos homens” o que pode ser uma ideia de mãe pátria (que se confirmará na terceira parte como veremos) relacionando-a com o próprio solo, na segunda vez são as mangueiras, autoconfiantes, que beijam o chão. Como se daquele solo pudessem brotar possibilidades diversas. E apesar das dificuldades sofridas pelo major Quaresma, ao trazer a instabilidade do poder, o narrador

aponta para a possibilidade (ou inevitabilidade) das mudanças: nenhuma construção humana é permanente – ecoando o questionamento anarquista: “se o Universo inteiro se transforma, porque não poderiam fazê-lo as instituições humanas?” (SIERRA, 1996, p.13).

Outros obstáculos que surgem estão relacionados com a política local. Em Curuzu, há apenas duas ruas principais: a rua antiga chamava-se “Mal. Deodoro”, em substituição ao nome “Imperador”; a nova levou o nome de “Mal. Floriano” substituindo “Imperatriz”. Pelos nomes, nota-se a importância da política no local. A neutralidade de Quaresma frente aos acontecimentos políticos da cidade teria, assim, um desfecho problemático. Apesar de afirmar aos candidatos do local que não pretendia apoiar ninguém, havia comentários pela vila de que o “major viera para ali no intuito de fazer política, tanto assim que dava esmolas, deixava o povo fazer lenha no seu mato, distribuía remédios homeopáticos...” (p. 101). No jornal local, publicaram um artigo falando dos “intrusos” do local, que atrapalhavam a paz e a tranquilidade da família curuzuense, e também quadrinhas mandando-o voltar “à mania antiga/de redigir em tupi” (p. 100-101).

Quaresma tinha uma concepção de política diferente da disseminada na República. Avesso ao sistema político em voga, Policarpo não concordava com as intrigas que surgiam como consequência das eleições e não considerava essa política efetiva para resolver os problemas sociais:

[...] e o major ficou a pensar no interesse estranho que essa gente punha nas lutas políticas, nessas tricas eleitorais, como se nelas houvesse qualquer cousa de vital e importante. Não atinava por que uma rezinga entre dois figurões importantes vinha pôr desarmonia entre tanta gente, cuja vida estava tão fora da esfera daqueles. Não estava ali a terra boa para cultivar e criar? Não exigia ela uma árdua luta diária? Por que não se empregava o esforço que se punha naqueles barulhos de votos, de atas, no trabalho de fecundá-la, de tirar dela seres, vidas – trabalho igual ao de Deus e dos artistas? Era tolo estar a pensar em governadores e guaribas, quando a nossa vida pede tudo à terra e ela quer carinho, luta, trabalho e amor...
O sufrágio universal pareceu-lhe um flagelo (p. 82).

Essa sua abstenção gerou consequências ainda maiores que o artigo publicado no jornal: recebeu em formato de papel oficial uma intimação “sob as penas das mesmas posturas e leis, a roçar e capinar as testadas do [...] sítio que confrontavam as vias públicas” (p. 114), intimação esta que Quaresma associa à antiga corvéia. Na sequência, recebeu também uma multa “por ter enviado produtos de sua lavoura sem pagamento dos respectivos impostos” (p. 115). Devido a isso, Policarpo se questiona, numa clara crítica do narrador à organização social vigente, como poderia prosperar a agricultura se havia tantas barreiras e impostos.

Lima Barreto teceu diversas críticas à república em suas obras²⁵, e afirmava: "nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço" (BARRETO *apud* SEVCENKO, 1999, p. 171). Além disso, para o escritor, "o advento da República promoveu uma insólita elevação da incapacidade e da imoralidade, às custas da marginalização dos verdadeiros homens de valor" (SEVCENKO, 1999, p. 186).

A organização social da república levava à inoperância e a uma política de submissão e desesperança, ou conformidade, como afirma o narrador em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*:

Aquela rede de leis, posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes as iniciativas e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as. Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d'olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos[...] (BARRETO, 1996, p. 114).

Para Policarpo, importava mais trabalhar diretamente na terra a perder tempo pensando nos governantes. Do mesmo modo, os/as anarquistas consideram insuficientes as disputas pelo Estado, pois independente de quem o governa, as consequências sobre a falta de participação efetiva das pessoas e a estagnação do pensamento seriam as mesmas. Na concepção anarquista, o sufrágio universal não daria conta da emancipação dos indivíduos. Ao votar, o cidadão deixa de reivindicar o direito de ser dono de si mesmo e tomar as decisões sobre as questões que o afetam.

O major sentia tristeza por não existir entre os indivíduos "solidariedade, [...] apoio mútuo. Não se associavam para cousa alguma e viviam separados, isolados, em famílias geralmente irregulares, sem sentir a necessidade de união para o trabalho da terra" (p. 107). Ele compreendia que não faltava vontade de trabalhar, e que os problemas não partiam apenas dos indivíduos:

A tal afirmação de falta de braços pareceu-lhe uma afirmação de má fé ou estúpida, e estúpido ou de má fé era o Governo que os andava importando aos milhares, sem se preocupar com os que já existiam. Era como se no campo em que pastavam mal meia dúzia de cabeças de gado, fossem introduzidas mais três, para aumentar o estrume!... (p. 108).

Durante o processo de modernização do Brasil, o governo fazia propagandas para atrair imigrantes, visando inclusive ao embranquecimento da população, visto que mão-de-obra para o trabalho havia: os negros libertos.

25 Um exemplo é a obra *Os Bruzundangas*, uma sátira sobre a vida brasileira na Primeira República.

No mesmo sentido, Olga também percebe as problemáticas do sistema político e econômico vigente e a violência implícita nas atitudes governamentais, principalmente no que se refere a atitudes contestatórias e das propostas de mudanças sociais vindas dos cidadãos “comuns”:

Os governos, com os seus inevitáveis processos de violência e hipocrisias, ficam alheados da simpatia dos que acreditam nele; e demais, esquecidos de sua vital impotência e inutilidade, levam a prometer o que não podem fazer, de forma a criar desesperados, que pedem sempre mudanças e mudanças (p. 126).

Quando visita Policarpo em seu sítio, Olga sai a passeio com o marido, o presidente da Câmara de Curuzu e sua filha. Ao longo do passeio, Olga impressiona-se com a miséria, a pobreza das casas e a tristeza das pessoas pobres. Ao perceber a penúria em que vivem, ela se questiona porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas, sendo que havia tanto barro e tanta água. Além disso, por que não havia hortas e pomares ao redor das casas? O que ela via era a monocultura do café e alguns milhares “aqui e ali”, mas não uma diversidade de culturas na indústria agrícola. Ela tinha noção de que o problema não poderia ser preguiça ou indolência, pois sabia que as pessoas arranjariam energia para gastar no trabalho para si próprias.

Quando volta para o sítio, Olga vai conversar com Anastácio, ex-escravo, empregado de Quaresma. Questiona porque ele não vive das próprias plantações na terra dele, ao que ele responde: “– Terra não é nossa... E "frumiga"?... Nós não "tem" ferramenta... isso é bom para italiano ou "alamão", que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...” (p. 103).

Assim, Olga percebe que o governo dava terra aos imigrantes, mas não ao seu povo. E questiona-se: “E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos?” (BARRETO, 1996, p. 104). Visivelmente o narrador representa aqui o ideal contrário à propriedade privada, advindo dos anarquistas: “[...] para que o bem-estar seja uma realidade é necessário que esse imenso capital: cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação, deixe de ser considerado propriedade privada [...]. É preciso que tudo isso, obtido com tanto trabalho, se torne propriedade comum. É preciso uma EXPROPRIAÇÃO” (KROPOTKIN, 2011, p. 27). Olga percebera que, apesar de haver fazendas fechadas, latifúndios inúteis, havia ainda gente sem terra para plantar, criando e perpetuando a desigualdade.

Olga compreendia a sua condição de mulher e considerava-se com pouco

poder para resolver os problemas sociais. Não poderia participar de movimentos sociais, ou ter alguma profissão que a fizesse ter a possibilidade de gerar mudanças. Sendo assim,

Pensou em ser homem. Se o fosse passaria ali e em outras localidades meses e anos, indagara, observaria e com certeza havia de encontrar o motivo e o remédio. Aquilo era uma situação do camponês da Idade Média e começo da nossa: era o famoso animal de La Bruyère que tinha face humana e voz articulada... (BARRETO, 1996, p. 102).

Pouco poderia ela se entregar ao trabalho intelectual ou político, diferente da realidade dos homens. Inclusive nas tentativas de fazer-se ouvir, com o marido ou o pai, suas ideias são pouco valorizadas.

Quando participa de uma discussão entre o marido e o pai sobre a Revolta iniciada, Coleoni questiona se apenas quem tem interesse deveria se bater pela República, ao que Olga responde “decerto”. O pai, então, diminui a opinião da filha: “E vem você com as suas teorias, filhinha” (p. 125), como se as “teorias” de Olga pouco importassem ou tivessem valor. A conversa continua, com Olga perguntando:

- Mas vocês só falam em patriotismo? E os outros? É monopólio de vocês o patriotismo? fez Olga.
- Decerto. Se eles fossem patriotas não estariam a despejar balas para a cidade, a entorpecer, a desmoralizar a ação da autoridade constituída.
- Deviam continuar a presenciar as prisões, as deportações, os fuzilamentos, toda a série de violências que se vêm cometendo, aqui e no Sul?
- Você, no fundo, é uma revoltosa, disse o doutor, fechando a discussão (p. 125).

Como afirma o narrador, “Ela não deixava de ser”. Olga é questionadora, não se contenta com ideias pré-estabelecidas e está convencida de que é necessário contestar o que está instituído, nas diversas esferas. Diferente da maioria dos demais personagens, Olga não reproduz os discursos oficiais, mas na sua percepção da realidade, se opõe às injustiças e deseja combatê-las.

A concepção anarquista de poder leva-os a pensar as ações políticas de modo diferenciado: se o poder não está presente apenas no Estado e nas instituições, não é na disputa dos espaços de decisão dessas instituições ou do Estado, que se modificaria a realidade, pois os indivíduos em suas vivências legitimam as instituições, reiterando seus discursos, ou ainda, se submetendo a elas sem questionamentos. O enfrentamento se dá, então na possibilidade de questionar e desmantelar as instituições limitadoras dos indivíduos e criadoras de desigualdades, e também na recusa às normas delimitadoras e na negação às ações legitimadoras do poder. Espreado o poder, espreadas estão as resistências.

Devido ao alastramento do poder estabelecido pelas instituições, elas se confundem, se mesclam, atuam em conjunto. E nessa segunda parte do romance, mais uma vez o narrador mistura as instituições na escolha vocabular - ao descrever as terras do major, o narrador escreve:

as laranjeiras em flor, olentes, muito brancas, a se enfileirar pelas encostas das colinas, como teorias de noivas; os abacateiros, de troncos rugosos, a sopesar com esforço os grandes pomos verdes; as jabuticabas negras a estalar dos caules rijos; os abacaxis coroados que nem reis, recebendo a unção quente do sol; as abobreiras a se arrastarem com flores carnudas cheias de pólen; as melancias de um verde tão fixo que parecia pintado; os pêssegos veludosos, as jacas monstruosas, os jambos, as mangas capitosas; e dentre tudo aquilo surgia uma linda mulher, com o regaço cheio de frutos e um dos ombros nu, a lhe sorrir agradecida, com um imaterial sorriso demorado de deusa – era Pomona, a deusa dos vergéis e dos jardins!... (p. 76).

O narrador mescla a agricultura e o casamento ao intercalar palavras femininas e masculinas (“as laranjeiras”, “os abacateiros”, “as jabuticabas”, “os abacaxis”, “as abobreiras” e “as melancias”, “os pêssegos”, “as jacas”, “os jambos”, “as mangas”). Além disso, indica as laranjeiras se enfileirando como “teorias de noivas”. As jabuticabas são negras, em contraposição aos abacaxis “coroados que nem reis”, referência ao tempo do império e à escravidão nele presente. Alude, assim, à relação entre as mulheres negras e os reis. E dentro disso tudo, “surgia uma linda mulher”, Pomona, a deusa dos pomares.

Em outro momento, ao descrever Policarpo com a enxada, o narrador pinta a cena afirmando que parecia que havia passado um “pelotão de cavalaria” no lugar em que Quaresma estava trabalhando com a terra (p. 78). Mistura-se aqui, o trabalho acadêmico do major, com o trabalho agrário e popular de Anastácio, acostumado ao trabalho braçal. Acrescenta-se ainda a cavalaria, segmento do exército. E mais uma vez o narrador aponta a internalização do militarismo nas diversas esferas sociais. Desse modo, mais uma vez podemos perceber que o tempo todo o romance está falando das instituições, muitas vezes mesclando-as.

4.2.1 Instituições de ensino

A crítica às instituições de ensino e sua supervalorização na sociedade reaparecem na segunda parte, sobretudo se referindo ao marido de Olga, Doutor Armando Borges.

Ao visitar Quaresma com Olga, é adulado por Dona Adelaide, irmã de Policarpo: “Dona Adelaide, mulher velha, do tempo em que o Império armava essa nobreza escolar, possuía em si uma particular reverência, um culto pelo doutorado; e não lhe foi, pois, difícil demonstrá-lo quando se viu diante do Doutor Armando Borges, de cujas notas e

prêmios ela tinha exata notícia” (p. 100). Por conseguinte, Armando Borges, "gozando aquele seu sobre-humano prestígio" (idem), "à proporção que conversava, talvez para que o efeito não se dissipasse, virava com a mão direita o grande anelão "simbólico", o talismã, que cobria a falange do dedo indicador esquerdo, ao jeito de *marquise*" (idem, *grifo do autor*).

Borges não fica contente de visitar Policarpo Quaresma. Afinal, Quaresma era "um sujeito sem título, sem posição brilhante e sem fortuna" (p. 99), no pensamento do médico, era apenas um "pequeno empregado de uma repartição secundária" (idem), de modo que Borges não compreendia porque Coleoni o fez seu compadre: "Que o contrário se desse, era justo; mas como estava a coisa parecia que abalava toda a hierarquia da sociedade nacional" (p. 99-100).

O narrador preocupa-se, portanto, em reafirmar sua compreensão, alinhada às críticas anarquistas, de que as instituições de ensino e os títulos delas advindos auxiliam na hierarquização dos indivíduos na sociedade.

4.2.2 Ciência

O "grande mito da Belle Époque" (SEVCENKO, 1999, P. 174), a ciência, embora tivesse também conquistado Lima Barreto²⁶, o escritor passou posteriormente a desconfiar de sua verdade inabalável: "É que senti [...] que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo" (BARRETO *apud* SEVCENKO, 1999, p.174). Assim,

Lima Barreto possuía uma visão extremamente clara dos limites e das propriedades do saber humano, e em particular do grande mito do seu tempo - a ciência. [...] rejeita *a priori* qualquer interpretação determinista ou naturalista, de base animista, que pretenda descortinar no comportamento humano ou nos processos históricos a ação de leis naturais imponderáveis (SEVCENKO, 1999, p. 163).

Na compreensão de Lima, o que dirige os indivíduos, portanto, são suas intenções e vontades, baseadas em valores, conforme também postula a moral anarquista.

A moral da república, no entanto, é a moral científica. Baseada nos pressupostos positivistas, inscritos inclusive na bandeira brasileira²⁷. A ideia de ordem e progresso não

26 Conforme afirma o autor, em *Cemitério dos vivos*: "Lembrei-me então dos outros tempos em que supus o universo guiado por leis certas e determinadas, em que nenhuma vontade, humana ou não, a elas estranhas, poderia intervir, leis que a ciência humana iria aos poucos desvendando... Não sorri inteiramente; mas achei tal cousa ingênua e que todo o saber humano só seria útil para as suas necessidades elementares de vida e nunca conseguiria explicar a sua origem e o seu destino. Tudo mistério e sempre mistério" (BARRETO, 2009, p. 164).

27 "Amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim" era o grande lema positivista comtiano, que se resumiu na bandeira brasileira como *Ordem e Progresso*.

estava apenas na faixa brasileira, mas se desenrolou em uma série de práticas e discursos que visavam desenvolver a sociedade brasileira de acordo com as imagens da modernidade, num claro culto à ciência. O movimento anarquista e o autor aqui em discussão, Lima Barreto, desconfiavam da neutralidade da ciência e dos discursos que a colocavam como salvadora da pátria. Percebiam o quanto os discursos científicos legitimavam desigualdades e violências. Tais críticas estão presentes em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

O narrador visa desconstruir o discurso salvacionista em torno da ciência e da tecnologia de dois modos: 1) demonstrando como nem sempre os instrumentos tecnológicos e as teorias científicas dão conta da realidade, recorrendo, então, para os conhecimentos populares; 2) mostrando a relação do cientificismo com a república e as violências do Estado. Nessa segunda parte da obra estão presentes esses dois modos.

Depois de muito debater-se com os instrumentos de meteorologia, Quaresma os abandona:

O higrômetro, o barômetro e os outros companheiros não eram mais consultados e as observações registradas num caderno. Dera-se mal com eles. Fosse inexperiência e ignorância das bases teóricas deles, fosse porque fosse, o certo é que toda a previsão que Quaresma fazia, baseada em combinações dos seus dados, saía errada. Se esperava tempo seguro, lá vinha chuva; se esperava chuva, lá vinha seca (BARRETO, 1996, p. 107).

Havia perdido muitas sementes devido aos erros meteorológicos. Felizardo, outro empregado de Policarpo, dizia a ele “– "Quá" patrão! Isso de chuva vem quando Deus "qué"” (idem). Anastácio também já havia lhe dito: “[...] A gente sabe logo “de olho” quando chove muito ou pouco” (p. 77). Acostumados ao trabalho na lavoura, os empregados não utilizavam tais instrumentos. Felizardo não aposta na ciência, pois não acredita que ela dá conta de acertar o que “Deus” quer”. Seu nome, inclusive, sugere que é “felizardo” aquele que desconhece a ciência. Anastácio também não se importa com os instrumentos: previa as chuvas a partir da própria observação da natureza. Após as decepções de Quaresma com os instrumentos, eles foram abandonados ou, de modo criativo, foram reapropriados a fim de ter novas utilidades, seja de decoração ou bebedouro:

O barômetro aneróide continuava a um canto a dançar o seu ponteiro sem ser percebido; o termômetro de máxima e mínima, legítimo Casella, jazia pendurado na varanda sem receber um olhar amigo; a caçamba do pluviômetro estava no galinheiro e servia de bebedouro às aves; só o anemômetro continuava teimosamente a rodar, a rodar, já sem fio, no alto do mastro, como se protestasse contra aquele desprezo pela ciência que Quaresma representava (p. 107).

Apesar de afirmar um “desprezo pela ciência” por parte do major, já vimos o

quanto Quaresma apreciava os livros e deles se utilizava para aprender sobre os mais diversos temas. No entanto, ele não demonstra acreditar na superioridade da ciência frente aos outros conhecimentos, quando com eles se depara, diferente de outros personagens, principalmente os militares e os “doutores”. A aposta dos militares no positivismo e o apreço dos “doutores” pela erudição e pelos conhecimentos científicos são expostos no romance.

Quando estoura a revolta da Armada, o narrador deixa mais evidente as relações entre pátria, militarismo e o cientificismo, conforme o excerto abaixo, que afirma o contentamento dos militares (“especialmente os pequenos, os tenentes e os capitães”) com a repressão à revolta:

Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. **Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo**, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!... (p. 120-121, grifo nosso).

A crítica ao positivismo e às atrocidades cometidas em nome da ordem e do progresso veio direta. Há, nesse parágrafo, uma evidente alusão à análise crítica da ciência que Bakunin faz em sua obra *Deus e o Estado*. Em nome da pátria e utilizando-se das mais diversas teorias científicas e instrumentos bélicos desenvolvidos, os exércitos cometiam as mais diversas crueldades, a fim de garantir a ordem e a paz dos dominantes. Toda a repressão e desigualdade social era cientificamente justificada:

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais. A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática tinha sido feita e criada para o positivismo, como se a Bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja Católica e não também para a Anglicana. O prestígio dele era, portanto, enorme (p. 121).

A relação que o narrador faz entre a matemática e o positivismo, como a bíblia para as religiões cristãs, demonstra a sua visão da relação intrínseca entre Estado e religião, tendo os Estados modernos substituído as religiões pela ciência, uma nova crença, conforme afirmam os/as anarquistas (BAKUNIN, 2000).

4.2.3 Militarismo

A crítica ao militarismo reaparece na segunda parte do romance, reforçando as

intenções egoísticas dos personagens, mas também a partir de críticas mais diretas às consequências das ações dessa instituição. Como ao final do quarto capítulo dessa segunda parte havia estourado a Revolta da Armada, dali em diante fica mais explícito o pensamento do narrador acerca da instituição, que será uma das questões centrais na terceira parte.

Diversas são as passagens na obra em que o narrador mostra os personagens concordando com a repressão do governo à revolta. Sem refletirem sobre o motivo da revolta - que visava fazer com que a constituição fosse respeitada e as eleições fossem convocadas, destituindo Mal. Floriano do cargo (SOUSA, s/d) -, grande parte dos personagens defendia com discursos inflamados a repressão do governo sobre os revoltosos, mas visava, principalmente, as suas próprias carreiras. Essa busca por títulos e distinções levava os personagens ao egoísmo e à despreocupação com as consequências dos problemas sociais, desde que trouxessem a eles algum ganho. Desse modo, pudemos perceber como o patriotismo dos outros personagens, diferente do de Quaresma, está ligado não apenas à defesa do militarismo, mas também às suas aspirações individuais.

Albernaz era dos que menos estavam furiosos com os adversários do governo, afinal, tinha amigos entre as forças rebeldes. Apesar disso, “Depositava [...] uma certa esperança na ação do marechal. Estando em apuros financeiros, não lhe dando o bastante a sua reforma e a gratificação de organizador do arquivo do Largo do Moura, esperava obter uma outra comissão, que lhe permitisse mais folgadoamente adquirir o enxoval de Lalá” (BARRETO, 1996, p. 122). Tinha esperança de que, ao apoiar o governo, recebesse outra comissão.

O genro de Albernaz, Genelício, tinha uma esperança parecida: “Genelício, cuja atividade nada tinha de guerreira, esperava muito da energia e da decisão do governo de Floriano: esperava ser subdiretor e não podia um governo sério, honesto e enérgico, fazer outra coisa, desde que quisesse pôr ordem na sua seção” (idem). Confiava no governo e tinha por certo de que era bom o suficiente para integrá-lo.

Inocência Bustamante, quem sempre tinha requerimentos pedindo honras de tenente-coronel, medalhas e demais reconhecimentos, via na repressão à revolta a oportunidade de comandar um batalhão: “Bustamante cria com força na capacidade do General Peixoto, tanto assim que, para apoiá-lo e defender o seu governo, imaginava organizar um batalhão patriótico, de que já tinha o nome “Cruzeiro do Sul” e naturalmente seria o seu comandante, com todas as vantagens do posto de coronel” (idem). A pátria, assim, diz respeito sempre a uma ideia abstrata que está a serviço do interesse de

algumas pessoas de determinadas classes.

Além destes, também Armando Borges acreditava que a revolta auxiliaria na realização de seus anseios. Apesar de médico e rico (devido à fortuna da esposa), ansiava por mais: “[...] médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo, senão ele não passava de um simples prático. Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade” (p. 123).

Apesar de essas esperanças não serem novidade ao leitor, devido à caracterização que já havia sido feita em torno desses personagens, o narrador afirma que elas não eram uma particularidade deles:

Essas secretas esperanças eram mais gerais do que se pode supor. Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honorarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abriam vagas e as dedicações supriam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações (p. 122).

O narrador reafirma, desse modo, alguns dos meios de que o governo, que precisa de simpatia e homens, se vale a fim de manter os indivíduos controlados. Organizada a sociedade como está, é comum as pessoas agirem de acordo com o que lhes garantirá emprego, status, conforto e segurança. Em outro momento, quando Quaresma ainda está no seu sítio, o narrador evoca uma imagem da sociedade que pode representar bem o posicionamento dos personagens supracitados:

Acabado o jantar, Quaresma chegava à janela que dava para o galinheiro e atirava migalhas de pão às aves. Ele gostava desse espetáculo, daquela luta encarniçada entre patos, gansos, galinhas, pequenos e grandes. Dava-lhe uma imagem reduzida da vida e dos prêmios que ela comporta (p. 79).

Os ganhos da vida, dessa maneira, aparentam um osso em disputa, como é reiterado na terceira parte em relação ao "osso" que Doutor Campos e o Tenente Antonino "disputavam encarniçadamente" (p. 162). Na crítica anarquista, os estados capitalistas além de controlar os cidadãos através das instituições - como também o fazem os estados socialistas -, criam um modo de vida fratricida, de todos contra todos.

Com essas disputas alicerçadas em interesses individuais, os personagens não se preocupavam com os resultados da batalha entre o governo e os revoltosos. Afinal, em outras batalhas pelas quais o exército passou, o que estava em jogo também eram seus postos de trabalho, de modo que pouco se importaram com as vidas em jogo. No casamento de Quinota, os militares contavam aos civis (“burgueses pacíficos”) batalhas em que não estiveram (p. 90), vangloriando-se. Esses burgueses, bem seguros em suas residências e em relação aos seus bens e, portanto, pouco atingidos pelas guerras e

demais confrontos, eram plateia privilegiada para ouvir os feitos do exército:

Não há como um cidadão pacato, bem comido, tendo tomado alguns vinhos generosos, para apreciar as narrações de guerra. Ele só vê a parte pitoresca, a parte por assim dizer espiritual das batalhas, dos encontros; os tiros são os de salva e se matam é cousa de somenos. A Morte mesmo, nas narrações feitas assim, perde a sua importância trágica: três mil mortos, só!!!

De resto, contadas pelo General Albernaz, que nunca tinha visto a guerra, a coisa ficava edulcorada, uma guerra *bibliothèque rose*, guerra de estampa popular, em que não aparecem a carniçaria, a brutalidade e a ferocidade normais (*idem*).

Lembremos que Albernaz tinha grande apreço pela guerra do Paraguai, "a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos" (p. 31). Falava dela com orgulho, uma guerra que levou à morte mais de trezentas mil pessoas entre militares e civis. Se para Lima Barreto, a ironia vem da dor, a ironia desses excertos é significativa. Nos jornais ou nas narrativas, três, ou trezentos, mil mortos tornam-se apenas números frios. Narradas por quem não esteve na frente das batalhas, esses confrontos ganham feições mais leves e nada parecem ter a ver com a violenta desumanidade pelas quais estão submetidos aqueles que delas participam.

4.2.4 Instituição matrimonial

Nesta segunda parte, as críticas ao casamento tomam outros contornos, possibilitando-nos uma maior compreensão da posição do narrador em relação a essa instituição. Pouco se fala de Ismênia, e o foco se dá principalmente no casamento de Olga e também em uma melhor caracterização de Dona Adelaide.

Em relação ao casamento de Olga com o médico Armando Borges, fica explícito, mais uma vez, o caráter de contrato de negócios de tal feito e a falta de alternativas às mulheres. Aos homens, um casamento em família rica era um bom negócio:

O marido é que estava contente. Não seria muito com a noiva, mas com a volta que a sua vida ia tomar. Ficando rico e sendo médico, cheio de talento nas notas e recompensas escolares, via diante de si uma larga estrada de triunfos nas posições e na indústria clínica. Não tinha fortuna alguma, mas julgava o seu banal título um foral de nobreza, equivalente àqueles com que os autênticos fidalgos da Europa brunem o nascimento das filhas dos salchicheiros yankees. Apesar de ser seu pai um importante fazendeiro por aí, em algum lugar deste Brasil, o sogro lhe dera tudo e tudo ele aceitara sem pejo, com o desprezo de um duque, duque de plenamentos e medalhas, a receber homenagens de um vilão que não roçou os bancos de uma "academia" (p. 93).

Garantiriam, assim, riqueza através do dote. Armando ainda julgava que Olga teria aceitado o noivado devido ao seu título de médico. No entanto, como afirma o narrador, ela aceitou devido à "sua simulação de inteligência, de amor à ciência, de desmedidos sonhos de sábio" (*idem*). Essa imagem teve curta duração.

A erudição de Armando Borges é mostrada pelo narrador como sendo uma farsa: ele não conseguia passar da quinta página das suas leituras, e logo vinha o sono. Tentava também ler os romances que Olga lia, “romances franceses, Goncourt, Anatole France, Daudet, Maupassant, que o faziam dormir da mesma maneira que os tratados”, afinal, “ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade, a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo!”²⁸ (p. 123-124). Afeito apenas ao que era considerado como conhecimento pela ciência oficial, e devido ao seu “pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral”, Armando Borges apenas conseguia ver naqueles romances “brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que ele dormia à leitura de tais livros” (idem).

Apesar disso, inserido nessa sociedade que valorizava aquela intelectualidade e os títulos dela advindos, estava convencido de que precisava iludir a si mesmo e à sua esposa. Preocupava-se caso o vissem dormindo sobre os livros. Sendo assim, encomendou novelas de Paulo de Kock²⁹ e trocou as lombadas dos livros, de modo que conseguia afastar o sono e dava a impressão de estar lendo obras mais valorizadas.

Olga percebeu a falsa inteligência do marido e indignou-se com essas manobras de Armando. Mas, consumado o noivado, não tinha alternativa: “foi a inércia da sociedade, a sua tirania e a timidez natural da moça em romper que a levaram ao casamento” (p. 93). A inércia da sociedade e a sua tirania, conforme apontadas por Olga, certamente diz respeito à coerção que as instituições exercem sobre os indivíduos, dificultando-lhes a possibilidade de realizar mudanças e a elas se opor. Sabendo que não tinha alternativas pra além do casamento, Olga pensava ainda que se não fosse com Armando, casaria com outro igual a ele, de modo que era melhor não adiar a decisão.

Ela se questionava: “Que necessidade tinha ele disso? Não era já rico? Não era moço? Não tinha o privilégio de um título universitário? Tal ato pareceu à moça mais vil, mais baixo, que a usura de um judeu, que o aluguel de uma pena...” (p. 124). Não sentiu, por isso, nojo nem desprezo: desinteressou-se dele, perdeu todos os laços de afeição e simpatia, toda a ligação moral, que de algum modo existia entre eles. Não havia se importado quando constatou que os interesses dele pela ciência eram superficiais. Entretanto, quando percebeu que ele era um “charlatão”, não perdoou:

Passou-lhe um pensamento mau, mas de que valeria essa quase indignidade?...

28 Vale notar como ao descrever Olga, o narrador parece se identificar com ela. Os gostos de Olga dizem respeito também aos de Lima Barreto.

29 Paulo de Kock (1794-1871): romancista francês, aclamado entre as camadas populares, mas malfalado pela crítica que afirmava que seu objetivo era ter lucro com a escrita.

Todos os homens deviam ser iguais; era inútil mudar deste para aquele... Quando chegou a esta conclusão, sentiu um grande alívio, e a sua fisionomia se iluminou de novo como se já estivesse de todo passada a nuvem que empanava o sol dos seus olhos (p. 124).

Olga percebera como, do mesmo modo que as mulheres eram educadas para ter determinados comportamentos, também os homens o eram. Armando, assim, como tantos outros (“todos os homens deviam ser iguais”), achava que precisava manter a pose de intelectual. Olga fica aliviada com a descoberta, talvez porque se outras mulheres animavam-se com o casamento, não era o caso dela, desde o início.

Dona Adelaide, a irmã de Quaresma, também não se animou em casar. Quando moça, “não sonhara príncipes, belezas, triunfos, nem mesmo um marido. Se não casou foi porque não sentiu necessidade disso; o sexo não lhe pesava e de alma e corpo ela sempre se sentiu completa” (p. 106). Se a moral burguesa, aliada à religião, permitia o sexo apenas para reprodução e, portanto, apenas no casamento, o sexo pesa, sobretudo às mulheres: são cobradas a serem mães e, portanto, casarem. Além disso, não podem desfrutar de sua sexualidade, a não ser após o casamento (o que podia ocorrer com homens desconhecidos ou com pouca afeição, como temos visto no caso de Olga). Mas para Adelaide, o sexo não pesava e ela não sentia a necessidade de ter um homem para completá-la.

Adelaide também não reprimiu a maternidade, ou tornou-se amarga por isso. O narrador afirma que ela tinha a “ampla maternidade das solteironas”, e que às vistas do narrador, “parece que a falta de filhos reforça e alarga o interesse da mulher pelas dores dos outros” (p. 101). Essa concepção aproxima-se da ideia de *maternidade consciente* presente em algumas mulheres anarquistas, sobretudo Maria Lacerda de Moura, que publicava nos jornais anarquistas à mesma época de Lima Barreto: a maternidade consciente pressupunha a escolha da mulher, e não a obrigatoriedade social, de *com quem* ter filhos, *quando* os ter, e apenas se os quiser. Essa noção de maternidade não negava a responsabilidade das mulheres na criação dos seus filhos, mas, sobretudo colocava essa responsabilidade nas mãos de toda a humanidade. O cuidado e o amor que deveriam estar pressupostos na criação de uma criança deveriam transbordar por todas as relações sociais, entre todos os seres, fortalecendo, assim, os laços de solidariedade e apoio mútuo (MOURA, 1929; 1932; 1933).

4.3 Parte III

Na terceira parte do romance, há o desfecho de todos os personagens, mas

principalmente do projeto de Policarpo Quaresma e a mensagem final da obra. O narrador aprofunda os acontecimentos em torno da Revolta da Armada, apresenta a caracterização do Marechal Floriano e seu governo, o definhamento de Ismênia, as decepções de Quaresma e a tomada de ação de Olga. Focaremos nessas cinco questões.

4.3.1 Marechal Floriano Peixoto: Estado, militarismo e patriarcado

O Marechal Floriano é apresentado com uma fisionomia “vulgar e desoladora”: tinha “o bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande “mosca”, os traços flácidos e grosseiros”, de “olhar mortiço, redondo, pobre de expressões”, além disso, “todo ele era gelatinoso — parecia não ter nervos” (p. 130). Nessa caracterização, o narrador desconstrói a imagem do “Marechal de Ferro”, como Floriano ficou popularmente conhecido.

Esse caráter “gelatinoso” se confirma no encontro do Marechal com uma comissão de senhoras. Elas foram “oferecer o seu braço e o seu sangue em defesa das instituições e da pátria” (p. 129), demonstrando que a defesa da pátria e das instituições se dá através da força (braços) e da violência (sangue). A oradora é descrita pelo narrador com “grandes seios altos”, o que podemos tomar como uma alusão a uma imagem materna; além disso, não era possível dizer qual a cor ou a raça dela, afinal, “andavam tantas nela” (idem). Essa mistura de raças está presente também na cultura brasileira. Sendo assim, podemos considerar essa mulher como uma representação da pátria, nas imagens recorrentes da república como “Mãe protetora dos povos” (FREYRE, 2016, p. 219)³⁰. Lembremos que em outra passagem o narrador já havia relacionado a terra à ideia de “mãe dos frutos e dos homens” (BARRETO, 1996, p. 78). Ao falar com o Marechal, os olhos da mulher soltavam faíscas, e ele ficou incomodado, “como se temesse derreter-se ao calor daquele olhar”. Gelatinoso, Marechal Floriano não conseguia encará-la e “abaixava o rosto como um adolescente, batia com os dedos na mesa...” (idem). Essa cena permite que vejamos o desconforto do Marechal Floriano frente à imagem da mãe pátria, como se tivesse medo da reação dela.

Como representado na obra, Floriano incorpora a concepção da república por Lima Barreto e a crítica anarquista: chamado de ditador diversas vezes pelo narrador, a figura do presidente da república personifica o Estado; ao mesmo tempo, é um Marechal,

³⁰ Para Freyre, devido à característica patriarcal do Estado, “a imagem materna parece ter se desenvolvido num como refúgio a sentimentos de insatisfação e revolta porventura causados em muitos desses brasileiros pelos excessos de paternalismo autoritário sobre sua sensibilidade de esposas, de filhos, de netos, de escravos, de dependentes de toda espécie” (FREYRE, 2016, p. 219).

explicitando a relação entre Estado e militarismo. O narrador afirma que há no caráter do Marechal Floriano uma “perversidade natural” e “desprezo pela vida humana” (BARRETO, 1996, p. 132) que podem, então, ser lidos como características do Estado.

A figura do Marechal Floriano no romance evidencia também o caráter patriarcal do Estado, governado aos moldes de uma “tirania doméstica” (idem). Com certo cinismo, o narrador joga com a ideia de “amor à família” presente na figura do Mal. Floriano, e sua “tirania doméstica”: “Há uma outra face do Marechal Floriano que muito explica os seus movimentos, atos e gestos. Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que já se vai esvaindo com a marcha da civilização” (p. 131). Dentro disso, a concepção de governo do “Marechal de ferro” é assim retratada pelo narrador:

A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma *tirania doméstica*. O bebê portou-se mal, castiga-se. Levada a cousa ao grande, o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. Não há dinheiro no Tesouro; ponham-se as notas recolhidas em circulação, assim como se faz em casa quando chegam visitas e a sopa é pouca: põe-se mais água (p. 132, *grifo nosso*).

Se o Marechal seria o pai, numa alusão ao modelo de família patriarcal em que o homem é o chefe da família, os “bebês” podem ser os cidadãos. O narrador dá a dica: se o bebê se comporta mal, é castigado, e “portar-se mal” é fazer oposição ao governo, o que leva às prisões e morte. E foi exatamente deste modo que o governo do Marechal Floriano reagiu ao levante da Armada, que visava destituí-lo do poder usurpado por ele.

A fim de não perder as conquistas advindas do golpe civil-militar da proclamação da república, garantindo, assim, a permanência de Marechal Floriano no poder, o exército muito trabalhava para manter a “ordem” e o “progresso” do sistema. Já no começo da revolta, havia uma lista de suspeitos, organizado pelo chefe da polícia. Mas “a autoridade estava em todas as mãos”, visto que as delações serviam como “moedas com que se obtinham postos e recompensas” (p. 120); “Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, - quem sabe? - a vida também” (idem). Aqueles que tinham algo a receber ou manter assegurado com o governo do “Marechal de ferro”, facilmente se apegavam aos discursos que se diziam “patrióticos”, pois estavam em defesa não apenas do governo, mas, sim, do país, pois era como se a figura do Marechal materializasse a defesa da pátria e dos ideais da república:

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo e fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade (p. 130).

A equiparação entre Estado e religião, apontada pelos/as anarquistas, reaparece nesse excerto. O positivismo, com sua pretensão científica, levou a uma “religiosidade especial”, e Floriano e a República foram considerados “artigos de fé”. O altar republicano também exigia sacrifícios, tal como os deuses antigos.

Apesar das diversas mortes causadas em decorrência da revolta e da sua contenção, os acontecimentos passaram, aos poucos, a fazer parte do cotidiano da sociedade e tomaram, inclusive, um caráter de espetáculo:

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia [...]. Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: "Queimou Santa Cruz! Agora é o 'Aquidabã'! Lá vai!" E dessa maneira a revolta ia, familiarmente, entrando nos hábitos e nos costumes da cidade (p. 145).

O narrador conta ironicamente como as atrocidades e as mortes são facilmente banalizados, sobretudo por causa da impossibilidade de se opor ao governo com medo de ter o mesmo fim dos revoltos - prisão e morte - de modo que seria mais cômodo apoiar o governo e seus discursos patrióticos.

Com a banalização, os instrumentos bélicos passavam a adornar as roupas e as casas:

As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógios, lapiseiras, feitas com as pequenas balas de fuzis; faziam-se também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os *dunkerques* das casas médias; as grandes, os "melões" e as "abóboras", como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança ou estátuas (idem).

Dentro desses acontecimentos, Policarpo Quaresma com seu ímpeto patriótico também se animava com a sua participação em episódio tão importante para a defesa da pátria que tanto estimava.

Olga se incomodava com o seu padrinho contando “os casos guerreiros do seu destacamento, a passagem de balas, as descargas das lanchas, naturalmente, simplesmente, como se fossem feições de uma festa, de uma justa, de um divertimento qualquer em que a morte não estivesse presente” (p. 155). Sem ter visto a morte de perto, fazia sentido para o major a repressão, de modo que se divertia com as vitórias do governo, e ainda acreditava naquilo como um importante feito pela pátria.

O contra-almirante Caldas, por outro lado, e devido aos seus motivos pelo patriotismo, diferentes dos de Quaresma, começava a se desanimar. Ele compreendia as

deserções do exército, visto que sabia que grande parte dos “patriotas” se dava, sobretudo, com fins de interesses individuais: “O seu processo ia mal e até agora o governo não lhe tinha dado cousa alguma. O seu patriotismo se enfraquecia com o diluir-se da esperança de ser algum dia vice-almirante” (p. 147).

O doutor Armando Borges também se aproveitava do episódio da revolta para se promover. Escrevia, ao modo “clássico”, artigos sobre “Ferimentos por arma de fogo”. Esse modo de escrita era um “*truc*” que Armando desenvolvera: consistia em escrever textos do modo comum, com as próprias palavras, e depois inverter as orações, acrescentando vírgulas, substituindo palavras comuns por outras mais complexas, a fim de obter um estilo “clássico”, causando, então, a admiração do público (p. 137). Borges gostava da expressão “às rebatinhas”, utilizando-a a todo momento. Ao destacar essa expressão e a identificação de tal personagem com ela, o narrador está de fato relacionando Armando à palavra: ele próprio estava “às rebatinhas”, ou seja, em disputa, disponível a quem quer que desse mais. Não importava a ele qual era o lado mais justo do confronto, mas visto que ao defender o governo poderia ter ganhos, assim o fazia.

Às rebatinhas estavam também os demais militares presentes na obra, que viam o fim da revolta com tristeza por não terem conseguido realizar suas esperanças.

4.3.2 Instituição matrimonial

Na terceira parte do romance, assistimos ao desfecho trágico da história de Ismênia. Tendo seu noivo fugido sem mandar-lhe cartas, Ismênia fica cada vez mais doente, e seu pai busca ajuda de diversas maneiras: consultou vários médicos, foi atrás do espiritismo e também de um feiticeiro milagroso.

O narrador empresta sua voz e pensamento à Olga na reflexão acerca do definhamento de Ismênia. Ela sabia que a causa do desespero de Ismênia era o casamento, mas sabia também que o maior problema era colocá-lo como obrigação à vida das mulheres, pois elas deveriam se casar “a todo o custo, fazendo do casamento o pólo e fim da vida, a ponto de parecer uma desonra, uma injúria, ficar solteira” (p. 156).

Nesses passos, a crítica anarquista à artificialidade do contrato matrimonial é expressa no excerto seguinte: “O casamento já não é mais amor, não é maternidade, não é nada disso: é simplesmente casamento, uma coisa vazia, sem fundamento nem na nossa natureza nem nas nossas necessidades” (idem). Para os anarquistas, o que é natural não precisa ser imposto. O amor é natural, mas o casamento, não.

A obrigatoriedade do casamento e a supervalorização dele como única finalidade

da vida das mulheres e único meio de elas atingirem a felicidade, é criticado como a causa do problema de Ismênia. O narrador aponta como um dos problemas de Ismênia, a “pobreza intelectual” da moça. Disso podemos inferir que ela não conseguia pensar em outros meios de ser feliz, devido à sua ignorância: sabemos que naquele período as instituições de ensino eram destinadas apenas aos homens; além disso, temos visto na obra que se pensavam a instrução apenas dentro do âmbito formal, devendo os livros estar a serviço apenas de quem frequentava ou tivesse frequentado as instituições de ensino. Junto a isso, a “frouxidão” de Ismênia e a “fraqueza de energia vital”, que não permitiam que ela tivesse vontades, inclusive faltava-lhe a vontade de casar, junto à fuga do noivo, levou-a à perda da esperança de atingir o fim único de sua existência, o casamento. A partir disso, “tudo nela se abismou nessa ideia desesperada” (idem).

Nesse desespero, em uma conversa com a mãe, Ismênia avisa que vai morrer, e pede que, quando isso acontecer, quer “ir vestida de noiva” (p. 159). E é assim que sua morte ocorre: sozinha, ao acordar, vê seu traje de noiva no armário entreaberto. Enquanto o vestia, foi se lembrando do noivo fugidio, da cartomante que a informou, com indiferença, que ele não voltaria... Ao final, surpresa com a sua imagem em frente ao espelho, “teve uma fraqueza, uma cousa, deu um ai e caiu de costas na cama, com as pernas para fora... Quando a vieram ver, estava morta” (idem), concretizando a imagem do bibelô esfacelado na primeira parte do romance.

A banalização da morte e a conformidade com o poder das instituições aparecem novamente (como já havia sido citado pelo narrador no contexto da revolta) também no enterro de Ismênia: quando o carro fúnebre estava saindo da casa dela, “na rua parecia que havia festa” (p. 161), com as crianças da vizinhança cercado o carro, fazendo comentários sobre os enfeites e anunciando “Mamãe, lá vai o enterro da moça!” (p. 161). Parecia uma festa, em contexto de morte e de esfacelamento de um indivíduo frente à instituição.

Os pombos, aves de Vênus, deusa do amor³¹, que sobrevoam o seu enterro estabelecem uma ironia com o fim trágico de Ismênia, afinal, o casamento, representando o amor na sociedade burguesa, não se realiza. No entanto, os pombos dão a volta por cima do coche e “tornaram logo silenciosos³², quase sem bater asas, para o pombal que se ocultava nos quintais burgueses...” (p. 162). Silenciam-se, assim como o amor aos

³¹ Ver: <http://www.mitologiaonline.com/mitologia-grega/deuses/afrodite/>

³² “... e tornaram logo silenciosos...” é nome deste terceiro capítulo da terceira parte. Aponta o silenciamento dos pombos, mas principalmente de Ismênia com a sua morte e também de Ricardo Coração dos Outros que, por ser recrutado à força para combater contra a revolta, foi também proibido de tocar seu violão e estava como um “melro engaiolado” (BARRETO, 1996, p. 154).

molde do casamento imposto pela sociedade.

Lembremos que na mitologia romana, Vênus relaciona-se com Marte, deus da guerra e guardião da agricultura. Essa relação toma sentido nesse momento da obra: em meio a um contexto de batalhas, em que a instituição militar está levando à morte soldados e civis, a instituição matrimonial leva à morte uma mulher. Além disso, em outra passagem, sobre o abandono em que se encontrava o sítio de Quaresma, ou seja, o abandono da agricultura, o narrador constrói a seguinte imagem:

De manhã, não se ouvia mais o cacarejar das aves no galinheiro, o esvoaçar dos pombos – todo esse hino matinal de vida, de trabalho, de fartura **não mais se casava** com as auroras rosadas e com o chilreio álcere do passaredo; e ninguém sabia ver as paineiras em flor; com as suas lindas flores rosadas e brancas que, a espaços, caíam docemente como aves feridas (p. 165-166, grifo nosso).

Os pombos lá também estão silenciosos. O casamento entre o “hino matinal de vida, de trabalho de fartura” com “as auroras rosadas e com o chilreio álcere do passaredo” também não se realizava mais. O canto dos pássaros sugere a noção de vida, tanto na passagem do enterro de Ismênia, quanto nessa sobre o abandono do sítio. Insistindo nessa imagem, e nessa relação entre as instituições, o narrador ainda anuncia: “O “Sossego” parecia dormir, dormir de encantamento, à espera que o príncipe o viesse despertar” (p. 165). Tanto Ismênia quanto o “Sossego” definharam à espera de um “príncipe” que os despertassem.

Nessa relação entre as instituições e as metáforas de vida e morte, é possível constatar que as instituições que aparecem na obra são estéreis: os casamentos que ocorrem não geram filhos; as instituições de ensino não geram conhecimento, apenas títulos; os instrumentos científicos não servem ao que foram designados; o hospício não cura, apenas trancafia e isola aqueles que dele se servem; médicos, espíritas e feiticeiras também não salvaram Ismênia da morte. Na agricultura, para onde vai Quaresma a fim de gerar vida, cultivar, fazer cultura - inclusive mudar a “cultura” da sociedade em que está inserido, ou seja, modificar os costumes e trazer à tona tradições esquecidas -, além de todas as dificuldades que encontra, ele ainda “perdeu sementes”. A semente como metáfora de algo que está para nascer - podendo ser uma referência ao ideal de Policarpo Quaresma - não se desenvolve. A única instituição que triunfa, é a militar. Triunfa, inclusive, porque não gera vida, mas, sim, o seu oposto. Na relação com as teorias anarquistas, é preciso que as instituições sejam “anarquizadas” para que a vida continue.

4.3.3 Decepções de Quaresma

Na terceira parte, as decepções de Policarpo Quaresma se tornam mais evidentes. Antes, apesar das dificuldades, ele não perdia a esperança e a vontade de continuar em busca do seu ideal. No entanto, ao longo da parte três, ele passa a se desiludir e a questionar o próprio ideal.

Primeiramente, Quaresma se decepciona com o Marechal Floriano Peixoto. O desinteresse do Marechal em atender Policarpo Quaresma e levar a sério o memorial escrito por ele, em que sugeria as “medidas necessárias para o levantamento da agricultura e mostravam-se todos os entraves, oriundos da grande propriedade, das exações fiscais, da carestia de fretes, da estreiteza dos mercados e das violências políticas” (p. 128) reafirma a crítica anarquista em relação às dificuldades da participação política por parte do povo. Quaresma achava que seria ouvido e que, por ter muito estudado e refletido sobre os problemas do seu país, teria muito a contribuir se escrevesse ao presidente da república. Entretanto, o Marechal apenas responde: “Você, Quaresma, é um visionário...” (p. 150).

A cena descrita pelo narrador no momento dessa resposta é toda composta de elementos que remetem ao sonho e à ilusão: "Os edifícios da serraria pareciam cobertos de neve, tanto era o branco luar" (p. 149); "Um grande edifício inacabado que havia na rua parecia terminado, com vidraças e portas feitas com a luz da lua. Era um palácio de sonho" (p. 150). Quando se despedem, a atmosfera onírica e ilusória continua, mas revelando a realidade: "O bonde partiu. A lua povoava os espaços, dava fisionomia às coisas, fazia nascer sonhos em nossa alma, enchia a vida, enfim, com a sua luz emprestada..." (idem). Se o brilho emprestado da lua é que fazia nascer sonhos em nossa alma, o narrador constata que é da utopia que eles nascem.

No caso do major Quaresma, a ilusão era a pátria. Apegado ao sentimento que tinha pelo seu país, apostara suas esperanças no Marechal Floriano, imaginando que ele seria o responsável por erigir um "governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador..." (p. 116). Esperou dele ações como as de um Henrique IV, o “Bom rei Henrique” da França. O que encontrou foi uma fisionomia "vulgar e desoladora", de bigode e lábios caídos, com uma "tibiaza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça", "uma preguiça mórbida" (BARRETO, 1996, p. 130).

A sentença proferida pelo Marechal levou Quaresma à reflexão:

Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance dos seus projetos, que os não examinava sequer, desinteressado daquelas altas cousas de governo como

se não o fosse!... Era pois para sustentar tal homem que deixara o sossego de sua casa e se arriscava nas trincheiras? Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso de sua lavoura e o bemestar de sua população rural? (p. 155-156).

Pela primeira vez percebeu o quanto a defesa da pátria era também a defesa do poder de poucos; que a repressão à revolta, ou a própria revolta violenta, dava o direito ao poder de vida e morte dos indivíduos; que a política organizada do modo como estava, dava pouca agência aos cidadãos; que em nome do país, muitos lutavam pelo poder de um homem, morrendo e matando.

No quarto capítulo, o narrador desloca a narrativa para o “Sossego” e volta a relacionar a condição do sítio com os acontecimentos do país: A cidade estava sitiada, submetida à ditadura de Floriano; “a erva daninha”, o poder vindo de cima, “crescia e cobria tudo”; as plantações que Quaresma fizera, haviam desaparecido: o que plantou com seu ideal, não frutificou; as formigas, como analogia ao exército, voltaram, “mais terríveis e depredadoras, vencendo obstáculos, devastando tudo” (p. 162). Anastácio se esforçava em seu trabalho, mas fugia à simetria e à disciplina militar, e o sítio assumira um aspecto desolador, como desoladora estava a situação do país para Quaresma.

Frente a tais decepções, Policarpo escreveu uma carta de grande desabafo à sua irmã. Participou de um combate e foi ferido:

Que combate, minha filha! Que horror! Quando me lembro dele, passo as mãos pelos olhos como para afastar uma visão má. [...] Fiquei com um horror à guerra que ninguém pode avaliar... [...] um combate de trogloditas, uma coisa pré-histórica... Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário ir tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... (p. 166).

As exclamações e a repetição das palavras reforçam o quão atordoado estava ele e enfatizam as suas considerações sobre a batalha. Associa a guerra à barbárie, a um estado menos evoluído: “E não vi homens de hoje; vi homens de *CroMagnon*, do *Neanderthal* armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar...” (p. 166). A consciência de Quaresma pesava, principalmente quando anuncia que descobriu nele mesmo “muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade”, pois matou, e não contente com isso, descarregou “um tiro quando o inimigo arquejava” a seus pés. Arrepentido, pede que a irmã lhe perdoe.

Do ferimento, afirma que o que doía não era a ferida, mas sim a alma e a consciência. Ricardo também havia sido ferido, de modo mais grave, e praguejava “contra

a sorte que o arrastara até à posição de combatente” (p. 167). Quando o narrador retoma a carta, afirmando que o sofrimento de Quaresma era moral e o de Ricardo Coração dos Outros era físico, em uma das poucas vezes na obra, escreve apenas “Coração dos Outros” para se referir a ele, quando na maioria das vezes escrevera o nome completo ou apenas “Ricardo”. Tal jogo com o nome do trovador possibilita a interpretação de que o coração dos outros, não Ricardo, mas dos demais homens que participavam do confronto, doía apenas fisicamente, e apenas em Quaresma pesava a consciência e a moral.

O narrador não tece críticas apenas a quem estava ao lado do governo: na descrição que faz dos prisioneiros rebeldes, também demonstra seu descontentamento com aqueles que, por meio de ações violentas, tentaram mudar o destino da pátria: afirma que havia “gente de todas as cores e todos os sentimentos”, que se envolveram pelos mais diversos motivos:

gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor (p. 171-172).

Nessa descrição, é possível verificar a descrença do narrador na possibilidade da mudança social através dos confrontos violentos. A inércia e a indiferença da população lhes tirava o encanto e a poesia (p. 165), de modo que ao lutar por algo, o fazem violentamente, por interesses individuais, ou para fugir da miséria, ou por costume de obedecer, e não pela compreensão da necessidade da mudança.

Quaresma percebeu a “adoração fetíctica” que havia, “mesmo entre os moços”, pela forma republicana, exagerando as suas virtudes e pendendo para o despotismo. “Era grande a sua desilusão” (p. 171):

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do Doutor Campos, a do homem do Itamarati (p. 175).

Quaresma toma consciência do caráter abstrato e militarista da pátria. A pátria do Tenente Antonino e do Doutor Campos andava de mãos dadas com o militarismo e servia aos interesses políticos de alguns. “E, bem pensado, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma idéia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma deusa cujo império se esvaía?” (idem). A reflexão de Quaresma retoma as ideias bakuninistas da relação entre *Deus* e o *Estado*:

[...] todos os Estados [...] em sua origem, como se sabe, nada mais foram, com todas as suas instituições políticas e jurídicas e suas classes dominantes e privilegiadas, senão sucursais temporais destas diversas Igrejas, só tiveram igualmente por objeto principal esta mesma exploração em proveito das minorias laicas, indiretamente legitimadas pela Igreja; enfim, que em geral a ação do bom Deus e de todas as fantasias divinas sobre a terra finalmente resultou, sempre e em todos os lugares, na fundação do materialismo próspero do pequeno número sobre o idealismo fanático e constantemente faminto das massas (BAKUNIN, 2000, p. 52).

Se antes se cometiam atrocidades em nome de Deus, com a república se cometem em nome do Estado, da pátria, utilizando-se, para isso, da ignorância ou da miséria dos cidadãos, sempre com a intenção “de servir às suas próprias ambições” (BARRETO, 1996, p. 175).

No pensamento de Policarpo Quaresma, a vitória sobre a revolta havia acabado com a piedade, com a simpatia, com o respeito pela vida humana:

[...] o que era necessário era dar o exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizéssemos repousar a felicidade de muitos (p. 177).

Como nas religiões não se contesta a Deus e à doutrina, a relação entre a pátria e o militarismo também não permite a contestação do Estado. Preso e condenado à morte por enviar uma carta ao presidente protestando contra condenações que assistiu, Policarpo conclui que a noção de pátria “certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista” (p. 176).

4.3.4 A afilhada revoltosa

Ricardo Coração dos Outros, ao saber da prisão de Quaresma, tentou procurar os amigos deste a fim de tentar soltá-lo. Deparou-se mais uma vez com o egoísmo de cada um.

O primeiro que encontrou foi Genelício, que fez que não o reconheceu. Antes de Ricardo completar a frase sobre o seu pedido, Genelício responde: “Não me meto nessas coisas, meu amigo. O governo tem sempre razão. Passe bem.” (p. 178).

Em seguida, Ricardo foi atrás de Albernaz, para quem também valia mais o título do que a vida de Policarpo Quaresma: “Meu filho, eu não posso... Você sabe; sou governista e parece, se eu for pedir por um preso, que já não o sou bastante... Sinto muito, mas... que se há de fazer? Paciência” (idem).

Bustamante, quando procurado, expulsa Ricardo ameaçando prendê-lo.

Triste e desalentado, o mundo para o Coração dos Outros pareceu “vazio de afeto e de amor”, sentimentos associados ao coração. Refletiu sobre as casas, as igrejas e os palácios, lembrando o sangue que aquilo tudo havia custado. Concluiu que “era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo: com violência sobre os outros, com opressões e sofrimentos” (p. 179). Lembrou-se de alguém que certamente concordaria com ele e, devido à estima por Quaresma, o ajudaria: Olga, a afilhada.

Como já afirmamos, Olga parece em muitos momentos tomar a voz do narrador e expressar suas considerações acerca das questões postas. É a personagem que mais questiona e tece críticas diretas à ordem vigente. Ela também questiona a veneração pelas autoridades, como se fossem antigos deuses: “Eu não posso compreender esse tom divino com que os senhores falam da autoridade. Não se governa mais em nome de Deus, por que então esse respeito, essa veneração de que querem cercar os governantes? [...] Ainda se essa tal autoridade trouxesse felicidade – vá; mas não; de que vale?” (p. 137-138). Quando procurada por Ricardo, desespera-se e considera impossível salvar o padrinho, mas aceita ir e tentar convencer os superiores a soltá-lo. Os elogios de Ricardo sobre a decisão de Olga refletem a opinião do autor sobre tais ações:

Ele então pensou com admiração naquela moça que por simples amizade se dava a tão arriscado sacrifício, que tinha a alma tão ao alcance dela mesma e a sentiu bem longe desse nosso mundo, deste nosso egoísmo, dessa nossa baixaza e cobriu a sua imagem com um grande olhar de reconhecimento (p. 180).

Diferente dos demais personagens, Olga se move por suas convicções, tendo sempre admirado a vontade que o padrinho tinha em realizar seus grandes ideais.

Ao saber para onde Olga estava indo, Armando Borges a alerta que com tal ação, ela poderia comprometê-lo. Com escárnio e após rir-se, Olga responde:

- É isto! "Eu", porque "eu", porque "eu", é só "eu" para aqui, "eu" para ali... Não pensas noutra coisa... A vida é feita para ti, todos só devem viver para ti... Muito engraçado! De forma que eu (agora digo "eu" também) não tenho direito de me sacrificar, de provar a minha amizade, de ter na minha vida um traço superior? É interessante! Não sou nada, nada! Sou alguma coisa como um móvel, um adorno, não tenho relações, não tenho amizades, não tenho caráter? Ora!... (p. 181).

A fala de Olga foi ao mesmo tempo vagarosa e irônica, rápida e apaixonada. Frente a tal resposta e dada com tanta firmeza, o marido se espantou: “Ele vivera sempre tão longe dela que não a julgara nunca capaz de tais assomos. Então aquela menina? Então aquele *bibelot*? Quem lhe teria ensinado tais coisas?” (idem). Em um período em que a maioria das mulheres apenas baixava a cabeça para as decisões dos maridos, Armando não se conforma que Olga, por conta própria, pudesse ter “aprendido” sozinha a possibilidade de reagir. Note-se que ele a considerava um *bibelô*, mas, diferente de

Ismênia, que se despedaçou frente à instituição matrimonial, e diferente também de Quaresma, arruinado pelo Estado e seu braço militar, Olga não permite que a instituição a espatife: choca-se com a instituição e a enfrenta, não se quebra.

O doutor tenta desarmar Olga com ironia, e pergunta: “Estás no teatro?”. A imagem do teatro já havia aparecido na passagem sobre os bombardeios durante a revolta, que foram aos poucos sendo recebidos pela população como uma “representação de teatro” (p. 145). O autor retoma essa imagem, no desdém de Armando frente à reação de Olga. Ela rapidamente lhe responde: “Se é só no teatro que há grandes coisas, estou”, acrescentando enfaticamente: “É o que te digo: vou e vou, porque devo, porque quero, porque é do meu direito” (idem). E, assim, Olga, que já havia sido chamada de revoltosa, saiu “solene, firme, alta e nobre” (idem), o que demonstra a segurança e a convicção em seu feito.

Se em outro momento Olga havia pensado que precisaria ser homem para mudar as coisas, aqui ela percebe que as mulheres têm o mesmo potencial e o mesmo direito. Vale lembrar que das demais personagens da obra, nenhuma estudou e apenas Maria Rita e Sinhá Chica trabalhavam - Maria Rita no passado, de lavadeira, e Sinhá Chica de parteira e rezadeira. Mas Olga era a que buscava se instruir com suas leituras, contrária aos costumes que reservavam apenas aos homens e às instituições de ensino a instrução, e, de fato, esse diferencial foi o que a levou a refletir sobre os seus direitos, dando-lhe coragem para questionar o que considerava injusto e agir diretamente frente às injustiças.

Olga não consegue atingir seu objetivo de soltar o seu padrinho. Arrependeu-se de ter pedido, pois considerou que essa humilhação afetava a dignidade de Quaresma, a sua personalidade moral, e podia de algum modo fazer com que seus algozes achassem que tinham o direito de matá-lo. Das reflexões finais de Policarpo Quaresma, o que fica é o deslocamento do ideal patriótico para uma intenção de solidariedade e fraternidade entre os indivíduos.

O nome de Olga indica seu desfecho: no dicionário³³, umas das significações para “olga” é “leira”, ou seja, “sulco em terra arada, para plantio”. É em Olga, portanto, que o cultivo de Policarpo Quaresma encontra espaço para plantar as sementes do seu ideal. Apesar do triste fim de Policarpo, a reflexão final de Olga aponta para a esperança: ao olhar em volta, percebe que a sociedade já havia sofrido diversas mudanças, desde as “tribos selvagens” até às locomotivas. “Esperemos mais, pensou ela” (p. 182). Ela segue

³³ Utilizamos o dicionário Michaelis em sua versão online.

ao encontro de Ricardo Coração dos Outros, uma alusão colocada no nome do trovador à solidariedade e à fraternidade almejada por Quaresma. Ao seguir “serenamente” ao encontro dele, demonstra a tranquilidade em relação às possibilidades de transformação da sociedade. Desse modo, o narrador coloca em uma mulher a mensagem final da sua obra, carregada de esperança. Apostando na possibilidade de uma mulher se posicionar e tomar a ação, deixando o marido em casa e tomando o espaço da ação política, o triste fim de Policarpo Quaresma é, assim, o alegre fim de Olga.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, em que visamos compreender, a partir do olhar de Lima Barreto sobre o contexto da Primeira República Brasileira, como a epígrafe se realiza na trajetória do personagem Policarpo Quaresma, pudemos perceber como os males apontados pelo autor e a concepção de poder presente na obra, relacionam-se com o pensamento anarquista.

A crítica às instituições, recorrente no pensamento anarquista, apresenta-se em toda a obra. Não há, entretanto, a primazia do exame de uma instituição sobre o de outra, e nem sempre o poder e o controle partem diretamente delas: o narrador mostra como estão imbricadas, de modo que o poder pulveriza-se na sociedade. Ao chocar-se com os indivíduos, esse poder encontra as seguintes reações: alguns aceitam seu controle, visando a realizações individuais e, portanto, legitimando as instituições; outros são esfacelados pelo seu poder, devido à falta de força para resistir a ele ou à falta de compreensão de que são livres para tal resistência; outros ainda resistem, no momento de sua ação, visando destruí-lo. Todas essas possibilidades encontram-se na obra aqui analisada, nas ações dos diversos personagens.

Pudemos perceber que foram as instituições e o poder delas advindo e legitimado por grande parte dos demais que dificultou a realização do ideal de Policarpo Quaresma. Esse ideal, entretanto, não é, como parte das análises da obra aponta, simplesmente um ideal patriótico, de um romantismo que nega a modernidade e a realidade presente no Brasil do período: o nacionalismo de Policarpo apresentou-se como sendo eclético, diversificado. Apesar de as defesas patrióticas de Quaresma aparentarem muitas vezes um retorno às raízes indígenas e uma defesa ingênua de uma identidade pura brasileira, há vários elementos que demonstram que Policarpo Quaresma compreende a diversidade cultural formadora do país e, deste modo, ao mesmo tempo em que se apropria da história e da tradição a fim de construir a identidade nacional, se apropria também de contribuições de diversas outras culturas a fim de engendrar sua imagem do Brasil.

A sentença do personagem Marechal Floriano Peixoto na obra, ao chamar Policarpo de "visionário" é reiterada por grande parte da fortuna crítica (como, por exemplo, Lima (1916); Borges (2001); Silva (2010); Bezerra (2010)) sobre a obra do autor, ao considerá-lo, simplesmente, um ufanista exacerbado. Tomam o sentido pejorativo de visionário, entretanto, e reforçam o discurso oficial do Marechal sobre Policarpo. Mas o que encontramos foi, sobretudo, um Policarpo Quaresma visionário por enxergar além do seu tempo, antecipando questões acerca da identidade nacional como fizeram os artistas do movimento modernista. Ao ler em alemão, francês, inglês, comprar máquinas americanas, pão francês e plantar batata inglesa, Quaresma deglute as contribuições estrangeiras. Utilizando-se do já plantado, digere a cultura europeia junto à cultura sertaneja (na figura de Ricardo Coração dos Outros), à cultura dos negros escravos (Maria Rita, Anastácio, Sinhá Chica) e à indígena. Aduba essas culturas, para que cresça a brasileira. É o nacionalismo antropofágico dos modernistas.

Apesar de na terceira parte Policarpo Quaresma filiar-se a uma noção de pátria que vem a questionar ao fim, ao longo da obra, o seu ideal patriótico não parece ser ingênuo e fechado apenas a uma concepção de pátria militarista, ou apenas com bases indigenistas: o nacionalismo de Policarpo é eclético. Compra instrumentos estrangeiros, planta batata inglesa, compra pão na padaria francesa, lê livros em outras línguas... Quaresma se apropria do já existente a fim de construir a sua nação. Além disso, o seu jeito solidário e a defesa que faz do apoio mútuo e da necessidade da igualdade para que cada um pudesse trabalhar em suas terras, aponta para uma organização social em que não haja distinções, fronteiras ou divisões entre as pessoas ou entre estratos culturais distintos. De certo modo, a revisão sobre a noção de pátria já estava implícita em suas ações.

Assim, ainda mais visível que esse nacionalismo heteróclito de Policarpo, é a suposta contradição entre o seu ideal patriótico e a ânsia pela confraternização entre os indivíduos. Em diversos momentos no romance é possível perceber a falta de egoísmo no personagem e uma ânsia pela

solidariedade e pelo apoio mútuo. Nas decepções de Policarpo Quaresma com a realidade vigente ecoam os anseios do narrador e suas angústias com o “egoísmo” e a “rotina vulgar” da República Brasileira.

Apesar da afirmação recorrente na fortuna crítica do autor sobre o caráter militante da sua obra, poucos são os trabalhos que se preocuparam em explicitar as influências do anarquismo na obra de Lima Barreto. Buscamos com este trabalho aprofundar essa relação, alargando o espaço já aberto por autores como Foot Hardman (2002) e Prado (1988) para que essa chave de leitura possa ser utilizada para a análise de outras obras do autor.

Sevcenko (1999) aponta a literatura de Lima Barreto como carregada de crítica social, de modo que o autor teria se utilizado da literatura como missão para a emancipação do povo. Concluímos com análise da obra que essa crítica social apresentada por Sevcenko é, na realidade, uma crítica anarquista.

A concepção anarquista de poder se faz presente em toda a obra: as dificuldades enfrentadas pelos personagens ou as críticas feitas pelo narrador em formato de caricatura e ironia em relação aos personagens - aquilo que afeta a cada um - relaciona-se com a crítica ao momento histórico-social sobre o qual o romance se passa. As caricaturas dos personagens e seus egoísmos bem como a ironia na apresentação da rotina vulgar estão embebidas do modo anarquista de ver a sociedade e também dos ideais e dos princípios anarquistas.

Em toda a obra há o choque dos personagens com as instituições, que afetam a todos e a cada um, individualmente. São as instituições e a legitimidade que os indivíduos dão a elas que impossibilitam a emancipação de todos. Não há preponderância de uma instituição sobre a outra: o autor mostra como o poder está pulverizado, de modo que as instituições se relacionam, se mesclam, e o poder, assim, encontra os indivíduos de diversas maneiras, atingindo-os de todos os lados. Quando finaliza com Olga se opondo ao seu marido e agindo conforme as suas convicções, o autor aposta na possibilidade de cada indivíduo reagir às instituições que os controlam. Olga representa, então, o fim da quaresma.

Ao finalizar a obra sinalizando a constante mudança da sociedade e afirmando o posicionamento das mulheres como sujeitos ativos na construção desse ideal, Lima Barreto ratifica sua inscrição anarquista.

A forte presença das críticas às instituições, as possibilidades de resistência e transformação apresentadas na obra aqui analisada bem como o ideal anarquista de igualdade, apoio mútuo e liberdade que permeia toda a obra, abrem caminho para a reflexão em pesquisas posteriores sobre a influência do anarquismo nas demais obras do autor.

A ânsia de Lima Barreto por uma sociedade em que o apoio mútuo substituísse a moral vigente (baseada na competitividade da *luta pela existência* e nos lemas positivistas da bandeira brasileira, *ordem e progresso*), ainda ressoa nos movimentos sociais contemporâneos, que visam negar um sistema social, político e econômico que se sustenta na luta fratricida entre indivíduos e países, classes e ideologias. Diante disso, esse trabalho visou trazer à tona as reflexões anarquistas sobre o modo de viver ainda atual, ao mesmo tempo em que intenciona fortalecer os estudos sobre o pensamento anarquista – existente há mais de um século e cujas influências são imensuráveis – no ambiente acadêmico e de crítica literária.

REFERÊNCIAS

FONTE

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Carlos Augusto. **Um homem vale um homem** - Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. 2012. 404 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

ARANTES, Marco Antonio. Estranhos interiores: a loucura em triste fim de Policarpo Quaresma. In: **Psicologia em estudo**. vol.13 no.4 Maringá Oct./Dec. 2008.

ARAÚJO, Fabiana Nancy da Silva; OLIVEIRA, Thiago Duarte de. Ideais anarquistas de Lima Barreto na obra Recordações do escrivão Isaías Caminha. In: **Alabastro**: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, ano 1, v. 1, n. 1, 2013, p. 12-28.

ARMAND, Émile. Prefácio de O Único e sua propriedade. In: **Max Stirner e o anarquismo individualista**. São Paulo: Imaginário, 2003.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. **Patria y Nacionalidad**. s/d. Disponível em: http://www.nodo50.org/fau/teoria_anarquista/bakunin/4.htm> Acesso em: maio/2017.

_____. **La Instrucción Integral**. 1869. Tradução de: Claudio Lozano Seijas, 1979.

_____. **Deus e o Estado**. Tradução de Plínio Coelho. São Paulo: Imaginário/Nu-sol, 2010.

BARRETO, Lima; HOLLANDA, Diogo de (Org.). **O cemitério dos vivos**: (memórias). São Paulo; Rio de Janeiro, RJ: Planeta do Brasil; Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

BASTOS, Winter. O Libertário Lima Barreto. **Blog Expressão Liberta**. 2010. Disponível em: <http://expressaoliberta.blogspot.com.br/2010/02/o-libertario-lima-barreto.html>> Acesso em: maio/2017.

BEZERRA, Jane Mary Cunha. **Lima Barreto: Anarquismo, antipatriotismo e forma literária**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

BORGES, Valdeci Rezende. Policarpo Quaresma e o romantismo anticapitalista. In: **Revista do Niese**, v.1, Maio de 2001.

BRACONS, Eduard Masjuan. La cultura de la naturaleza en el anarquismo ibérico y cubano. In: **Signos Históricos**, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa. Distrito Federal, México, n. 15, jan.-jun., 2006, pp. 98-123.

CARVALHO, José M. **A Formação das Almas** – O Imaginário da República no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Felipe. **Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)**. Faísca Publicações Libertárias, 2013.

DIEZ, Xavier. **El anarquismo individualista en España (1923-1938)**. Barcelona: Virus editorial, 2007.

DORIGATTI, Bruno. Lima Barreto, entre o hospício e o cemitério. In: **Saraiva conteúdo**. 2010. Disponível em <<http://www.saraivaconteudo.com.br/materias/post/10423>> Acesso em: maio/2017.

FABBRI, Luce. **El Camino**. Hacia el Socialismo sin Estado. 1952. Montevideo: Revista Alter y Comunidad del Sur, 2000.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Educação anarquista: por uma pedagogia do risco**. 1990. 325 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990.

GUIMARÃES, Valéria. Floreal: uma iniciativa radical. In: **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/138>> Acesso em maio/2017.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KROPOTKIN, Piotr. **La ciencia moderna y el anarquismo** (prólogo y traducción del inglés por Ricardo Mella), Valencia: F. Sempere y Compañía, 1903.

_____. **As prisões**. São Paulo, Index Librorum Prohibitorum, 2002.

_____. **La moral anarquista**. Recopilado por Frank Mintz. 1a ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.

_____. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. Tradução Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

_____. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

LIMA, Manuel Oliveira. Policarpo Quaresma. 1916. In: LIMA, Jorge de. **Lima Barreto: Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

LIMA, Elizabeth Gonzaga. **Lima Barreto: o anarquista do riso**. Linguagem - Estudos e Pesquisas, vol. 1, p. 57-, 1997. UFG.

LITVAK, Lily. **La prensa anarquista**. HOFMANN, E., JOAN I TOUS, P. y Tietz, M. (eds.). **El anarquismo español y sus tradiciones culturales**. Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 1995.

LOPES, Milton. Um anarquista carioca. O escritor Lima Barreto e suas ligações com o movimento libertário. In: **Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa**. Ano VIII, n. 22, mar./ 2012.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUZ, Fábio. Triste fim de Policarpo Quaresma. 1927. In: LIMA, Jorge de. **Lima Barreto: Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

MALATESTA, Errico. Programa Anarquista. In: **A Plebe**, 1949. p. 2. (Arquivo Edgar Leuenroth, AEL/IFCH –Unicamp).

MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1929.

_____. **Amai e... não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. **Han Ryner e o Amor Plural**. São Paulo: Unitas, 1933.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. Franca: UNESP, 2010.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. 2006. 388 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NETTLAU, Max. **História da anarquia**: das origens ao anarco-comunismo. São Paulo. Ed. Hedra, 2008. Organização e introdução de Franz Mintz e tradução de Plínio Augusto Côelho.

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto**. São Paulo, SP: Abril Educação, 1980.

_____. (Org.). **Lima Barreto**. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890/1930. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RESZLER, André. **A estética anarquista**. Rio de Janeiro: Achiamé. s/d.

RODRIGUES, Edgar (1992). **O anarquismo na escola, no teatro, na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé.

RODRIGUES, Marta. **Entre a crítica e a paixão**: os discursos do narrador e do protagonista em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Dissertação de mestrado. UFRJ 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tendências sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SIERRA, Alvaro Giron. **Evolucionismo y anarquismo**: la incorporación del vocabulario y los conceptos del evolucionismo biológico en el anarquismo español (1882-1914). 1996. 694 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Geografia e História, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1996.

SILVA, Cinthia Mara Cecato da. **Entre o pranto e a mofa, a pátria idolatrada em Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto**: sob a égide do arrivismo, a nação em seu rolar de sísifo. Dissertação de mestrado. UFES 2010.

SIQUEIRA, Fernando Matias. **O significado da ironia no romance 'Triste fim de Policarpo Quaresma', de Lima Barreto**. Dissertação de mestrado. Unicamp. 2015

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Revolta da Armada". In: **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolta-armada.htm>>. Acesso em junho/ 2017.

THORPE, Charles; WELSH, Ian. **Más allá del Primitivismo**: Hacia una Teoría y Praxis Anarquistas para la Ciencia en el Siglo XXI. A las barricadas: 2009.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário** - Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WALTER, Nicolas. **O que é anarquismo?** São Paulo: Ed. Faísca Publicações Libertárias, 2009.